



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA



(Imagem: Fabiana Andrade, 2014)

FABIANA SANTOS ANDRADE

PELA CORTINA DO DESVIO: A TRAJETÓRIA DE MULHERES
PRESAS DO PRESÍDIO FEMININO DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO-SE

São Cristóvão
2015

Fabiana Santos Andrade

**PELA CORTINA DO DESVIO: A TRAJETÓRIA DE MULHERES
PRESAS DO PRESÍDIO FEMININO DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO-SE**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia.

ORIENTADORA: Prof(a) Dra. Christine Jacquet

**São Cristóvão
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Andrade, Fabiana Santos
A553p Pela cortina do desvio : a trajetória de mulheres presas do
presídio feminino de Nossa Senhora do Socorro-SE / Fabiana
Santos Andrade ; orientadora Christine Jacquet. – São Cristóvão,
2015.
172 f.

Dissertação (mestrado em Antropologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2015.

1. Antropologia – Aspectos sociais. 2. Crime e criminosos. 3.
Criminologia - Mulheres. 4. Prisões – Nossa Senhora do Socorro
(SE). 5. Comportamento desviante. I. Jacquet, Christine, orient. II.
Título.

CDU 572.024:343.81-055.2(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA
“Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”
PPGA/UFS CEP. 49.100-000 - Tel. (079) 2105-6840



COMISSÃO JULGADORA

Dissertação de mestrado de **FABIANA SANTOS ANDRADE**, intitulada “**PELA CORTINA DO DESVIO: A TRAJETÓRIA DE MULHERES PRESAS DO PRESÍDIO FEMININO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE.**” defendida e aprovada em 20 de Agosto de 2015, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª. Drª. Christine Jacquet

Prof. Dr. Marcos Santana de Souza

Profª. Drª. Verônica Teixeira Marques

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento que brota da alma e que é potencializado, sobretudo, pelo encerramento de um ciclo. Trilhar esse percurso foi um imenso desafio desde o início do mestrado quando coincidiu com a partida de meu pai para o plano espiritual. No entanto, a caminhada se faz mais florida com a ajuda de pessoas que despertam o melhor que mora dentro de nós mesmos.

Ao meu pai José Luiz Santos Andrade (*In Memoriam*) e a minha mãe Maria José Santos Andrade por serem a maior referência na minha formação em minha vida e pela profunda dedicação e amor incondicional direcionados a minha pessoa.

A minha irmã Flávia Santos Andrade pelo amor, carinho, incentivo e cumplicidade.

A minha avó Maria Lúcia Andrade por transmitir tanta fortaleza, amor e carinho. Uma mulher guerreira que consegue marcar lindamente a vida de todos que a conhecem.

Aos demais familiares pelo apoio e incentivo durante toda a minha jornada, e em especial, as minhas tias Maria da Conceição e Rosângela Andrade.

A minha grande amiga e uma das maiores incentivadoras Msc. Zuleida Cardoso Leite por ter me impulsionado a participar do processo seletivo desse mestrado.

Aos meus amigos e amigas que se fazem muito presentes em minha vida e por compreenderem as ausências decorrentes do processo de imersão nos estudos. Em especial, Alessandra Lázaro, Patrícia da Silva, Fabrícia de Oliveira, João Sigesfredo, Anna Cláudia, Aline Machado, Alessandra Lima, Ítalo Emanuel, Ildomário Gomes, Hélio Júnior, Rose Oliveira, Elissandra Silva dentre tantos outros tão merecedores de serem mencionados.

À família Águas de Aruanda, centro de formação espiritual, e aos meus guias espirituais pelo fortalecimento do espírito, pela firmeza e pelo axé emanado.

Aos meus amigos da pós-graduação João Mouzart, Sandreana Melo, Renata Rennó, Jacqueline Fernandes, Liana Matos, Larissa Sales, Martha Sales, Priscila Viana

entre outros, que enriqueceram meus conhecimentos e compartilharam momentos de angústia e alegrias.

A minha orientadora prof (a) Dr (a) Christine Jacquet por me fornecer tantos conhecimentos valiosos nos momentos de orientação acadêmica e compreender o tempo do meu processo criativo. Sua competência e entusiasmo me tranquilizaram nos momentos em que fiquei insegura da mesma forma que acreditou e me fez acreditar na realização deste trabalho. Gratidão imensa!

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Antropologia Brice Sogbossi, Luís Gustavo Correia e Ulisses Rafael por me promoverem o aprofundamento do encanto que eu já tinha pela Antropologia.

Ao prof. Dr. Marcos Santa pelas importantes contribuições feitas ao meu trabalho durante a banca de qualificação e participação da Banca de Defesa.

A prof. Dr (a) Verônica Marques pelas contribuições e sugestões feitas ao meu trabalho durante a Banca de Defesa.

A Regiane Reis da secretaria do Programa de pós-graduação em Antropologia pelo carinho e pela ajuda fonecida nos momentos em que mais precisei.

Aos meus alunos e professores das faculdades nas quais leciono por compreenderem o meu afastamento da atividade docente e pelo carinho e apoio.

À diretora Valéria e à coordenadora Edjane pela disponibilidade e pela confiança em mim depositada durante todo o tempo em que estive mergulhada no PREFEM.

Aos agentes prisionais e demais funcionários da unidade prisional que compartilharam suas experiências e não se inibiram em participar desta pesquisa.

Gratidão imensa às mulheres presas do PREFEM pela oportunidade valiosa de revelar suas trajetórias de vida, e por me deixar testemunhar seus silêncios, seus sorrisos, seus pedidos de abraço, e seus acenos enquanto eu transitava pelo ambiente.

RESUMO

A criminalidade feminina é um tema complexo e relevante visto que ainda há poucos estudos sobre a temática. O presente trabalho visa analisar e descrever como se dá o percurso dos desvios femininos a partir das trajetórias de vida das mulheres presas no Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro/SE (PREFEM). Ele busca também compreender a relação entre a mulher e a prática criminosa ao longo do tempo e apresentar o PREFEM a partir de sua estrutura física e controle social sobre as mulheres dentro da prisão, instituindo e legitimando papéis sexuais. Nesse sentido, ele revela como o desvio acontece a partir do momento em que a mulher se depara com a convivência normativa da instituição e com a convivência com todos que estão inseridos na unidade prisional. Para a realização da pesquisa analisei 40 prontuários das presas de modo que foram selecionadas 13 reincidentes e 01 primária (estava na prisão pela primeira vez). Como critérios para a seleção dessas mulheres estão os crimes de tráfico de drogas, roubo majorado, homicídio, latrocínio visto que não são crimes que se esperam que sejam praticados pela mulher (só houve a inclusão de apenas 01 mulher por furto). Privilegiei a perspectiva etnográfica para a realização da observação direta do contexto institucional como um todo, inclusive com o uso do registro fotográfico, e análise das entrevistas aprofundadas a partir da gravação das trajetórias de vida e análise documental disponibilizada pela instituição. Este trabalho consiste em quatro capítulos que tem a finalidade de: discutir a criminalidade feminina, associando à discussão sobre gênero e sobre a prisão através da abordagem teórica de Goffman e Foucault e demais pesquisadores que tratam sobre as prisões femininas; de apresentar o campo da pesquisa no PREFEM; e de apresentar os dados extraídos da análise das entrevistas caracterizados por 4 tipos de percurso do desvio no qual cada um possui suas particularidades relacionadas à trajetória de vida, motivações para as práticas desviantes, inserção no mundo do crime, bem como possibilidades de desvio dentro da prisão. Dentre os percursos encontrados estão: 1) associado às necessidades de sobrevivência decorrente das precárias condições socioeconômicas; 2) relacionado à ascensão social resultante da ambição e do desejo de enriquecimento; 3) incorporado ao estado de degradação da vida em virtude das consequências provocadas pela curtição desenfreada através de sexo, álcool e drogas e 4) agregado à revolta contra as normas estabelecidas pelo controle exercido pelo seio familiar e pela sociedade. Utilizei a abordagem do desvio de Howard Becker, obedecendo aos preceitos da escrita proposta pela etnografia antropológica, para a análise das entrevistas. Ressalto que essas mulheres confrontam as características consideradas como esterótipos femininos bem como são semelhantes ao gênero masculino ao praticarem os mesmos tipos de crimes.

Palavras-Chave: criminalidade feminina, desvio, gênero, presídio feminino.

RÉSUMÉ

La criminalité féminine est une question complexe et pertinente puisqu'il n'y a encore très peu d'études sur le sujet. Le présent travail vise à analyser et décrire comment le parcours de femmes déviations par les trajectoires de vie des femmes emprisonnées dans la prison pour femmes de Nossa Senhora Socorro/SE (PREFEM). Il cherche également à comprendre la relation entre la femme et la pratique criminelle tout au long du temps et introduire le PREFEM de sa structure physique et le contrôle social des femmes à l'intérieur de la prison, instituant et légitimer les rôles sexuels. En ce sens, il révèle comment la déviation se passe dès le moment où la femme est confrontée à réglementation et coexistence avec vivant avec tout ce qu'ils sont insérés dans l'unité de la prison. La recherche a analysé 40 cartes leurs proies alors que 13 ont été sélectionnés Répétez les délinquants et primaire 01 (était en prison pour la première fois). Comme critères pour la sélection de ces femmes sont les crimes de trafic de drogue, vol, meurtre, armés vol augmenté étant donné que les crimes qui sont censés être pratiqués par les femmes (il y avait seulement l'inclusion d'une femme pour vol à l'étalage). J'ai choisi la perspective ethnographique pour une observation directe du contexte institutionnel dans son ensemble, y compris avec l'utilisation de l'enregistrement photographique et l'analyse des entrevues en profondeur de l'enregistrement des récits de vie et l'analyse des documents fournis par l'institution. Ce travail se compose de quatre chapitres discuter: la criminalité féminine, associant la discussion sur le genre porte sur la prison, par le biais de l'approche théorique de Goffman et Foucault et d'autres chercheurs sur les prisons féminins; et présent les données extraites de l'analyse des entrevues caractérisée par quatre types d'itinéraire de contournement dont chacune a ses particularités liées à trajectoire de vie, les motivations pratiques déviantes, insertion dans le monde du crime, ainsi que les possibilités de détournement au sein de la prison. Un des chemins trouvés sont: 1) associées à des besoins de survie en raison de la situation socio-économique précaire ; 2) liées à l'ascension sociale résultant de l'ambition et le désir d'enrichissement ; 3) incorporée à l'état de dégradation de la vie par les conséquences de la jouissance effrénée par le sexe, alcool et drogues et 4) ajouté à la révolte contre les normes établies par le contrôle exercé par le giron familial et par la société. J'ai utilisé l'approche de Howard Becker, obéir à des préceptes de la rédaction proposée par l'ethnographie anthropologique, à l'analyse des entrevues. Je pourrais souligner que ces femmes confronter les caractéristiques considérées comme stéréotypes féminins ainsi que sont semblables aux mâles de pratiquer les mêmes types de crimes.

Mots-clés : criminalité féminine, une mauvaise utilisation, sexe, prison de femmes.

LISTA DE SIGLAS

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
DCS – Departamento de Ciências Sociais
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DESIPE – Departamento do Sistema Penitenciário
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
INFOPEN – Sistema Nacional de Informações Penitenciárias
NPPA- Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação em Antropologia
PCDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal
PFMP – Penitenciária Feminina Madre Pelletier
PREFEM – Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro -SE
SATED - Sindicato de Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Sergipe
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC –Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UFS – Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da quadra utilizada para o banho de sol e outras atividades físicas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	63
Figura 2 - Fachada da entrada da fábrica-escola de corte e costura (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	64
Figura 3 - Uma das máquinas utilizadas durante o trabalho (Foto: Fabiana Andrade, 2014).	64
Figura 4 - Confeção de bolsas com bordados feitos pelas presas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	65
Figura 5 - Cartas recebidas de familiares (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	67
Figura 6 - Um recorte de uma das celas visitadas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).	68
Figura 7- Momento de aprendizagem durante o curso de costura (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	72
Figura 8 - Produto final confeccionado no curso de costura (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	73
Figura 9 - Momento de ensaio do Penarte (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	75
Figura 10 - Agente prisional no trabalho (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	77
Figura 11 - Mulher trabalhando na cozinha do PREFEM (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	83
Figura 12 - Presa trabalhando no refeitório (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	84
Figura 13 - Trabalho no cartório do PREFEM (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	85
Figura 14 - Retirada de bordados e livros das celas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	86
Figura 15 - Momento em que os familiares aguardam a visita (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	87
Figura 16 - Itens de higiene pessoal (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	88
Figura 17 - Inspeção de desodorante (Foto: Fabiana Andrade, 2014).	88
Figura 18 - Inspeção feita em sabão em pedra (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	89
Figura 19 - Inspeção realizada em papel higiênico (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	89
Figura 20 - Inspeção realizada em hidratante (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	90
Figura 21 - Imagem de uma visita feita pelos familiares das presas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	91
Figura 22 - Assinatura na lista pelo recebimento dos produtos (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	93
Figura 23 - Depósito de cartas feito por visitantes (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	93
Figura 24 - Saída dos visitantes (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	94
Figura 25 - Fila das presas após a visita (Foto: Fabiana Andrade, 2014).....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das presas quanto ao regime prisional.....	59
Tabela 2 – Distribuição quanto ao tempo de condenação.....	60
Tabela 3 – Distribuição das unidades referentes à Infra-estrutura.....	61
Tabela 4 – Distribuição da equipe de saúde.....	68
Tabela 5 – Distribuição da equipe de servidores.....	76
Tabela 6 – Distribuição das presas quanto à faixa-etária.....	79
Tabela 7 – Distribuição das internas quanto ao estado civil.....	79
Tabela 8 – Distribuição das presas quanto à escolaridade.....	80
Tabela 9 – Distribuição das presas quanto ao estado no qual residia.....	80
Tabela 10 – Distribuição das internas quanto ao crime cometido.....	81
Tabela 11 – Distribuição das internas quanto ao trabalho.....	83
Tabela 12 – Distribuição das presidiárias entrevistadas quanto à naturalidade.....	95
Tabela 13 – Distribuição de acordo com a idade das internas entrevistadas.....	95
Tabela 14 – Distribuição das presas entrevistadas quanto à escolaridade.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1. A CRIMINALIDADE FEMININA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A (IN) VISIBILIDADE DA MULHER NO COMETIMENTO DE CRIMES.....	32
---	-----------

1.1 A mulher criminosa explicada pelas primeiras teorias da criminologia.....	32
1.2 Teorias Interpretativas do Século XX para os crimes femininos a partir da perspectiva de gênero e de aspectos sociais.....	36

CAPÍTULO II

2. O UNIVERSO DAS PRISÕES FEMININAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO, ATUALIDADE E ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A INSTITUIÇÃO PRISIONAL.....	43
--	-----------

2.1 A criação das prisões femininas no brasil e a situação atual das unidades prisionais brasileiras.....	43
2.2 O presídio como instituição total e marcado pelo poder disciplinar.....	50
2.3 Particularidades presentes em mulheres presas de acordo com o crime praticado...52	

CAPÍTULO III

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PREFEM: HISTÓRIA, PRÁTICAS E POPULAÇÃO PRISIONAL.....	58
---	-----------

3.1 Uma breve apresentação sobre a estrutura física, funcionamento e equipe de trabalho da unidade prisional.....	58
3.1.1 Infraestrutura.....	60
3.1.2 Serviços disponibilizados.....	68
3.1.3 Educação e programas pedagógicos.....	72
3.1.4 Equipe: Agentes prisionais, administrativo e direção.....	76
3.2 A população prisional.....	78
3.3 O cotidiano da mulher presa.....	82
3.4 A população pesquisada.....	95
3.4.1 Família de origem.....	96
3.4.2 Abandono dos estudos.....	98

CAPÍTULO IV

4. O PERCURSO DO DESVIO: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES PRESAS E DA CULTURA DESVIANTE VIVENCIADA POR ELAS NA PRISÃO.....100

4.1 As singularidades encontradas nos percursos dos desvios femininos.....101

4.1.1 As precárias condições de vida relacionadas ao desvio como forma de garantir a sobrevivência.....101

4.1.2 Percurso do desvio orientado para a ascensão social: as “empresárias” no tráfico de drogas.....111

4.1.3 Sexo, álcool e drogas: quando a curtição cede espaço ao estado de degradação da vida.....118

4.1.4 A revolta manifestada no confronto com o controle social.....133

4.2 A vida na Prisão: aspectos do controle, vigilância e disciplina no exercício da prática penitenciária e outras particularidades vivenciadas por elas.....144

4.2.1 A adaptação com as normas institucionais e a possibilidade do desvio.....145

4.2.2 A convivência entre as presas e a criação da cultura desviante prisional.....149

4.2.3 Mudanças pessoais promovidas pelas aprendizagens no encarceramento.....152

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....154

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....158

APÊNDICES.....164

APÊNDICE1: Termo de consentimento e participação em pesquisa.....165

APÊNDICE 2: Autorização do uso de imagem simples.....166

APÊNDICE 3: Roteiro de entrevistas com mulheres detentas.....167

APÊNDICE 4: Termos e gírias usadas pelas presas.....168

APÊNDICE 5: Dados sociais e criminais referentes às presas.....169

ANEXOS.....171

ANEXO 1: Cartaz de divulgação do penarte III.....172

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema em torno da criminalidade teve início a partir da minha trajetória pessoal. Em minha família, havia muitos militares inclusive o meu pai que sempre procurou mostrar quais eram as finalidades do exercício da disciplina e de princípios rígidos na consolidação do bom caráter. Durante a graduação do curso de Psicologia, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), eu tive a oportunidade de realizar uma pesquisa bibliográfica sobre crimes passionais e fiquei me questionando sobre as razões pelas quais tantos crimes femininos das décadas de 30, 40 e 50 não eram publicados em Sergipe. A minha atenção foi despertada para perceber que nos arquivos do Judiciário de Sergipe haviam crimes praticados pelas mulheres contra os seus companheiros e nem todos eram decorrentes da legítima defesa, pois eram meticulosamente premeditados.

Após a graduação de Psicologia, em 2005, comecei a atuar na prática clínica e em projetos sociais inseridos em algumas comunidades que passavam por vários tipos de vulnerabilidade social e as mulheres sempre estiveram presentes; ora como vítimas, ora como algozes. E meus questionamentos sobre as suas ações sempre aumentavam cada vez mais. Ao adentrar na Especialização em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas promovida pela UFS, tive maior contato com essas temáticas e fui despertada para estudar o crime organizado no trabalho de conclusão de curso, permitindo que eu refletisse ainda mais para a questão da criminalidade feminina.

Dessa forma, ao ingressar no Mestrado em Antropologia na mesma Instituição eu tinha o intuito de estudar a violência perpetrada entre parceiros íntimos, sobretudo, a praticada pela mulher contra o homem; no entanto, fui remodelando meu objeto de pesquisa a partir do contato com as disciplinas e com as orientações de minha orientadora, principalmente, quanto ao meu direcionamento nas questões mais complexas da temática. Assim, meu projeto foi adquirindo um novo corpo e uma nova forma de ser explorado uma vez que as possibilidades de viabilização quanto ao tempo de execução e espaço para a realização da pesquisa eram reais; ao mesmo tempo, eu pretendia estudar a criminalidade feminina através de um novo olhar que percebe o

gênero a partir da história do indivíduo em seu tempo e em sua sociedade independente do sexo que o carrega.

Em relação ao objeto proposto, o meu interesse foi orientado para a própria “invisibilidade” dos crimes cometidos pela mulher e fui percebendo que não me interessava pela classificação dos crimes cometidos por ela apenas; preocupava-me significativamente em conhecer como o desvio de forma geral passou a existir na vida dela e, por conseguinte, como ele foi associado à prática criminosa.

As mulheres foram negligenciadas como sujeitos da prática criminosa, ao longo do tempo, nas pesquisas sobre criminalidade, enquanto se percebe o maior envolvimento dos homens tanto como vítimas quanto como autores de crimes. Há uma relevância de se pesquisar o envolvimento de mulheres na prática de crimes em virtude de melhor se compreender esse fenômeno social e poder ampliar as discussões acerca do aumento dos casos e de sua forma de atuação. Esse é um tema que além de continuar sendo pouco explorado ainda não se tem teorias consistentes que justifiquem a baixa participação de mulheres em estatísticas criminais e prisionais em relação à criminalidade masculina.

O fato de saber que existe essa “cortina” que impede as pessoas de verem a criminalidade feminina não significa afirmar que todas as mulheres são dóceis, frágeis e incapazes de cometer delitos; é no espaço privado onde a mulher atua em várias práticas que contrapõem os estereótipos atribuídos pela Sociedade. Segundo a autora Michelle Perrot (2006), as mulheres são retratadas, sobretudo na Europa entre os séculos XVI e XVIII, como suspeitas das práticas de feitiçaria, promiscuidade, adultério, envenenamento e infanticídio; essas eram consideradas criminalizáveis e passíveis de receber sanções judiciais severas como a pena de morte, a clausura perpétua em conventos e o degredo acompanhado de açoites. Dessa forma, a violência feminina se manifestava, sobretudo, no espaço familiar, ou seja, em âmbito privado, mas ela se manifesta também em outros espaços de sociabilidades.

Destaco o autor Luiz Henrique Passador (2010) para mostrar que em seu estudo em Homóié, no Sul de Moçambique, as mulheres são vistas como potencialmente más. Nessa região, a maioria dos feiticeiros e curandeiros é de mulheres, o que as associa a poderes espirituais e malefícios que preocupam tanto homens, quanto mulheres. Elas

são vistas como detentoras de um tipo de poder e perpetradoras de um determinado tipo de violência que se relaciona diretamente com as forças espirituais ou com impurezas. Por esse motivo, sobre as mulheres recaem um estado de constante desconfiança e violência.

A feitiçaria coloca em risco os bens, as casas e os corpos e os amplia para a família e demais círculos de relações pessoais e sociais, através de ações indiretas e silenciosas, o que a torna de difícil identificação, prevenção e punição, tornando-se a maior parte das “doenças tradicionais”. Estas são enfermidades que possuem o potencial de assumirem o caráter de sintomas provocados pela relação com categorias específicas de pessoas marcadas por gênero e tem desenvolvimento percebido como atípico, ou pela sua recorrência ou seu prolongamento, ou pela rapidez que se leva ao óbito, ou pela sintomatologia apresentada pelo corpo que se associa com outros problemas externos a ele. A indeterminação da feitiçaria, no que se refere à especulação de causas e consequências obscuras e de processos não estruturados e contínuos, permite que ela adquira um caráter de poder e perigo muito maior que aquele que é manifestado na “bandidagem contemporânea”.

As mulheres são acusadas de feitiçaria também dentro do âmbito das alianças e ascendência, ou seja, contra seus maridos com intuito de se beneficiar com as posses familiares relacionadas a eles. Mulheres idosas e solitárias também eram muito temidas e também acusadas de serem feiticeiras em virtude de terem como forma de existência a ambição.

Para compreender os mecanismos utilizados pelas mulheres como tentativa de neutralização da força física como forma de restabelecer o equilíbrio na troca social, faço uma breve explanação sobre o estudo realizado pela antropóloga Claudia Fonseca com sujeitos de grupos populares, numa vila de Porto Alegre - RS. Para Fonseca (2000), as acusações, as fofocas e as piadas se caracterizam como uma oportunidade adequada para os discursos “alternativos” situados num contexto de valores e práticas da vila. Nesse sentido, ela reconhece as representações estereotipadas das relações entre homem e mulher embora estes modelos sejam diferentes daqueles encontrados no discurso normativo.

Conforme a autora, na vila, as façanhas sexuais dos homens representadas pela malandragem masculina e pela imagem do “homem safado” tornam-se tema das brincadeiras nos discursos, de maneira que se deixa subentendido que o homem busca isso na relação com a mulher. As mulheres apresentam-se como “interesseiras” e se afastam da imagem de vítimas da mesma forma que os homens; mencionam-se também as mulheres que procuram nos homens o seu meio de sustento e se ele não puder oferecer um adequado nível de conforto a elas, há o risco delas não cumprirem a obrigação de ser fiel enquanto esposa. (FONSECA, 2000).

Dessa forma, conforme os relatos dos autores citados anteriormente, a violência feminina existe e se expressa de múltiplas formas e por isso é tão importante romper com a visão estereotipada da feminilidade, pois nem todas as mulheres se enquadram no molde discursivo de gênero.

Soares e Ilgenfritz (2002) afirmam que os estereótipos de gênero atrelados à criminalidade dificultam a aceitação social das mulheres no âmbito criminal, o que influencia na invisibilidade da questão. Os autores José Luiz Ratton et al. (2012) afirmam que a criminalidade feminina tem aparecido na literatura criminológica como elemento secundário à discussão principal, isto é, a criminalidade em geral é interpretada como um fenômeno masculino de forma hegemônica; eles consideram ainda que a participação masculina torna-se ainda mais elevada quando se trata da criminalidade violenta.

Essa mesma perspectiva é compartilhada por Adorno e Barreira (2010) que ao mesmo tempo afirmam que as principais tendências atuais sobre a investigação acerca da criminalidade acontecem através dos seguintes aspectos: mudança no perfil dos criminosos, o crime organizado, principalmente, o tráfico de drogas, as gangues, esquadrões da morte, violência nas escolas, milícias, polícia, políticas públicas voltadas para mulheres, crianças e homoafetivos¹, etc.

¹ O termo homoafetivo foi usado no texto para substituir o termo homossexuais utilizado pelo autor na época em que foi escrito. Esse novo termo foi criado, nos últimos anos, para diminuir a conotação pejorativa que se dava aos relacionamentos homossexuais e também se tornou uma expressão de caráter jurídico para abordar o direito relacionado à união de casais do mesmo sexo.

Na atualidade, tem-se um aumento do número de mulheres encarceradas se comparamos à quantidade de mulheres presas em décadas anteriores em vários Países. No Brasil, esse aumento inclusive foi superior ao de homens encarcerados, se forem levadas em consideração as taxas de encarceramento, ou seja, o número de mulheres presas para cada cem mil habitantes do mesmo sexo com idade igual ou superior a 18 anos. Esse fato pode ser verificado de acordo com dados apontados por Soares e Ilgenfritz (2002), ao relatarem que no Brasil houve um aumento de aproximadamente 132% do número de mulheres encarceradas desde o ano de 1998, o que representa um número bem mais expressivo em comparação ao encarceramento masculino no mesmo período de tempo. Faz-se relevante compreender que um percentual de 65% dessas mulheres está relacionada com o consumo ou com o tráfico de drogas. Esse crescimento do número de mulheres presas pode estar associado à própria dinâmica da relação do tráfico de drogas com a polícia, pois na maioria das vezes elas ocupam posições subalternas e subsidiárias no tráfico, e a polícia acaba por prendê-las mais facilmente ao efetuar um maior controle social sobre esse tipo de crime.

Essas mudanças que ocorreram nas estatísticas da criminalidade feminina ainda não são explicadas por teorias sistemáticas e consistentes; algumas explicações são levantadas por pesquisas realizadas em diversas partes do País nas últimas décadas. A autora Mariana Barcinski (2009a) realizou uma pesquisa com um grupo de mulheres que já tiveram um envolvimento na rede de tráfico de drogas, em cinco favelas do Rio de Janeiro. Ela revelou que essas mulheres justificaram sua entrada no tráfico de drogas, ora em função de relações amorosas estabelecidas com homens criminosos, ora em função das dificuldades encontradas para sustentar seus filhos. A maioria delas trabalhou como “vapor”, vendendo drogas no varejo, nas bocas de fumo das favelas e apenas uma delas foi gerente, assumindo as responsabilidades pelos produtos comercializados.

Em relação à entrada no tráfico de drogas, as participantes oscilaram entre protagonismo², ou seja, assumir a responsabilidade pelas suas escolhas e vitimização, posicionando-se como vítimas de um sistema social injusto. A dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a necessidade de sustentarem seus filhos e suas

² A pesquisa da autora revelou que o protagonismo foi encontrado no caso das mulheres que decidiram ingressar no crime por conta própria; já as mulheres que se envolveram com homens criminosos se perceberam enquanto vítimas.

famílias foram fatores apontados como determinantes de suas escolhas; cabe mencionar que elementos como o status e a sensação de poder experimentado foram motivadores para entrada na atividade. (BARCINSKI, 2009a).

Segundo a autora, as entrevistas revelaram histórias que remetiam a um poder experimentado pelas mulheres através do porte de armas, do reconhecimento e da aceitação dos homens na atividade e pelo medo e respeito que provocavam em outras mulheres. Vale mencionar que muitas mulheres envolveram-se afetivamente ou sexualmente com um bandido, o que pode servir como motivação para o seu ingresso no tráfico. (BARCINSKI, 2009a). O protagonismo foi percebido nas situações em que as mulheres decidiram se envolver com bandidos e quando elas desejaram experimentar o poder trazido pelo tráfico. (BARCINSKI, 2009b).

A pesquisadora Cláudia Priori (2012), em sua Tese de Doutorado, selecionou uma amostra de 42 prontuários criminais de mulheres que passaram pelo sistema penitenciário paranaense, entre os anos de 1970 e 1995. Destes prontuários³, 17 mulheres cometeram crimes contra o patrimônio (10 de furto e 07 de roubo); 14 mulheres envolveram-se em crimes contra a pessoa e a vida (homicídio) e 11 praticaram tráfico de drogas. Para a autora, no recorte estudado, as mulheres cometeram vários tipos de crimes caracterizados por homicídio, latrocínio, infanticídio, estelionato, furto, roubo, tráfico de drogas, perturbação da ordem, da moral e dos bons costumes, ou seja, variados tipos e não somente aqueles considerados como “tipicamente femininos: homicídio passional, infanticídio, abandono de incapaz, aborto, abusos sexuais de crianças e maus-tratos às pessoas idosas.

Em relação à convivência das mulheres com as normas da prisão, Claudia Priori (2012) sinaliza que as mulheres nem sempre se adaptavam às normas, à disciplina, às privações e aos regulamentos da instituição uma vez que o comportamento carcerário delas nem sempre iam ao encontro dos interesses institucionais. Dessa forma, elas burlavam normas, provocavam intrigas, perpetravam violência, cometiam faltas disciplinares, não frequentavam as aulas ou ensino profissionalizante, não realizavam as

³ Os documentos que compõem os prontuários criminais, na pesquisa da autora, são compreendidos como fichas e atestados de conduta carcerária, ofícios, ordem de serviço, portarias internas e exames criminológicos.

tarefas impostas, desrespeitavam funcionários, e se evadiam do sistema penal através da fuga.

Esse protagonismo das mulheres no crime é evidenciado nas pesquisas mais recentes e me leva a refletir sobre a sua presença no cotidiano, ainda que não sejam vistas, em muitos crimes nos quais agem instigando ou aconselhando o homem a praticá-los. Nessa pesquisa, entendo que é preciso desmistificar a relação de dominação no campo específico da criminalidade e compreender a igualdade entre os sexos na construção dos desvios, ou seja, tanto o homem quanto a mulher podem ser protagonistas de ações delituosas.

O presente trabalho visa analisar e descrever como se dá o percurso dos desvios femininos e como o gênero influenciou nesse processo no Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro/SE (PREFEM). Dentro desse panorama, busquei ainda conhecer as trajetórias das mulheres presas para analisar as carreiras desviantes e compreender como o controle social sobre as mulheres se efetiva na prisão, instituindo e legitimando papéis sexuais. Apresentarei também o Presídio Feminino situado no município de Nossa Senhora do Socorro-SE a partir da observação direta e da análise documental disponibilizada pela referida Instituição, retratando como essas mulheres se relacionam com as normas estabelecidas durante o encarceramento.

A metodologia utilizada para a elaboração dessa dissertação privilegiou a realização de entrevistas em profundidade e a observação direta dentro do PREFEM; para tal a pesquisa tem um embasamento a partir de uma revisão de literatura sobre a criminalidade feminina e a prisão, priorizando o gênero feminino. Ressalto que a observação preliminar, realizada no mês de junho de 2014, ajudou-me a entender melhor o contexto e as relações que são estabelecidas no cotidiano do PREFEM. Essa primeira observação na unidade foi facilitada por uma agente prisional que já trabalhou durante cinco anos no presídio feminino desde a época em que ele integrava o complexo penitenciário localizado no bairro América, na cidade de Aracaju. A princípio, eu entrei em contato com ela para uma conversa informal a fim de obter algumas informações sobre a vivência dela enquanto agente prisional em constante contato com as mulheres encarceradas. Ela me perguntou se eu gostaria de visitar a unidade, e lá fez a minha apresentação à equipe de trabalho (servidores), e então pude observar as dependências, a troca de plantão e o momento de visita familiar.

Para essa pesquisa, escolhi as entrevistas aprofundadas porque não precisam ser numerosas e se encontram inseridas num conjunto de dados etnográficos; elas se enquadraram também como exploratórias, abertas e semi-estruturadas. (BEAUD; WEBER, 2007). Elas permitem a abertura de um espaço para a fala livre das presidiárias sobre os assuntos abordados, oferecendo muitas perspectivas possíveis diante da espontaneidade e liberdade ao compartilhar suas experiências de vida com maior riqueza de informações.

Becker, autor experiente em estudo de praticantes de delitos e crimes, orienta que “... em pesquisa sobre qualquer tópico evitar perguntar às pessoas porque elas fazem uma determinada coisa quando na realidade se quer descobrir como aconteceu o que elas fizeram.” (BECKER, 1993, p. 163). Assim, busquei utilizar a pergunta de maneira que se pudesse saber como uma determinada situação ocorreu, evitando ao máximo a pressão que se estabelece ao perguntar o porquê dos fatos. Assim, o roteiro abordou questões como: a própria história da interna, envolvendo aspectos marcantes sobre infância, adolescência e período escolar; percurso do desvio e inserção no mundo do crime; uso e abuso de drogas; delitos cometidos e prisões, dentre outras.

As leituras realizadas durante o desenvolvimento do projeto associadas às conversas informais com agentes prisionais permitiram que eu refletisse sobre elementos cruciais presentes na história de vida de cada uma daquelas mulheres que se encontravam presas. Para o meu trabalho de campo, destaco as análises e discussões teóricas dos antropólogos Clifford Geertz (1989/2002), James Clifford (2008), Gilberto Velho (1978/1980/1983) e Roberto Cardoso de Oliveira (2000); importantes para me preparar para essa atividade.

James Clifford (2008) afirma que o trabalho de campo etnográfico possui uma nítida sensibilidade enquanto método no qual a observação participante obriga seus praticantes a experimentar as mudanças da tradução dentro da perspectiva física e intelectual. Essa observação exige elementos como envolvimento direto e conversação, aprendizado linguístico e alteração nas expectativas pessoais além de auxiliar nos acontecimentos, ou seja, “... de um lado captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos”. (CLIFFORD, 2008, p. 33). Nesse entendimento, a observação participante está relacionada à experiência e à interpretação

que pode receber ênfases diferentes quando apresentadas como estratégias de autoridade. Em minha pesquisa, utilizei princípios inerentes ao conceito de observação trabalhado por James Clifford que foram aplicados na perspectiva de observação direta dentro da Instituição. Nesse sentido, enquanto pesquisadora eu fui despertada para ler a realidade a partir da trajetória de vida relatada pelas mulheres que foram observadas.

A perspectiva de observação do outro, para Roberto Cardoso de Oliveira (2000), é caracterizada pelos atos de ver, ouvir e escrever como parte integrante da prática da etnografia e esses processos não se limitam a ações simples; no entanto, envolvem as implicações do (a) pesquisador (a) com sua pesquisa que se embasa na qualidade e profundidade sociais que o (a) antropólogo (a) realiza com os grupos com os quais compartilha experiências. Nesse espaço de experiências de campo o (a) próprio (a) antropólogo (a) reflete também sobre si mesmo (a) ao se confrontar com o obscuro, o confuso, o desconhecido e o contraditório.

Um autor que compartilha também com esse mesmo entendimento citado anteriormente é Gilberto Velho (1978); ele afirma que a prática etnográfica tem o desafio de interpretar e de compreender as transformações da realidade desde seu interior. Nesses termos, a prática de etnógrafo utiliza como ferramentas a observação participante, o diário de campo, a técnica da descrição etnográfica, e entrevistas. Dessa forma, o (a) antropólogo (a) assume o compromisso de ampliar as possibilidades de reconhecimento das diferentes formas de participação e construção da vida social. Nesse processo, a tarefa de escutar o outro exige um aprendizado que é adquirido nas inúmeras vezes em que se acontece cada entrevista, cada experiência de observação e cada saída do campo.

O autor afirma também que na nossa própria sociedade existe a experiência de estranhamento em relação ao outro, constantemente, uma vez que há vivências e experiências particulares e restritas acontecendo paralelamente a tantas outras tão importantes quanto às nossas, havendo a possibilidade delas se cruzarem apenas eventualmente. Na mesma sociedade, existem distâncias culturais perceptíveis e é esse aspecto que permite a realização de pesquisas antropológicas com grupos diferentes daquele que pertencemos, mesmo estando de certa forma bastante próximos. É então a prática etnográfica que facilita a interpretação do mundo social ao aproximar o (a) pesquisador (a) do outro que se apresenta “estranho”, tornando-o “familiar” ou permite

que o familiar torne-se o “estranho”. (VELHO, 1978). Vale ressaltar que o (a) antropólogo (a) vivencia a possibilidade da experiência do estranhamento como qualquer contemporâneo; no entanto, é treinado e preparado para tal. (VELHO, 1980). Nessa perspectiva de interação, é de grande importância que o (a) antropólogo (a) saiba lidar adequadamente com a sua subjetividade e saiba considerar quais características dos indivíduos com quem está convivendo são mais relevantes para o seu trabalho. (VELHO, 2003).

As contribuições dos autores anteriormente mencionados fornecem muitas reflexões importantes no que se refere ao trabalho etnográfico e postura de pesquisador para a minha pesquisa, uma vez que o meu objeto de estudo situa-se numa unidade prisional inserida na mesma Sociedade na qual me encontro incluída. Durante a pesquisa de campo, precisei compreender toda a rede de interações estabelecidas entre eu, enquanto pesquisadora, e o grupo representado tanto pelas presas que foram entrevistadas como pelos agentes e mulheres com os quais conversei informalmente. As experiências vivenciadas juntamente com o conhecimento acumulado e produzido a partir do pensamento antropológico foram registrados no meu diário de campo. Nesse sentido, o diário de campo faz-se bastante relevante nesse processo visto que “... é a principal ferramenta do etnógrafo, muitas vezes ignorado pelo sociólogo. É um diário de bordo no qual, dia após dia, anotam-se em estilo telegráfico os eventos da pesquisa e o progresso da busca”. (BEAUD; WEBER, 2007, p. 65).

O projeto de pesquisa já sinalizava para a observação detalhada das mulheres em suas atividades, sua relação com as normas institucionais e demais pessoas envolvidas no cárcere além da escuta dos relatos presentes nas entrevistas; no entanto, não havia dúvidas de que não seria algo simples de se fazer devido às inúmeras dificuldades relatadas nas pesquisas sobre as prisões, apontadas também por estudiosas recentes como Lemgruber (1999) e Soares e Ilgenfritz (2002) ao se inclinarem sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, não encontrei falta de cooperação dos operadores que fazem parte do sistema prisional; eles mostraram-se satisfeitos com o fato de ter alguém compartilhando também das suas rotinas e experiências vivenciadas por eles dentro da unidade; no entanto, uma das maiores dificuldades foi a rigorosidade nos critérios para autorização, exigência indispensável para a execução do trabalho de campo. O projeto da dissertação foi encaminhado ao Departamento do Sistema

Penitenciário (DESIPE) e cumpriu as exigências solicitadas: ofício com detalhamento da pesquisa expedido pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, e roteiro de entrevista. A autorização para a minha entrada na unidade prisional foi concedida juntamente com a permissão de realizar o registro fotográfico de espaços e atividades, obedecendo à autorização de uso de imagem e consentimento de participação em entrevista.

Após a autorização, entrei em contato com a diretora do PREFEM e ela me convidou para participar de um evento, na unidade, que tinha o objetivo de divulgar a apresentação do Projeto do III Penarte⁴ para representantes de variados segmentos da sociedade. No dia 05 de novembro de 2014, aconteceu esse evento que teve duração de aproximadamente três horas e foi composto por exibição de vídeos de edições anteriores, apresentação artística de 04 presas e exposição de produtos artesanais confeccionados por elas. Através desse evento, elas saíram da invisibilidade social e estiveram diante de autoridades e vários profissionais de diferentes campos de atuação por um curto espaço temporal. No mesmo dia, fui convidada a almoçar na unidade e a fazer as refeições nos dias em que estivesse fazendo a pesquisa.

Tanto a diretora quanto a coordenadora do núcleo pedagógico demonstraram muito entusiasmo e sensibilidade para com a pesquisa, ao mesmo tempo em que elas e toda a equipe apoiaram a pesquisa reconhecendo a sua importância dentro desse âmbito prisional. Elas me expuseram as normas gerais da unidade prisional e sugeriram que nos dias de visita (quinta e sexta) eu não fizesse entrevistas, pois são dias que mobilizam as internas e o corpo funcional; no entanto, nesses dias eu fui liberada a fazer observações diretas da instituição, do trabalho dos agentes, das visitas e da inspeção das mensagens levadas pelos familiares. Também fui informada de que eu não poderia ter acesso às internas nos dias de aplicação dos exames do ENEM e Supletivo, apresentação do Penarte, confraternização natalina com as famílias e dia de visita de representantes do Ministério Público que se deslocam até a unidade para fornecer informações sobre o andamento dos processos das internas.

Após as orientações gerais, no dia 07 de novembro de 2014, fui encaminhada ao cartório presente na unidade, em respeito à hierarquia institucional, para que eu tivesse o acesso aos prontuários e fichas das internas a fim de realizar o levantamento de dados. Vale ressaltar que não tive nenhum problema ao entrar na unidade com a câmera

⁴ O projeto Penarte tem finalidade de despertar a sensibilidade artística através da dança, do teatro e da música sendo desenvolvido na unidade prisional desde o ano de 2002.

fotográfica ou o gravador de voz; apenas tive que deixar o celular na recepção durante todas as visitas à unidade. Eu tive a colaboração de 02 presas que trabalham no cartório para retirar esses prontuários e pastas uma vez que eu não tinha permissão para tal; apenas uma pasta era retirada de cada vez.

Dessa forma, a primeira semana de investigação foi direcionada à análise de 40 prontuários de internas reincidentes uma vez que o primeiro critério de pesquisa seria a reincidência criminal devido ao fato de que tais mulheres já teriam em suas trajetórias uma história de desvio. Nos prontuários, constam dados pessoais compondo as seguintes informações: nome da interna, número de identidade, filiação, naturalidade, data de nascimento, profissão, escolaridade, data da prisão, artigos infringidos, ofícios expedidos pelo poder judiciário e relatório provisório para constatação de lesões. Já a pasta da presa é composta por mandato de prisão, ficha criminal expedida pelo Instituto de identificação, Alvará de soltura expedido pelo poder judiciário, processo (situação) disponível no tribunal de justiça do Estado de Sergipe, auto de prisão em flagrante delito (delegacia plantonista), termo de depoimento, termo de declarações, termo de qualificação e interrogatório, nota de culpa, comunicação à família do preso, ofícios de encaminhamentos, auto de apreensão, mandato de prisão preventiva, demonstrativo de remição anual referente a estudo e trabalho, e declaração de conduta carcerária.

A primeira dificuldade nessa etapa foi o tempo de permanência na sala, pois eu precisava esperar a chegada das presas ao setor e da mesma forma precisava concluir a atividade antes delas retornarem às suas celas. Outro obstáculo foi o volume de informações presentes nas pastas, inclusive contendo várias datas, atrapalhando a compreensão do entendimento, haja vista que não há uma organização por datas e também não há um banco de dados atualizados nem na unidade nem no próprio sistema penitenciário.

Em relação aos critérios de seleção das mulheres, o projeto pretendia selecionar aproximadamente 15 mulheres a partir dos dados inseridos nas suas fichas individuais, pois a amostra reduzida permitiria que as entrevistas tivessem maior profundidade, possibilitando que a mesma presa pudesse ser entrevistada mais de uma vez caso fosse necessário. O segundo critério de escolha era a conclusão do segundo grau completo, no entanto, esse critério não teve condição de ser utilizado porque apenas uma reincidente possuía o segundo grau completo e as demais possuíam o ensino fundamental incompleto. Dessa forma, esse critério passou a ter menor relevância, cedendo espaço para a tipologia criminal como segundo critério de maior relevância.

No que diz respeito aos crimes praticados, foram priorizadas as mulheres cujos crimes contrariam os estereótipos femininos como o aborto, infanticídio, envenenamento, abusos sexuais, maus-tratos a idosos, crianças e adolescentes. Esses eram delitos que a sociedade ao longo do tempo atribuiu às mulheres, mas como a minha pesquisa entende que as mulheres podem ser protagonistas de outros crimes, escolhi como delitos praticados: o tráfico de drogas, o homicídio, o roubo majorado, o latrocínio e o furto.

À medida que eu transitava na unidade e eu conversava informalmente com os agentes prisionais, alguns relatos dos crimes iam sendo indicados. Algumas presas que trabalhavam na unidade tentavam ajudar, sugerindo nomes de colegas que se enquadravam no perfil definido pela pesquisa. Dentre essas indicações, solicitei ao cartório as pastas com os prontuários de 06 presas primárias dentre as quais 01 delas foi incluída nesta pesquisa. Então, a amostra final foi constituída por 13 reincidentes e 01 primária compondo um total de 14 mulheres entrevistadas.

A lista de mulheres selecionadas, distribuídas nos dois pavilhões, foi encaminhada à coordenadora do núcleo pedagógico para definir os critérios de retirada das internas dos pavilhões. Houve o cuidado de não retirá-las das celas durante os ensaios do Penarte e atividades que elas faziam na casa e para garantir o sigilo. No momento de realização das entrevistas, o local definido para atender a esse propósito foi a sala da psicologia, pois ela não estava sendo utilizada para atendimentos proporcionando assim a privacidade na realização das entrevistas.

Após a definição do espaço físico, a segunda etapa do trabalho de campo começou a ser realizada. No que se refere à adesão da pesquisa, houve a recusa de 03 mulheres em participar da entrevista; duas delas não tiveram interesse em falar sobre sua história de vida, sendo recolhidas logo em seguida. A outra trabalhava na unidade e tive a oportunidade de conversar informalmente com ela e me afirmou que não participaria porque a psiquiatra orientou que ela não ficasse lembrando do acontecimento ocorrido visto que ela havia passado por um processo longo de perda de memória o que poderia ser prejudicado com a tentativa de rememoração dos fatos.

A pesquisa foi apresentada para aquelas 14 selecionadas que seriam entrevistadas e elas foram advertidas de que as gravações e o conteúdo das entrevistas seriam utilizados somente com o seu devido consentimento e de que suas identidades seriam preservadas, garantindo assim o anonimato dos depoimentos. As mulheres não demonstraram resistência ao ter seus relatos gravados, mas perguntavam quem teria

acesso às suas histórias; imediatamente, eu esclarecia qualquer dúvida que surgisse porque eu tinha o interesse de transmitir confiança e credibilidade.

Os nomes que são utilizados para fazer menção aos fragmentos das entrevistas são fictícios; como critério de escolha, solicitei a cada presa que me dissesse outros nomes que eram de seu agrado e as que disseram que eu poderia deixar os nomes reais, preferi atribuir apelidos através de alternância ou supressão de sílabas de seus nomes para evitar que fossem identificadas.

Algumas dificuldades nesse processo de entrevista foram o barulho nos dias de ensaio, o calor e o fato de que elas só poderiam ser retiradas ao mesmo tempo do pavilhão; assim, estabeleci uma quantidade de duas mulheres por turno. Vale ressaltar que houve entrevistas que necessitaram ser concluídas no dia seguinte em obediência ao horário de recolhida da sala.

Destaco no período em que realizei as entrevistas, novembro e dezembro de 2014, algumas vicissitudes que ocorreram, sendo que uma foi de ordem institucional. Elas foram importantes para engrandecer o conhecimento sobre as relações estabelecidas na prisão. Em um dos primeiros dias de entrevista, a última da tarde foi muito prolongada e seu conteúdo revelou-se muito denso e detalhado de modo a prender a minha atenção de uma forma que não percebi que o horário do término estava extrapolado em torno de 30 minutos. Uma guarda abriu a porta da sala que estava encostada e me disse que ela precisava ser recolhida imediatamente porque o tempo já havia sido esgotado há muito tempo; assim, ela foi recolhida e a entrevista encerrada.

Depois desse episódio, fui chamada à atenção pela assistente social que me advertiu para que não acontecesse outra vez, pois eu poderia perder o direito de concluir a pesquisa. Senti um mal-estar provocado pelo rompimento de uma norma institucional uma vez que não é um hábito que possuo, mas me serviu de aprendizagem no trabalho de campo. Além disso, tive receio de que a presa fosse penalizada por conhecer as normas ou de que a agente fosse punida administrativamente, já que a ela cabe o cuidado para evitar que haja transgressões disciplinares; fiquei tranquila quando percebi que nada disso aconteceu a elas. Dessa forma, observa-se que no espaço prisional as rotinas institucionais são um tipo de mecanismo para exercer o controle social cujo rompimento intimida tanto quem é vigiado quando quem exerce a vigilância.

O outro episódio refere-se a uma mulher que, após o final da entrevista, solicitou-me o acesso ao seu perfil de uma rede social com a senha dela para que pudesse lhe informar as novidades. Nesse momento, falei que eu não faria e encerrei a fala para não dar margem para ela criar outros argumentos; também tive a sorte de estar na presença de outros agentes que imediatamente reforçaram o meu discurso. Refleti sobre algumas pesquisas que li nas quais os pesquisadores já tinham passado por situações delicadas decorrentes de pedidos inadequados da população carcerária pesquisada.

No que diz respeito à prática de observação direta, pude observar os espaços utilizados pelas presas durante a realização de atividades no pátio, cela, salas de cursos, fábrica de costura, entrada do pavilhão, visitas, distribuição de alimentos uma vez que outras questões não evidenciadas nas entrevistas podem ser percebidas. Becker (1993, p. 169) adverte que “Podemos aprender sobre as contingências das vidas e organizações desviantes estudando as operações de profissionais que entram em contato com elas”.

Fui autorizada pelo DESIPE a fazer o registro fotográfico dentro da unidade e tive o devido cuidado de levar termos de uso de imagem para a devida autorização de quem desejasse participar. Uma alternativa que encontrei para fotografar situações importantes e pessoas que não permitiram mostrar o rosto foi o registro a partir do recorte de partes do corpo. Alguns agentes permitiram que eu os fotografasse e outros autorizaram que algumas partes do corpo fossem mostradas durante a atividade de inspeção realizada nos dias de visita.

A partir do momento que fui estabelecendo uma relação de maior proximidade com as pessoas que estavam inseridas no contexto prisional, fui me tornando mais familiar e conhecida, sobretudo entre as presas que trabalhavam na unidade. De certa forma, a máquina fotográfica chamou bastante a atenção de muitas delas principalmente durante o banho de sol e os ensaios do Penarte nos quais solicitaram muitos registros fotográficos. Assumi o comprometimento de fotografá-las e de levar as fotos para elas já que era algo difícil de acontecer dentro da unidade e muitas queriam entregar as fotos a seus familiares.

Observei também a chegada de quatro mulheres na unidade durante o período em que estive no cartório. Todas realizaram o tráfico de drogas; uma delas estava grávida e a outra era de São Paulo e estava aqui há pouco tempo no estado. Elas

entraram em fila com as mãos para trás e se sentaram para informar seus dados para cadastro na unidade como nome, religião, estado civil, naturalidade, contato de familiar; no caso da gestante, foi questionado sobre o acompanhamento pré-natal e exames realizados. Elas foram fotografadas, inclusive as tatuagens expostas.

Da mesma forma que observei a chegada delas também vi a saída de duas mulheres do pavilhão após conseguirem seu alvará de soltura; foi nítida a alegria delas em ganhar a liberdade ao mesmo tempo em que se despediam de outras presas ao transitar pelo pavilhão até a saída; uma delas carregava seu colchão debaixo do braço.

Em relação às observações registradas no diário de campo e colhidas através das conversas com agentes e funcionários da equipe administrativa, ocorridas durante as 11 visitas ao PREFEM, destaco que eles foram bastante solícitos, interessados, gentis e alguns forneceram informações importantes para a confirmação dos meus instrumentos de pesquisa. Durante a primeira visita no mês de junho de 2014, um dos agentes que estava fazendo a troca de plantão achou interessante que eu fizesse uma pesquisa antropológica no PREFEM, mas me questionou: “Por que não escolheu fazer essa pesquisa com os agentes?”. Senti que ele tentou direcionar a minha pesquisa para outro objeto, mas expliquei melhor qual era o foco do meu trabalho e reconheci a importância de haver pesquisas feitas por outros pesquisadores com foco nos agentes. Ele comentou sobre sua prática enquanto membro do sindicato, indicou-me artigos para que eu lesse e mencionou quais eram as maiores dificuldades que eles encontravam ao se deparar com o trabalho dentro da instituição prisional. Dentre os obstáculos enfrentados, a pequena quantidade de agente foi presente com unanimidade nos discursos prestados por eles, o que os deixa sobrecarregados durante os plantões.

Destaco aqui também discursos trazidos tanto pela agente que fez a minha apresentação ao presídio como por uma funcionária que presta serviço na unidade. No final do ano de 2013, a agente pediu para sair do PREFEM e passou a estar lotada no presídio masculino, situado em São Cristóvão; ela afirmou que o número de presos é grande e o efetivo de agentes também é pequeno, mas ela alegou ser melhor para ela já que o motivo de seu afastamento foi decorrente de se achar demais envolvida emocionalmente na unidade feminina. Embora ela não tenha informado os detalhes de sua vulnerabilidade emocional, foi um dado importante a ser refletido. Situações semelhantes foram apontadas por uma funcionária com a qual conversei, uma vez que me relatou sobre a sua dificuldade de separar a relação profissional da pessoal pois

quando ela chega em casa fica pensando na situação de algumas “meninas” a ponto de muitas vezes não conseguir dormir. Esses episódios me permitem refletir sobre a relação entre o grupo vigiado e o grupo controlador, que segundo Goffman (1999) estão sempre jogando num campo de forças contrárias no modelo de uma Instituição Total. No entanto, essas forças podem caminhar juntas de modo que uma parte possa sentir as angústias da outra parte e internalizar emoções inerentes a esse processo interpessoal.

O trabalho cuidadoso e criterioso de transcrição de entrevistas foi iniciado em meados de novembro e foi concluída em janeiro de 2015. Prefiro que eu mesma fizesse essas transcrições tanto pela assimilação do conteúdo e por ser uma extensão do trabalho de campo quanto pelos detalhes do mundo da criminalidade fornecidos por elas, pois às vezes elas mencionavam nomes e diziam que não era para ter dito. Foi um trabalho muito extenso e que exigiu muita concentração e tempo, mas ajudou a relembrar detalhes e compreender o que havia através de sua oralidade, suas narrativas, ações e omissões presentes nos conteúdos relatados.

A abordagem do desvio de Howard Becker (Outsiders) é a perspectiva adotada para analisar os dados da minha pesquisa. Para esse autor, uma pessoa é rotulada de outsider quando infringe uma regra imposta pelo grupo ou pela sociedade na qual está inserido. O estudo do comportamento desviante é um campo frutífero de pesquisas para a Antropologia, pois permite perceber através dele aspectos que perpassam o sistema sociocultural. Outros estudiosos como Edwin Lemert e Frank Tannenbaum já haviam pesquisado sobre o desvio, no entanto, a perspectiva denominada de Outsiders é a que foi privilegiada neste trabalho.

Para a realização da análise do desvio das mulheres presas no PREFEM é importante compreender como ele se inseriu nas suas trajetórias de vida e em quais aspectos ele se tornou recorrente para elas. A perspectiva adotada por Becker (2008) me faz entender que o desvio não é uma característica específica de determinadas categorias ou grupos de pessoas; o caráter desviante ou não de um ato depende da forma segundo a qual os outros reagem. A análise da dissertação está embasada pela perspectiva da descrição densa apresentada por Geertz, visto que ela é relevante para perceber as peculiaridades através das seguintes características: “ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar

salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis [...] ela é microscópica” (GEERTZ, 1989, p. 31).

O trabalho está organizado em 4 capítulos para conduzir a análise da temática escolhida. O capítulo 1 tem como foco discutir a criminalidade feminina a partir das primeiras teorias sobre criminologia (na qual os aspectos biológicos e psicológicos eram os principais fatores preponderantes no cometimento de crimes) e de teorias interpretativas com foco no gênero. O capítulo 2 busca contextualizar as prisões femininas no Brasil desde o seu surgimento até as prisões mais recentes, incluindo reflexões sobre a verdadeira realidade encontrada conforme pesquisas recentes; nele também está incluída uma abordagem sobre a instituição prisional segundo as teorias de Erving Goffman e Michel Foucault. Já o capítulo 3 busca apresentar o PREFEM através de seu contexto sócio-histórico, organização, informações e estatísticas sobre a população prisional e da amostra pesquisada. Por fim, no capítulo 4 analiso as trajetórias de vida narradas nas entrevistas buscando entender como o desvio foi se delineando na vida de 14 mulheres que acabaram ingressando no mundo do crime. As histórias me levaram a encontrar quatro tipos de percursos desviantes nos quais a motivação desviante se deu de forma diferente em cada um deles: a pobreza exagerada, a ambição voltada para a ascensão sócio-econômica, a rebeldia contra o controle social em várias instâncias e a curtição desenfreada pela vida através da perspectiva do álcool, do sexo e das drogas ilícitas levando a um verdadeiro estado de deterioração da vida.

CAPÍTULO I

1. UMA DISCUSSÃO SOBRE A (IN) VISIBILIDADE DA MULHER NO COMETIMENTO DE CRIMES ATRAVÉS DAS DIFERENTES ABORDAGENS DA CRIMINOLOGIA

O presente capítulo busca promover um entendimento sobre o estudo da criminalidade feminina a partir de uma revisão de literatura científica sob a perspectiva das teorias criminológicas tradicionais, e com foco no gênero como mecanismos para tentar explicar a existência desse fenômeno. Essa discussão é de grande relevância para compreender o presente trabalho que tem como tema principal o percurso do desvio a partir das trajetórias de mulheres encarceradas.

O capítulo é constituído de duas partes: a primeira apresenta a mulher criminosa na literatura criminológica tradicional que representa as primeiras teorias que tentaram analisar a criminalidade feminina a partir de explicações predominantemente biológicas. A segunda parte é marcada pelas Teorias Interpretativas para os crimes femininos no século XX, representada pela teoria de Pollak, a qual ainda é possível perceber em menor grau a influência da biologia, e pelas teorias com base nos aspectos sociais como a Teoria de Igualdade de Gênero, Teoria de Diferenciação de Papeis Sociais e de Oportunidades Diferenciais e a Teoria de Desigualdade de Gênero nas quais se permite compreender que os interesses e perspectivas da mulher divergem do ponto de vista do homem e dos interesses masculinos.

1.1 A MULHER CRIMINOSA EXPLICADA PELAS PRIMEIRAS TEORIAS DA CRIMINOLOGIA

Dentro da literatura que aborda a criminalidade feminina, as primeiras teorias tentaram analisar esse fenômeno a partir de explicações predominantemente biológicas.

Marie Andréi Bertrand (1979) revela que a criminologia tradicional analisava a criminalidade masculina e o crime masculino; já o crime feminino era tratado com insignificância pelos autores do século XIX e início do século XX; eles registravam as diferenças entre os tipos de crimes cometidos por mulheres e meninas em comparação com os homens e meninos.

Os “crimes femininos por excelência” eram identificados como prostituição (não passava nunca de 2% da criminalidade feminina) e como furto (praticado tanto pelo homem como pela mulher). Tornaram-se também alvo de pesquisas as personalidades femininas predispostas à promiscuidade sexual e à cleptomania⁵. Esse tipo de criminologia revelou-se incapaz de responder muitas questões específicas sobre o crime feminino além de que não conseguiu responder às questões sobre a criminalidade feminina sem deixar de associá-la à criminalidade masculina.

Dentre os criminologistas que analisaram a mulher criminosa, destaca-se Beccaria que entende que a criminalidade das mulheres diz respeito às seguintes fontes do desvio: desigualdade de classe e riqueza, ignorância e corrupção de juízes, processo criminal lento. Para ele, as mulheres que cometem o infanticídio são limitadas pela violência dos homens. Jeremy Bentham é outro estudioso da temática e criou uma teoria intitulada “Punições e Recompensas” que só foi publicada em 1825. Esse autor considera que as diferenças entre os sexos devem ser lembradas ao se avaliar um dano praticado e esse fato inevitavelmente inclui o sexo. Nesse sentido, crimes cometidos contra as mulheres devem ser punidos mais severamente porque o sofrimento delas é maior por ser decorrente de sua elevada sensibilidade como mulher. (BERTRAND, 1979).

Um dos estudiosos mais conhecidos dentro dessa perspectiva que analisa a criminalidade pelo viés biológico foi Cesare Lombroso que também foi um dos primeiros a utilizar métodos de observação com maior rigor. Para Faria (2008), Lombroso criou e tornou pública uma categorização dos criminosos na qual os

⁵Cleptomania é um transtorno psiquiátrico caracterizado pela falta de controle dos impulsos. O indivíduo sente um impulso incontrolável de furtar e não consegue resistir por mais que tente; ele sente um alívio e uma satisfação no momento do ato e depois costuma sentir culpa e vergonha. geralmente, os objetos furtados não possuem grande valor monetário e eles são acumulados, descartados, devolvidos ou doados. Cf. CARDOSO, Silvia Helena. “Claptomania”. **Revista Cérebro & Mente**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.cerebromente.org.br/home.htm>. Acessado em julho 2015.

indivíduos eram considerados anormais quando cometiam crimes e, conseqüentemente, não poderiam ser responsabilizados pelos seus atos, mas sim tratados e privados de sua liberdade para a proteção social. Os negros, mestiços e índios foram identificados como criminosos natos e loucos morais tornando-se alvo de uma segregação total e perpétua da sociedade. Para as mulheres, essa nova “ciência” teve o papel de comprovar a suposta inferioridade feminina, além de delimitar os comportamentos aceitos dentro da chamada “normalidade”, ou seja, aqueles que não fossem contrários às normas sociais e aos papéis esperados para as mulheres.

A mulher criminosa foi classificada por Lombroso como criminosas natas, criminosas ocasionais, ofensoras históricas, criminosas de paixão, suicidas, mulheres criminosas lunáticas, epiléticas e moralmente insanas. (LOMBROSO; FERRERO, 1980, apud FARIA, 2008). Em crimes ligados à sexualidade, como a prostituição, a beleza era considerada como elemento mensurador da periculosidade da mulher; em outros crimes, ela era utilizada para minimizar situações em que a mulher era a autora. Dessa forma, a beleza, para as mulheres, também teve um papel significativo na construção dos estigmas criminosos.

Muitos estudiosos da época se interessaram em estudar as prostitutas que eram consideradas parte de um grupo com o maior índice de criminosas, assim como eram temidas por grande parte da Sociedade, sobretudo, pela sua capacidade de seduzir e enganar. Outras mulheres que eram consideradas perigosas pela Sociedade eram aquelas que tinham características físicas e comportamentais semelhantes aos homens, pois teriam rompido com o padrão de comportamento feminino tradicional. (FARIA, 2008).

Os estudos de Lombroso trouxeram as primeiras contribuições para o entendimento da criminalidade feminina; no entanto, suas explicações foram eminentemente baseadas em fatores como a puberdade, a menstruação, a menopausa, o parto e eles eram vistos como fenômenos biológicos que deixavam a mulher em estado de vulnerabilidade para o crime, sem dar a menor relevância aos aspectos culturais.

De acordo com Marie-Andrée Bertrand (1979) outros autores tentaram explicar a insignificância da criminalidade feminina com base no aspecto biológico: Quetelet (1835) acreditava que a força física era a causa da quantidade de crimes praticados por mulheres; já Proal (1892) concebia as mulheres como indivíduos moralmente melhores que homens pela fraqueza diante da falta de instintos violentos e sexuais, ou seja, para ele, o único real motivo era que mulheres criminosas são dotadas de características masculinas, embora seja raro. O autor chamado Wulffen (1923) falava na passividade

feminina como uma espécie de proteção contra cometimento de crimes. Estes autores são orientados por um “biologismo” que atribuía uma concepção masculina da condição feminina como expressões de: instinto maternal, fidelidade, ternura, infanticídio, cumplicidade com o cônjuge, prostituição, abandono de filhos pelas mães e todos esses crimes sujeitos a punições diferentes dependendo se são cometidos por homens e mulheres. (BERTRAND, 1979).

Para Groman D´vora e Faugeron Caude (1979), a forma de identificar e tratar as mulheres que estão à “margem” é bastante influenciada pela concepção do papel da mulher e da sua natureza, e de valores religiosos e morais já que a ideia de esposa ou mãe era referência para a representação da imagem da mulher desviante. Uma mulher que seguia a carreira de vício ou do crime devia ser "excluída", segundo a perspectiva criminológica tradicional, como uma exceção patológica porque seu comportamento contrariava as expectativas para o exercício dos papéis femininos, ou seja, além de violar as leis da sociedade, ela estava fora de seu papel de mulher passiva, mãe e esposa. A família aceitava em menor proporção a delinquência feminina em relação aos rapazes; e qualquer comportamento com o envolvimento sexual era visto como um problema maior quando era uma menina, enquanto para os meninos esse era um comportamento "natural".

Marie-Andrée Bertrand (1979) afirma que a literatura criminológica compreendida entre 1850 a 1960 demonstra que raros crimes são praticados por mulher e que há um grande distanciamento entre a criminalidade feminina e a criminalidade masculina. Embora tenha havido esforços da parte desses pesquisadores quanto a abordagem do crime feminino, as explicações para o fenômeno residem em definições do senso comum e no preconceito por parte das pessoas que estão envolvidas nesse tipo de temática. Ela revela ainda que algumas pesquisas não possuíam o rigor científico que a abordagem científica exige e muitos requisitos foram mal observados por criminologistas que se interessaram pela delinquência feminina.

A autora mencionada acima aponta que essas limitações encontradas nas primeiras pesquisas residem no fato de que quase todos os autores são homens e pertencem a um grupo social e sexual com poder para definir estruturas e formalizar as realidades sociais, além de que a mulher aparece como tendo função residual da distribuição de trabalho social, principalmente, entre os autores do século XIX e início do século XX. (BERTRAND, 1979).

Ela ainda afirma que embora não haja dúvida de que a biologia específica das mulheres produza efeito em seu modo de ser, não é suficiente para afirmar que esta particularidade seja derivada de todas as diferenças de atitudes ou de comportamentos uma vez que não há como se provar; além desse aspecto, essas perspectivas predominantemente biológicas são reflexos de pontos de vistas, exclusivamente, masculinos (BERTRAND, 1979).

1.2 Teorias Interpretativas do Século XX para os crimes femininos a partir da perspectiva de gênero e de aspectos sociais

Em meados do século XIX ainda é possível perceber perspectivas com resquícios da biologia na tentativa de explicar a criminalidade feminina. No entanto, essa perspectiva cede espaço a teorias que priorizam os argumentos sociais como as denominadas perspectivas feministas que se desenvolvem na segunda metade do século XX.

Em relação às possibilidades de interpretação das razões para a criminalidade feminina, Ratton et al. (2012) apresentam algumas concepções existentes no século XX; os autores afirmam que Pollak, em seu trabalho intitulado “The Criminality of Women”, entende o crime feminino com base em argumentos biológicos, psicológicos e sociológicos e percebe que as mulheres também possuem aptidão para realizar crimes e percebe que a natureza deles adquire menor visibilidade pelo Estado porque se tratam de crimes ambientados no espaço doméstico ou são de pouca relevância, tais como o aborto, o infanticídio e pequenos furtos. De acordo com essa perspectiva, no momento em que a mulher é descoberta, ela tem grandes possibilidades de “enganar” as leis em virtude de características tipicamente femininas como a falsidade ou capacidade para tal.

De acordo com Ratton et al. (2012), ainda que Pollak tenha reconhecido a existência de fatores casuais e sociais acerca da criminalidade masculina e feminina, o determinismo biológico não foi abandonado totalmente uma vez que elementos biológicos e patologias individuais são vistos como preponderantes para a etiologia da criminalidade feminina. Ela acontece pela capacidade para falsear inerente às mulheres, derivada de seu papel passivo no ato sexual, aliada à influência hormonal e fenômenos como menstruação, gravidez e menopausa. Os crimes que não eram detectados

pertenceriam a uma espécie de cifra oculta, ou seja, uma faixa que não é acessível e que remeteria a problemas com a detecção, persecução e julgamento de crimes praticados pelas mulheres. Além dessas situações, existe a possibilidade de que o Sistema de Justiça Criminal selecionaria menos as mulheres e lhes daria um tratamento com maior tolerância em seus julgamentos. (RATTON et al., 2012).

A seguir, serão expostas algumas teorias que tratam a criminalidade feminina e que priorizam os aspectos sociais. Dentre elas, menciona-se a Teoria de Igualdade de Gênero, Teoria de Diferenciação de Papeis Sociais e de Oportunidades Diferenciais e a Teoria de Desigualdade de Gênero. Antes do entendimento destas perspectivas centrais, faz-se necessária uma breve discussão sobre o estudo do gênero discutido a partir de informações extraídas de livros e artigos lidos de maneira que promoveu uma maior reflexão sobre o gênero feminino para este trabalho.

As pesquisadoras Michelle Perrot (1988; 1991; 2006) e Mary Del Priore (1998; 2001) resgatam a mulher para o campo acadêmico como sujeito da história, trazendo as suas trajetórias de vida para esse espaço, e conseqüentemente, buscando um reconhecimento maior de suas práticas nos âmbitos político, econômico e cultural. Elas mostram que a história das mulheres está relacionada a vertentes variadas em relação aos homens, à sexualidade, à família, às representações de masculino e feminino, e às classes sociais. Segundo as autoras, esse novo universo de pesquisa surgiu a partir da década de 60 do século XX e destacou as mulheres ao verificar as suas histórias nas quais elas são também sujeito ativo neste processo, onde buscam o seu engajamento no projeto de emancipação.

Para Michelle Perrot (1988), o processo de construção de um campo de estudo das mulheres é uma narrativa histórica ainda em curso e que busca a sua visibilidade nos enfrentamentos e conquistas do gênero feminino nos espaços público e privado de nossa sociedade. Segundo Del Priore (1998), os pesquisadores sobre este campo do gênero tinham a pretensão de gerar um espaço para uma compreensão mais ampla do mundo que rodeava as mulheres, as normas, seu modo de viver e de se relacionar; vale ressaltar que, na maioria das vezes, a mulher adquiria um papel coadjuvante com pouco destaque na construção da história do Brasil. Segundo Del Priore (2001), nos últimos tempos o foco da pesquisa tenta ampliar sem perder de vista a atuação da mulher, sobretudo, relacionado ao seu trabalho e seu cotidiano, cujas atividades realizadas contribuíram para a manutenção da família e da sociedade que a subjugava, valorizando

aquela que possuía um espaço tão limitado; contudo os fragmentos de suas histórias vêm gradativamente sendo reconstituídos.

A autora Louro (1998) associa o conceito de gênero diretamente à história do movimento feminista contemporâneo e afirma que nessa perspectiva o aspecto biológico não é negado mas a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas é deliberadamente enfatizada. O debate acerca do gênero passa então a ser visualizado em torno do campo social, pois ele constrói e reproduz as relações entre os indivíduos em termos de desigualdades cujas justificativas devem ser encontradas tanto na história, nas formas de representação, nos arranjos sociais como nas condições de acesso aos recursos da sociedade.

A autora anteriormente mencionada também entende gênero como elemento constituinte da identidade dos indivíduos e prefere não pensá-lo como construção de papéis masculinos e femininos uma vez que pode não explicar as variadas formas assumidas pelas feminilidades e masculinidades nem explicar as redes complexas de poder que estão inseridas nas hierarquias entre os gêneros. Assim, a autora aproxima-se dos Estudos Culturais que percebem os sujeitos como dotados de identidades múltiplas, plurais, que se transformam uma vez que elas não são fixas ou permanentes e que podem ser contraditórias.

Vale mencionar que existem distinções entre identidade de gênero e identidade sexual, embora na prática social elas estejam articuladas e, geralmente, podem ser confundidas. A forma como o indivíduo vive a sua sexualidade constitui a identidade sexual, independente da possibilidade dele viver com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Em contrapartida, percebe-se que os sujeitos também se identificam histórico e socialmente, como masculinos ou femininos; dessa forma, eles constroem suas identidades de gênero. (LOURO, 1998).

A análise da categoria gênero pode trazer valiosas contribuições para esclarecer as desigualdades sociais entre homens e mulheres uma vez que as diferenças entre os comportamentos masculino e feminino no âmbito criminal encontram-se em suas bases. Nesse entendimento, Scott (1995, p. 76) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Conforme a autora, a identidade de gênero é construída nas relações sociais durante o processo de subjetivação, ou seja, no momento em que o indivíduo internaliza os papéis sexuais, através do significado que atribui aos símbolos referentes ao “feminino” e “masculino”, dominantes tanto no

momento histórico como na cultura nos quais ele está inserido; e sua apresentação acontece nos meios social e familiar de maneira espontânea.

A partir dessa perspectiva, a ideia sobre o “feminino” é decorrente de uma construção social propagada pela cultura que estabelece o paradigma de ser mulher de acordo com valores éticos, políticos e morais. Esses valores farão a composição da sua imagem social, na qual a fragilidade, a sensibilidade, a passividade e a expressividade são estimuladas; em contrapartida, a sexualidade e a agressividade tendem a ser reprimidas. A mulher quando se torna agente da ação “rompe” com essa “imagem feminina” e provoca surpresa na sociedade que passa a julgá-la de maneira mais severa.

Esse trabalho englobará para a posterior análise de dados a perspectiva de gênero que considera o indivíduo a partir de sua história de vida e engloba papéis atribuídos de acordo com suas experiências no seio de sua cultura de modo que possa ou não interferir na prática criminosa; assim, os aspectos biológicos deixam de ser focados como principal motivo para a escolha da conduta no mundo do crime.

De acordo com Ratton et al (2012), a primeira delas é a Teoria da Igualdade de Gênero criada, na década de 1870, pelo movimento feminista e fortalecida na década de 1970; ela defendia a ideia de que o aumento da participação da mulher em todas as esferas do espaço público tornava a mulher mais apta ao crime. Lemgruber (1999) menciona que a Igualdade de Gênero estava alicerçada na concepção de que a maior participação feminina na força de trabalho e a maior igualdade entre os sexos provocavam um aumento na participação da mulher nas estatísticas criminais. No entanto, essa tese não conseguiu explicar a pequena participação feminina na população prisional do Rio de Janeiro, no período entre 1970 e 1990. Muitas transformações foram provocadas pela Modernidade nos crimes femininos, pois foram sendo mostrados com maior significado do ponto de vista qualitativo em relação ao quantitativo no que diz respeito à diversificação e ao agravamento de tipos penais. (RATTON et al., 2012).

Para Groman D’vora e Faugeron Caude (1979), a Teoria de Diferenciação de Papeis Sociais e de Oportunidades Diferenciais entende que diferentes métodos de socialização aplicados a meninas e meninos levam ao monitoramento e domesticação de meninas; dessa forma, a participação da menina é vista como estruturalmente limitada no mundo do crime, enquanto que meninos usufruem de uma maior liberdade. Nessa perspectiva, quando um homem comete um delito, ele não é considerado necessariamente como “desviante”, mas acontece para a mulher. O movimento de Libertação de mulheres despertou mudanças na percepção e consciência de muitas

mulheres, de acordo com compatibilidades existentes entre aspirações e habilidades. Fatores como a expansão de oportunidades e meios favoreceram a criação de condições propícias para que as mulheres escapassem de expressões tipicamente “femininas” em virtude de ações como roubo e prostituição.

A Teoria da Desigualdade de Gênero entendia que a mulher enfrenta uma situação de desigualdade social e econômica e por isso ela recorre ao crime para garantir a própria sobrevivência e de seus familiares. (RATTON et al., 2012). Segundo esses autores, essa Teoria foi defendida por Meda Chesney-Lind (1986) e ela considerava que a motivação do crime feminino estava mais associada às relações patriarcais que dificultam o acesso das mulheres ao poder econômico, promovendo sua vitimização. Esses aspectos seriam responsáveis por uma maior desigualdade social entre as mulheres, o que poderia conduzi-las à ilegalidade.

Vale destacar, ainda, o autor Steffensmeier (1996 apud Ratton et. al, 2012) que corrobora com esse mesmo entendimento ao atribuir o número de mulheres envolvidas em crimes contra a propriedade ao aumento de pressões econômicas sobre aquelas que são responsáveis pelo sustento da família. Assim, as oportunidades para o cometimento de crimes vistos como femininos (como estelionato, furtos a lojas e contrabando) tornam-se ampliadas a partir do desenvolvimento econômico. O autor relata que esses são crimes que exigem pouca habilidade criminosa e dessa maneira se moldam facilmente aos papéis de chefes de família e de consumidoras.

Steffensmeier e Allan (1996 apud Ratton et. al., 2012) evidenciam que tanto os padrões gerais da criminalidade feminina como as diferenças de gênero associadas a crises de menor potencial ofensivo são explicados pelas teorias tradicionais. Os autores relatam que a etiologia de crimes femininos de maior seriedade e aumento da diferença de gênero na criminalidade violenta devem ser analisadas através de um método qualitativo uma vez que possui maior possibilidade de entender o contexto situacional e motivacional do crime.

Esses autores anteriormente citados identificaram cinco “categorias-chave” de reforço mútuo e indissociáveis para o entendimento da atuação da criminalidade feminina: 1) normas de gênero – conceituadas como papéis atribuídos às mulheres na sociedade como a virtude sexual e a maternidade. As mulheres delinquentes seriam vistas como o contraponto da feminilidade e, conseqüentemente, seriam mais estigmatizadas; 2) desenvolvimento moral – entende-se como multiplicação dos papéis sociais femininos na qual a função de educar acionaria a tarefa do cuidado e ética na

mulher, o que poderia evitar a prática de um crime; 3) controle social – supervisão exercida sobre homens e mulheres embora recaia sobre elas de maneira mais intensa uma vez que fortalece vínculos com a família e outras pessoas; 4) associação entre masculinidade, força física e violência, ou seja, ambientes criminógenos que demandam por violência e força física restringiriam a participação direta de mulheres de maior docilidade presente nesses espaços; 5) diferenças biológicas entre os sexos – seu alinhamento com os tabus sexuais das sociedades promoveria o maior índice de crimes sexuais praticados por homens. (STEFFENSMEIER; ALLAN, 1996 apud RATTON et. al., 2012).

A Tese da Igualdade de Gênero e a Tese de Desigualdade de Gênero são modelos que divergem dos moldes psicossociais e biológicos uma vez que o conceito de gênero como construto social está configurado em sua base. A discussão acerca das teorias explicativas para a criminalidade feminina é de extrema relevância para esta pesquisa uma vez que os percursos do desvio feminino configuram-se como tema deste trabalho. É importante entender como as teorias foram se modificando ao longo do entendimento de pesquisadores que se esforçaram para compreender o crime praticado por mulheres. No entanto, para este trabalho utilizarei a abordagem trabalhada por Howard Becker para analisar o desvio feminino e entender como ele se deu na trajetória no mundo do crime em mulheres que se encontram encarceradas.

De acordo com a perspectiva de Howard Becker “quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider.” (BECKER, 2008, p. 15). O autor remete o termo “outsider” a uma questão de ponto de vista, ou seja, “aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são outsiders”. Desse modo, o indivíduo rotulado como “outsider” pode não aceitar a regra julgada e não encarar seus julgadores como competentes ou autorizados para tal, legitimamente.

O interesse do autor foi direcionado às regras denominadas de operantes efetivos de grupos conhecidos cujas regras se mantêm vivas através de tentativas de imposição. Ele afirma que o grau em que uma pessoa é “outsider” possui variação dependendo de cada caso uma vez que as pessoas tratam uma infração com tolerância, como uma

transgressão no trânsito, ou como uma punição severa como acontece em crimes de estupro ou assassinato; nesse último caso, o infrator é visto como um “outsider” verdadeiro.

Vale ressaltar que o interesse maior do autor está no processo pelo qual os indivíduos passam a serem considerados “outsiders” e suas reações a esse julgamento do que nas características pessoais e sociais. Ele ainda acredita que se um ato é ou não desviante tem relação dependente da maneira que outras pessoas reagem a ele assim como o grau de reação varia de forma elevada para cada uma delas. O autor afirma que o desvio é uma qualidade que reside na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que a ele reagem; ele salienta também que as pessoas sempre estão impondo-as às outras, aplicando-as mais ou menos contra a vontade e sem o consentimento deles. Outro aspecto a ser compreendido é que existem diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas que são diferenciais de poder essencialmente; pode-se verificar essa ideia em:

Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinção de idade, sexo, etnicidade e classe estão todos relacionados a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros”. (BECKER, 2008, p. 30).

As regras criadas e mantidas pela rotulação do comportamento desviante não são aceitas universalmente. Em contrapartida, elas tornam-se objeto de conflito e divergência, parte do processo político da Sociedade. A explanação apresentada neste capítulo leva a entender que o fenômeno da criminalidade feminina ainda é estudada em comparação ao gênero masculino e que ainda há poucos esclarecimentos, principalmente, no que se refere ao protagonismo da mulher no crime e aos elementos norteadores na trajetória do desvio feminino. O capítulo a seguir terá o objetivo de apresentar um panorama sócio-histórico sobre as prisões femininas já que são espaços construídos para a reclusão de mulheres envolvidas com a prática de crimes.

CAPÍTULO II

2. O UNIVERSO DAS PRISÕES FEMININAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO, ATUALIDADE E ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A INSTITUIÇÃO PRISIONAL

O presente capítulo tem a finalidade de proporcionar uma maior compreensão sobre o universo prisional a partir de uma perspectiva que envolve dados de pesquisas realizadas, sobretudo, no Brasil. Ele está dividido em 03 partes na qual a primeira agrega um breve panorama histórico sobre as prisões femininas no Brasil e sobre as situações atuais que envolvem a realidade das unidades prisionais femininas mais recentes, criando condições de promover uma reflexão sobre as condições necessárias para a criação de um presídio incluindo valores morais, éticos e legais. A segunda parte refere-se a uma sucinta abordagem teórica sobre o conceito de prisão apresentado como instituição total, no modelo de Goffman, e se complementa com as características do presídio proporcionadas por Foucault.

A última parte é constituída de um estudo de pesquisadores recentes sobre as características que diferem as mulheres presas de acordo com alguns crimes praticados por elas.

2.1 A CRIAÇÃO DAS PRISÕES FEMININAS NO BRASIL E A SITUAÇÃO ATUAL DAS UNIDADES PRISIONAIS BRASILEIRAS

No que se refere ao histórico das prisões femininas, sabe-se que as primeiras mulheres presas que se tem notícia no Brasil eram escravas. Na casa de correção da Corte no Rio de Janeiro, em 1870, no Brasil Império existia o calabouço, ou seja, uma prisão para escravos dentre os quais estavam 187 mulheres presas (SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

A autora Bruna Angotti (2012) afirma que os Relatórios elaborados por Cândido Mendes⁶ e Lemos de Brito⁷, membros de Conselho penitenciário do Distrito Federal,

⁶ Candido Mendes de Almeida era professor, advogado, publicista e Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Cf. SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. Op. Cit., 2002.

apresentaram dados que remetiam a uma precariedade do sistema prisional nacional e à existência de uma pequena quantidade de mulheres presas, correspondendo a um percentual de 5% da população carcerária total do País, entre os anos de 1923 e 1924. Soares (2002) aponta que o projeto de construção de penitenciária feminina exclusivamente para mulheres é de 1924 e foi feito por Lemos de Brito; até esta data as mulheres dividiam a prisão com os homens sofrendo tipos variados de violência.

Segundo o relatório elaborado pelo Conselho Penitenciário do Sistema Federal de 1929, as presas eram diferenciadas por furto, infanticídio ou aborto daquelas presas por “vadiagem”⁸ e nesta se enquadravam as prostitutas vistas como as piores criminosas pela Sociedade embora a prostituição não fosse considerada crime. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

Apenas em 1937, surgiu no País a primeira prisão feminina denominada de Instituto Feminino de Readaptação Social, na cidade de Porto Alegre - RS. Os esforços de alguns conselheiros juntamente com mulheres da sociedade carioca e da congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor D’angers⁹ em lutar por uma solução mais apropriada para as mulheres de São Paulo fez surgir, em 1942, a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, localizada em Bangu. Vale ressaltar que apenas esta última foi construída para essa finalidade. Outros estabelecimentos prisionais foram construídos durante este período como no estado de Santa Catarina e na cidade de Recife.

Segundo a autora Bruna Angotti (2012), esse foi um período de grande efervescência de debate e prática penitenciária no Brasil que propiciou a criação dos estabelecimentos prisionais femininos. Cabe mencionar a intensa produção legislativa no âmbito penal a exemplo da promulgação do código penal em 1940, e do código de

⁷ José Gabriel de Lemos Brito era professor, legislador, penitenciarista, deputado e Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Cf. SOARES, Bárbara Musumeci e ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro, Garamond, 2002, p. 53.

⁸ Contravenção relativa aos costumes, consistente em entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência ou prover a própria subsistência mediante ocultação ilícita. Cf. RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. Vadiagem. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, I, n. 0, fev 2000. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5349>. Acesso em julho de 2015.

⁹ A Casa do Bom Pastor foi criada por uma comunidade sem clausura, em 1962, na antiga cidade de Angers, capital da região denominada Anjou, na França. A finalidade era cuidar das mulheres penitentes que desejavam continuar melhorando a sua reabilitação e essa casa religiosa começou a ser expandida para outros países a partir do século XIX, com a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor (convento) localizada no Rio de Janeiro. Cf. MONTANO, Elza Eliana Lisboa. Mulheres delinquentes: uma longa caminhada até a casa rosa. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, UFRGS, 2000.

processo penal em 1941. A legislação vigente entendia que o aprisionamento deveria ser feito através da separação dos apenados por sexo acelerando a construção de tais estabelecimentos. Além disso, existia uma pressão pelo atraso na criação desses estabelecimentos em relação a países da Europa, EUA, Argentina, Chile e Peru.

De acordo com a exposição de motivos realizada por Lemos de Brito, alegava-se que a separação entre homens e mulheres nesses estabelecimentos era decorrente da precariedade dos espaços que eram reservados às mulheres, da promiscuidade sexual entre ambos os sexos e entre as próprias mulheres compreendidas entre as condenadas e as que aguardavam julgamento. Entendia-se que também era necessário separar mulheres que cometiam delitos mais graves para que o “contágio moral” não provocasse danos às outras que eram consideradas mulheres honestas e de boa família associadas a crimes mais brandos. Nessa época, a criminalidade feminina era facilmente associada ao meio em que as mulheres viviam e à falta de educação moral e suporte familiar. Mulheres caracterizadas como prostitutas, mães solteiras, mulheres escandalosas ou masculinizadas, histéricas e boemias eram classificadas como representantes do desvio e potencialmente perigosas. (ANGOTTI, 2012).

A prisão feminina tinha o objetivo de segregar e punir quem cometeu um ato ilícito, levando em conta as particularidades de seu sexo. Entre as décadas de 1940 e 1950, as funções explícitas da prisão eram a de defesa social retirando indivíduos considerados perigosos da Sociedade e a de ressocialização à medida que os indivíduos seriam reabilitados através da valorização do trabalho. A administração dos primeiros presídios femininos ficou na responsabilidade das freiras de uma congregação carioca.

O cotidiano das presas baseava-se no trabalho e na sua regeneração moral e física; e ao aprender os papéis designados para o feminino, elas se desviariam dos caminhos do crime. As freiras também aplicavam a ordem, a higiene e ditavam o comportamento corporal para as presas. Havia uma divisão de trabalho a partir das habilidades de cada detenta e, conseqüentemente, pela classe social de cada uma delas; as mais desafortunadas economicamente realizavam trabalhos considerados como os mais pesados a exemplo dos domésticos. (ANGOTTI, 2012).

Vale ressaltar que em 1955, as freiras perderam o controle administrativo da primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal (PCDF), localizada em Bangu e que surgiu em 1942, cedendo a responsabilidade para a direção da PCDF; assim, ela passa então a ser chamada de Talavera Bruce e então permanece até os dias atuais. (SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

A autora Heidi Cerneka (2012) afirma que ao se construir um presídio feminino é importante que se pense nesse ambiente como forma de trabalhar as questões de relação familiar, de autoestima e de profissionalização. Essas mulheres são mães, companheiras, esposas, cuidadoras, filhas e muitas estão doentes, grávidas ou em processo de amamentação. Segundo ela, o Poder Público poderia investir melhor em espaço de visita para os filhos, em equipe técnica de saúde em geral e em espaço para amamentação. Vale mencionar que, apesar dos avanços ocorridos na Legislação e em algumas políticas públicas, geralmente muitas mulheres que estão encarceradas possuem necessidades que não são atendidas adequadamente, como por exemplo, acesso a objetos de uso pessoal levado por familiares e restrição do número de pessoas no momento da visita, além de outras.

A autora Caroline Howard (2006) compartilha ideias semelhantes trabalhadas pelos autores anteriormente mencionados. Ela afirma que o sistema deve ter uma perspectiva que priorize os indivíduos, as famílias e as comunidades juntamente com suas particularidades. É importante que haja uma mudança necessária para a promoção do respeito dos direitos das mulheres e o oferecimento de um tratamento igual a pessoas, do sexo feminino e masculino, encarceradas através do respeito de seus direitos humanos.

Soares e Ilgenfritz (2002) revelam que a prisão parece ser um meio de ligação entre múltiplas violências que perpassam a trajetória da população feminina, tanto pela privação da liberdade como pelos abusos que ocorrem. Em relação ao cárcere, os autores Makki, S. e Santos, M. (2010) entendem que o gênero feminino costuma sofrer mais com a ausência dos filhos e familiares; e ao mesmo tempo, a distância dos filhos ocasionada pela prisão tem um maior significado devido ao exercício da maternidade. Nesse sentido, a mulher preocupa-se com o universo para além das grades e tende a priorizar o companheiro e a família; diferente acontece com o homem encarcerado pois recebe o apoio incondicional de sua mulher, que não mede esforços para facilitar a vida dele enquanto está preso, na maioria dos casos.

Para a autora Coline Cardi (2007), a prisão torna-se um lugar privilegiado de observação para compreender como o gênero é compreendido a partir do tratamento penal que é dado às mulheres. A autora ressalta a importância de se pensar na construção social do desvio e na análise das trajetórias de mulheres encarceradas a partir de arranjos sociais e dos métodos de controle que se encontram no cárcere. O encarceramento é ainda uma forma de diferenciar as mulheres que possuem uma

carreira delinquente ou que estão em condições sócio-econômicas desfavoráveis em relação a outras mulheres que possuem boa condição social ou formação cultural relevante. Algumas mulheres sabem melhor utilizar os recursos oferecidos pela prisão devido a sua boa formação e, várias vezes discutem a vida após a prisão. Além disso, elas conseguem construir uma espécie de estado independente dentro da prisão pelo fato de ter conhecimento dos códigos legais e de capital linguístico e simbólico. Vale ressaltar que algumas pessoas podem ficar em uma cela individual ou trabalhar em serviços gerais; dessa forma, a exclusão existente na prisão pode, de modo diferenciado, provocar desigualdades de maneira semelhante ao que acontece para além de seus muros. Segundo a autora:

O controle social sobre as mulheres mais pobres é realizado entre prisão, justiça e trabalho social, em instituições regidas por diferentes leis que interagem e contribuem para o processo de diferenciação dos sexos e classes sociais. A disposição desses dispositivos assume diferentes formas, dependendo das características sociais dos presos, mas também de acordo com seu grau de conformidade ou desvio em papéis do gênero. (CARDI, 2007, pag. 18).

Nesse sentido, a prisão é uma instituição que realiza o tratamento de desafiliação¹⁰ e também absorve as formas "patológicas" de relações sociais normais e conformidade social; os arranjos e dinâmicas sociais são importantes para se compreender os diferentes caminhos que levam as mulheres até a prisão. (CARDI, 2007).

As ideias apontadas pela pesquisa de Coline Cardi me fazem pensar na maneira como posso compreender o tratamento diferenciado dado à mulher que se encontra no Presídio localizado na cidade de Nossa Senhora do Socorro-SE. Ele recebe mulheres de diversas partes do estado e não é difícil encontrar mulheres de níveis de escolaridade, faixa-etária e nível intelectual de diferentes tipos. Assim, essas nuances podem ser tanto verificadas na natureza do delito praticado quanto no aproveitamento dos serviços disponibilizados pela unidade a elas.

¹⁰ A categoria de desafiliação de Castel (1995), considera os fatores contemporâneos de dissociação social, na qual ela representaria uma condição particular de fragilidade de ordem financeira, de relacionamentos profissionais e sociais. O nível extremo nesse processo de desafiliação levaria ao desemprego, ao isolamento social e à miséria. Cf. Castel, R. (1995). *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris: Fayard.

As penitenciárias exclusivamente femininas existem nos dias atuais, em diversos estados do Brasil; no entanto, a maioria das unidades prisionais abriga mulheres e homens sendo que as atividades por elas realizadas, as vestimentas e a estrutura são diferentes das utilizadas pelos homens. (COLARES, L.; CHIES, L., 2010). O Grupo de Trabalho Interministerial - GTI (2008) revela que as instalações que abrigam mulheres na sua maioria são insalubres, desprovidas de conforto e superlotadas; algumas até anteriormente abrigavam presos homens, e já tinham sido desativadas por não oferecerem condições próprias para o cumprimento da pena, mas foram ativadas inadequadamente para abrigar mulheres. As instalações apresentam deterioração provocada pelo tempo e não possuem espaço físico adequado. (GTI apud MAKKI, S.; SANTOS, M., 2010).

Uma pesquisa importante foi realizada pela pesquisadora Caroline Howard (2006) na qual foram entrevistadas 101 pessoas em penitenciárias e cadeias do estado de SP, totalizando seis unidades. A maioria das mulheres havia sido condenada por crimes de tráfico de entorpecentes, roubo e furto e a maioria delas era ré - primária. Os dados revelaram que ocorre descumprimento de direitos em muitas cadeias e penitenciárias, nos seguintes aspectos: condições de detenção encontradas no estado de SP para as mulheres presas, o tratamento dado às condições familiares e vínculo entre as presas e seus familiares.

A grande maioria das penitenciárias e cadeias foram “adaptadas” de cadeias penitenciárias públicas masculinas existentes ou de Instituições voltadas para jovens que cometeram atos infracionais. Elas não satisfaziam às necessidades específicas de gênero das mulheres, o suficiente para não atender aos padrões internacionais mínimos no que diz respeito à manutenção de presídios. Dentre os problemas havia ausência de profissionais da área da saúde, escassez de medicamentos, instalação de assistência à saúde, inclusive assistência especializada, quantidade limitada de guardas para realizar escolta policial, 24h, quando necessário. O estudo apontou ainda que há um déficit no tratamento de emergência e na assistência de saúde a mulheres grávidas e mães recentes, na quantidade de vagas para berçário, na assistência de saúde para mães e bebês, na precariedade nos serviços de assistência à saúde mental, dentre outros problemas. (HOWARD, 2006).

Em muitas cadeias trabalhadas na pesquisa, muitas mulheres alegaram haver sofrido assédio moral e violência pela polícia embora essas reclamações não tenham sido oficializadas; ainda um número pequeno de mulheres informou que agentes

penitenciários dentro do sistema praticaram violência física contra elas. Cabe mencionar que houve também informações sobre abuso e assédio sexual perpetrados por eles, mas como nunca foram documentados, nunca foram investigados. (HOWARD, 2006).

O estudo apontado por Caroline Howard para a minha pesquisa é significativo uma vez que serve de parâmetro para as minhas observações e entrevistas no decorrer do trabalho de campo. Os dados revelados por esse estudo compartilham de algumas dificuldades encontradas no serviço de saúde pela insuficiência de medicamentos e profissionais; no entanto, distanciam-se quando se refere à estrutura física pois a unidade prisional aqui pesquisada possui uma boa infra-estrutura de modo geral.

O relatório sobre a situação do sistema prisional brasileiro, de 2006, realiza um diagnóstico da situação prisional em 17 estados e propõe soluções para o sistema prisional brasileiro de alcance emergencial e estrutural. Esse relatório foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), voluntários das comissões pastorais carcerárias e de outras organizações de direitos humanos que possuem convivência com a comunidade prisional e autoridades públicas gestoras dessas instituições. Ele oferece um entendimento sobre a crise aguda, vivenciada pelo sistema prisional, marcada por rebeliões de internos adultos e adolescentes, assassinatos de agentes penitenciários de São Paulo, violações de direitos de presos e atuação de grupos criminosos oriundos das prisões.

É ainda inexistente a sensibilização com o objetivo de mobilizar a Sociedade face às condições de saúde precária, ambientes superlotados, ausência de atividades laborais e educativas por parte de todas as pessoas que desprezam os internos no Sistema Prisional. Faz-se importante a existência de soluções eficazes no que se refere a políticas públicas envolvendo tanto a sociedade civil como as Instituições responsáveis para que sejam reduzidas as consequências do agravamento da crise no Sistema Prisional.

É também importante investir no enfrentamento das causas atuando assim na prevenção do crime e na aplicação de penas alternativas, além de partir do princípio da dignidade humana como elemento fundamental no exercício da função do sistema prisional. Valores humanos precisam ser oferecidos para a comunidade prisional além de haver cumprimento das leis de execução penal e assistência judiciária, aplicação de penas alternativas para infrações menos ofensiva, adoção de estratégias para a justiça restaurativa e a remissão de penas por trabalho e educação facilitando futuramente a reinserção social do egresso.

De outro lado, é importante favorecer uma reflexão acerca do papel do agente penitenciário, definir suas responsabilidades, valorizar suas funções, dar-lhe condições de trabalho e segurança, dentre outras, além de haver cobrança no cumprimento das leis de maneira que tais agentes sejam punidos pelos delitos praticados como, por exemplo, a entrada de armas, telefones celulares e drogas, etc. A participação da Sociedade através de conselhos e associações que acompanham o cotidiano das unidades é importante para a gestão do sistema prisional já que são instrumentos de cidadania e de defesa dos direitos humanos junto à população carcerária podendo acionar o poder judiciário quando for adequado. De maneira geral, pode-se perceber que na maioria dos estados analisados pela CDHM, as situações foram semelhantes no que se refere à superlotação de presos, prática de tortura e outros tipos de violência, morosidade da justiça, ociosidade de presos, corrupção dentre outros problemas que merecem ser solucionados.

2.2 O PRESÍDIO COMO INSTITUIÇÃO TOTAL E MARCADO PELO PODER DISCIPLINAR

O entendimento acerca da mulher presidiária envolve também a análise do conceito de prisão trazido por Goffman (1999, p. 16), como uma “instituição total”, ou seja, ela possui tendência de fechamento, em graus variados; tal fechamento representa uma barreira à relação social com o mundo externo e uma proibição à saída. Além deste aspecto, estas instituições passam pelo mesmo processo de despersonalização e degradação do indivíduo, através das regras impostas para todos de igual maneira. As mudanças que são promovidas na concepção de si mesmo através de rebaixamento, humilhações ou degradações sofridas provocam no indivíduo um processo de mutilação do eu; e este processo ocorre através de uma série de elementos como perda de papéis sociais, e substituições padronizadas (ausência de bens). Então, o indivíduo passa por um processo de aculturação, ou seja, dessocialização e desabilitação pelas características destas instituições.

Para o autor, o sistema prisional no modelo das instituições totais difere de uma escola ou hospital por ser fechado ao público, e quando uma pessoa decidir conhecê-lo encontrará múltiplas dificuldades, e ainda assim só poderá compreender a experiência de viver dentro da instituição se estiver na condição de funcionário ou de preso. Em “Manicômios, Prisões e Conventos”, Goffman (1999, p. 17), caracteriza a “instituição

total” destacando importantes aspectos do tipo de vida que ela impõe aos seus habitantes:

a) Todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade; b) Cada fase da atividade diária do participante realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto; c) todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e por um grupo de funcionários; d) As várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da Instituição.

É possível perceber que esse conceito torna explícito tanto o estado de privação de liberdade como as condições de exclusão social nas quais se encontram as mulheres, o que provoca a ruptura com o meio social e com os vínculos submetidos a ele.

Goffman (1999) ainda afirma que o presídio possui uma estrutura física marcada pela separação, ou seja, ela é feita de muros, grades ou abismos que separam fisicamente a instituição total do seu entorno. Dessa maneira, uma das características principais desse tipo de instituição é a reduzida comunicabilidade entre o interior e o exterior dela.

Uma instituição prisional é preenchida por regras e normas que devem ser seguidas pelos membros que dela fazem parte. As regras que não são cumpridas geram punição de alguma forma e com as mulheres encarceradas não poderia ser diferente. Segundo Foucault (2010), os castigos aplicados às detentas são a expressão do poder prisional ao qual estão submetidas; o poder não é dado e nem é trocado, mas ele passa a existir na forma de ação através da relação de forças que permeiam todas as relações sociais. Ao ampliar a discussão do poder para dentro das prisões, Foucault (2009) destaca o “poder disciplinar” como aquele poder exercido sobre os corpos dos indivíduos, exigindo aparatos técnicos e específicos de controle: “(...) implica numa coerção ininterrupta, constante que vela sobre os processos da atividade mais que sobre o resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadriinha ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos.” (FOUCAULT, 2009, p. 118).

Nesse tipo de relação, o poder aparece com o objetivo de disciplinar os corpos, tornando-os submissos e dóceis, pois a disciplina fabrica indivíduos para serem instrumentos e objetos de seu exercício. Nas prisões, o exercício do poder disciplinar é

estabelecido no controle do tempo e do espaço, na norma e na vigilância. Nesse sentido, “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e articula sua utilização.” (FOUCAULT, 2009, p.147). Elementos como vigilância e observação encontraram seu local privilegiado dentro da prisão, ou seja, “É preciso que o prisioneiro possa ser mantido sob um olhar permanente; é preciso que sejam registradas e contabilizadas todas as anotações que se possa tomar sobre eles” (FOUCAULT, 2009, p. 235). O autor afirma que diante de condições inadequadas já se comprovou a impossibilidade de recuperação podendo ampliar o potencial criminoso, ou seja, “a prisão fabrica indiretamente delinquentes” (FOUCAULT, 2009, p. 223).

As contribuições fornecidas por Goffman e Foucault são relevantes para a minha pesquisa de modo que as mulheres que adentram ao cárcere irão se deparar com o poder disciplinar que está atrelado ao cumprimento da pena durante todo o tempo em que permanecerão presas. Essas mulheres encarceradas são distribuídas em espaços fechados, planejados por uma arquitetura específica própria que impede a comunicação, permite a sua localização imediata e o seu isolamento (controle do espaço). Os horários rígidos determinam as atividades das presidiárias e aquelas que não os seguem são submetidas a castigos (controle do tempo). A vigilância rígida e constante caracteriza o exercício da disciplina, sentida individualmente, aplicada pelos agentes através de suas anotações e registros de comportamentos. A norma também limita de forma rígida a ação do indivíduo. Na presente pesquisa, procuro compreender como essas mulheres vivenciam essas normas e regras em seu cotidiano. Deste modo, no encarceramento, as mulheres continuam sendo punidas e suas potencialidades permanecem em caráter de observação, registradas e corrigidas.

O poder e o controle exercidos sobre as mulheres presas não se limitam à punição, ou seja, é preciso manter o foco também na sua reeducação. Situações nas quais a privação da liberdade não está associada a condições de reabilitação tornam-se também uma privação de vida. Esse fato pode ter uma significativa influência nas situações em que essas mulheres tentam confrontar as normas e regras institucionais.

2.3 PARTICULARIDADES PRESENTES EM MULHERES PRESAS DE ACORDO COM O CRIME PRATICADO

Alguns perfis associados aos crimes femininos foram obtidos pela pesquisa realizada por Ana Vitória Moreno e Teresa Tomé de Sousa (1996) na prisão feminina de

Tires que é a que possui maior número de detidas em Portugal. A partir desse estudo foi possível a identificação de quatro perfis distintos: um associado ao homicídio, outro ao furto e dois ao tráfico de drogas. Dentre as traficantes, o primeiro grupo é composto por dependentes de drogas pesadas e elas percebem o tráfico como meio de garantir o seu consumo, em torno de 75,8%, e tem penas inferiores a cinco anos; já o segundo é constituído de mulheres que não são dependentes e visualizam no tráfico melhores condições de vida, não revelando uma trajetória delinquente. Revela-se nesse grupo um baixo nível socioeconômico, no qual a maioria, 63,6%, viviam em barracas e tinham rendimentos mensais muito baixos. Nos dois grupos, foi comum o baixo nível de escolaridade e profissão sendo que a maioria era vendedora ambulante ou empregada de serviços pessoais.

As condenadas por furto tinham origem urbana, 45,4%, idade entre 18 e 29 anos, profissões mais qualificadas, dependência de drogas pesadas (81,8%) e apresentavam uma elevada taxa de reincidência, 45,5%. Outro fato que pode ser observado é que as mulheres homicidas estavam associadas à proveniência rural e 41,7% delas relataram que sofriam maus tratos conjugais e apresentaram um baixo nível de escolaridade. Segundo os dados apresentados, as homicidas e traficantes não apresentaram indícios de uma carreira delinquente; no entanto, todas as presas evidenciaram um elevado grau de desvinculação em relação à sociedade, caracterizado pela falta de apego às redes familiares e de amizade, falta de empenho e envolvimento na construção de uma carreira acadêmica e profissional, o que caracteriza o processo que conhecemos como desafiliação. (MORENO; SOUSA, 1996).

Um dos primeiros estudos realizados no Brasil sobre a criminalidade feminina foi feito pela socióloga Julieta Lemgruber numa penitenciária do Rio de Janeiro. Seu estudo identificou em toda a população carcerária feminina uma taxa de 20,8% de crimes referentes ao tráfico de drogas. (LEMGRUBER, 1999 apud HELPES, 2013, p.8). Um novo estudo foi realizado no mesmo estabelecimento por Simone Brandão Souza três décadas depois, 2005, e 56,4% do total configurava-se nesse tipo de crime. (SOUZA, 2005 apud HELPES, 2013, p. 8).

Conforme Bárbara Soares (2002), a população carcerária pesquisada no Rio de Janeiro distribuía-se da seguinte forma: prevaleceram no conjunto das presas mulheres jovens, com baixa idade escolar e provenientes do próprio estado do Rio de Janeiro e de outras áreas urbanas; cerca de 50% das presas eram domésticas ou trabalhavam no comércio, antes da prisão; e quase metade das mulheres faz ou fez uso abusivo de

drogas. Segundo a autora, a maior parte das mulheres, 95%, em algum momento anterior à prisão foi vítima de alguma forma de violência (física, psicológica ou sexual). Do total de presas, 72% afirmaram ter sofrido esse tipo de violência na infância; 74,6% foram vítimas de um ou mais tipos de agressões no casamento; e 57,1% vivenciaram as duas situações.

No espaço doméstico, as mulheres agredidas também desenvolveram atos violentos, como resposta, através de arremesso de objetos, agressões físicas, xingamentos, ameaças com revólver, dentre outras. Cabe ressaltar que além dessas situações vivenciadas, um número elevado de mulheres experimentou perdas violentas de parceiros conjugais e/ou de parentes próximos. (SOARES, 2002).

Em relação aos crimes praticados pelas mulheres, Breitman (1999, p. 208) em sua pesquisa realizada, entre 1995 e 1997, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) constatou que mais de 30% dos encarceramentos em Porto Alegre foram decorrentes do tráfico de entorpecentes, chegando a 57% no segundo semestre de 1997. O furto teve uma redução de 19% a 15% e a 11% e o roubo de 19% a 17% e a 14%; em novembro de 1998, aproximadamente 45% estavam enquadradas por tráfico e na maioria dos casos tratou-se de uma pequena venda de entorpecentes e/ou da realização do delito em conjunto, como companheira. Para muitas mulheres, o furto representa uma estratégia de sobrevivência que se mescla com outras formas de trabalho como o contrabando, a prostituição, etc. Este tipo de crime é cometido geralmente por mulheres e pode caracterizar-se como um dos mais tolerados pela Sociedade uma vez que não provoca muita indignação social.

Na maioria dos relatos das detentas da PFMP, no que se refere ao roubo, houve a tentativa de diminuir a participação no delito ou negaram tê-lo cometido. Os relatos indicam que os delitos foram planejados e praticados juntamente com um companheiro homem ou a detenta o acompanhava no momento do crime. Os homicídios praticados por elas foram contra seu próprio companheiro ou de amiga, em conjunto com esta, contra descendente próprio, ex - companheiro, ou contra uma vizinha. Dessa forma, a maioria dos homicídios cometidos foi contra indivíduos com os quais possuíam alguma relação de intimidade. (BREITMAN, 1999).

Segundo os dados do INFOPEN (2014) que registram todas as ações penais pelas quais respondem as pessoas privadas de liberdade em todo o Brasil, em junho de 2014, em relação à população total, 4 em cada dez registros correspondem a crimes contra o patrimônio; o crime de maior incidência foi o Tráfico de drogas respondendo

por 27% do total de crimes informados. Já os crimes de homicídio correspondem a 14% dos registros. De acordo com a análise da distribuição referente ao recorte de gênero, são reveladas particularidades relevantes: enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, para as mulheres essa proporção chega a 68%. Em contrapartida, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres. Cabe mencionar que o encarceramento feminino obedece a padrões de criminalidade bastante distintos em relação à população masculina.

Destaco a seguir a análise de duas pesquisas de referência quando se pensa na possibilidade compreender a mulher que é capaz de praticar o homicídio. Rosemary Almeida (2001), em sua pesquisa sobre mulheres que matam, apresenta o retrato da mulher que é diferente daquela enquadrada no padrão culturalmente construído como esposa, mãe e dona de casa e somente vítima da discriminação e dos maus-tratos. Dessa forma, a autora revela uma mudança da figura feminina como sujeito passivo da esfera privada que sofre o poder e a violência para um sujeito ativo do âmbito público. Nesse sentido, os crimes provocam uma visibilidade social, que indica para o público a violência como um modo de se desprender de um cenário de invisibilidade constante. Segundo a autora, as mulheres entraram há muito tempo na esfera pública, tanto nos espaços sociais pelos meios legais como envolvimento com drogas, realização de assaltos, pela participação em grupos criminosos em busca de dinheiro, imposição de força ou reconhecimento.

Para a autora, as mulheres estudadas em sua pesquisa ultrapassaram a ideia de que as mulheres não se inserem em crimes e, que só cometem assassinatos nos casos de crimes passionais, motivadas pela emoção ou paixão contra filhos ou cônjuges; ou seja, ela organizou três estruturas para as histórias das mulheres assassinas: crimes contra inimigos, praticados por vingança e brigas entre quadrilhas decorrentes de furtos, roubos e tráfico de drogas; crimes contra crianças, realizados também por vingança e em caso de infanticídio e crimes contra companheiros, praticados por revolta pelos maus-tratos provocados por eles ou razões passionais. Nesse sentido, tais situações confrontam as características comuns presentes no “crime feminino” uma vez que evidenciaram as diferenças desses crimes, praticados contra vítimas diversificadas, de formas diferentes.

Segundo Almeida (2001), mulheres que não suportam mais determinadas situações nas quais permanecem caladas, quietas e confinadas no lar, elas enfrentam

através de uma forma violenta; assim, foram vistas, ouvidas e julgadas longe do espaço privado. Já as mulheres que mataram, por vingança, seus inimigos e desafetos foram motivadas pela necessidade de uma auto-afirmação diferente, ou seja, pela necessidade de se exprimir num espaço em que são desconsideradas ou de impor seus interesses rejeitados, mesmo que tivessem em seu cotidiano uma violência já instituída. Dessa forma, adentraram ao espaço da rua, buscaram trabalhar, guardar carros, mendigar na rua, praticar roubos, trabalhar como “flanelinha”, drogar-se contrapondo dessa maneira as regras sociais estabelecidas como dona de casa. Nesse aspecto, tanto a necessidade econômica quanto o envolvimento em gangues e com o tóxico, as impulsionavam para a rua associado a uma vontade de ser livre da condição doméstica.

A antropóloga Mariza Corrêa¹¹ (1983) foi uma das autoras brasileiras que utilizaram o processo criminal como fonte das suas investigações, no início da década de 1980. Ela teve influência de debates acadêmicos orientados para a utilização de novos objetos e fontes nas ciências humanas e pelos questionamentos de perspectivas que subjugavam a posição da mulher em relação ao homem no que se refere às temáticas femininas. Em seu livro “Morte em Família”, a autora trabalha com processos criminais de homicídios envolvendo mulheres, entre 1952 e 1972, em Campinas, analisando em detalhes as etapas constituintes e discursos dos envolvidos desde o inquérito. Sua atenção volta-se para os discursos das pessoas responsáveis pela elaboração dos documentos judiciais, vendo nos processos criminais documentos em si, ou seja, como “autos” e não “atos”, impossibilitando o acesso ao fato real que está sendo julgado.

Para a autora esses processos tornam-se complexos por estarem associados a sentidos múltiplos existentes nos discursos presentes nos autos cuja realidade passa por uma ordenação e ressignificação; nesse sentido, as particularidades se fazem presentes nos crimes de homicídio e estes possuem um próprio significado dentro do contexto jurídico. Dessa forma, a análise dos homicídios estudados recebe uma atenção no que se refere ao seu significado simbólico, ou seja, a análise do crime vai além da quebra de normas das relações sociais. (CORRÊA, 1983).

¹¹ Mariza Corrêa no livro “Morte em Família” mostra os resultados de sua pesquisa ao analisar os crimes ditos da “paixão”, priorizando o estudo dos assassinatos cometidos contra as mulheres dentro das relações conjugais. A pesquisa foi realizada durante o ano de 1974 nos arquivos e varas criminais da cidade de Campinas.

Corrêa (1983) revela que o ambiente doméstico configura-se como fonte das principais justificativas e motivações para a realização dos homicídios por ser um espaço que envolve maus-tratos e violência do esposo, incapaz de sustentar a casa e muitas vezes acompanhado da embriaguez. Nesse caso, a mulher mata na tentativa de fugir de uma situação insuportável em momento de desespero. A morte nessa situação adquiria um grau de legitimidade diferentemente do que era observado diante das mulheres caracterizadas por ter um temperamento difícil de atividades violentas ou que trabalhavam fora de casa. Nesse caso, a autora observou que a probabilidade maior de absolvição acontecia quando a mulher exercia as funções do lar, ou seja, cujo comportamento era associado com as funções maternas e priorizando a harmonia e a manutenção do lar. Dessa forma, a mulher cumpridora de suas responsabilidades sociais que cometesse um crime grave como o assassinato seria motivada pelas más atitudes de seu companheiro; se este fosse bom pai e homem honrado, o ato era atribuído ao desequilíbrio mental decorrente de traumas familiares.

Em contrapartida, a condenação da acusada poderia ter outro desfecho caso a mulher apresentasse a infidelidade ou uma postura mais independente. Desse modo, a autora observou que nos tribunais as mulheres eram apresentadas da seguinte forma: homicidas decorrentes de uma situação insuportável e restrita ao espaço familiar e, resultando em absolvição; e mulheres condenadas que iam além de seu limite familiar seja por independência financeira ou por adultério.

As pesquisas de ambas autoras trazem dados relevantes para se compreender a mulher quando comete um crime mais grave como é o caso do homicídio. Em ambas as pesquisas, percebem-se elementos em comum tanto no que se refere às motivações quanto ao espaço doméstico e ao julgamento que é feito pelo sistema legal e pela sociedade. Penso que as práticas violentas das mulheres evidenciam que elas não apenas são capazes de perpetrar atos violentos como assim o fazem, bem diferente do que é relatado pelas representações e abordagens que abordam uma feminilidade estereotipada. Os casos de homicídios encontrados nessa pesquisa evidenciam que motivações diferentes levaram essas mulheres a praticar esse delito.

O capítulo a seguir dará continuidade a essa abordagem sobre as prisões através da apresentação do Presídio Feminino de Nossa Senhora do Socorro - SE (PREFEM) incluindo alguns dados estatísticos sobre a população prisional e informações resultantes da observação direta realizada na pesquisa de campo.

CAPÍTULO 3

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PREFEM: HISTÓRIA, PRÁTICAS E POPULAÇÃO PRISIONAL

Este terceiro capítulo apresenta o PREFEM a partir de seu breve histórico e aborda as regras institucionais, através da sistematização do cotidiano das presas, e também descreve a participação delas nas atividades propostas para sua reinserção social, tais como estudo, trabalho, formação profissional e cultural. Além disso, ele traça o perfil estatístico da população carcerária e caracteriza a amostra pesquisada.

3.1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA FÍSICA, FUNCIONAMENTO E EQUIPE DE TRABALHO DA UNIDADE PRISIONAL

De acordo com as informações disponibilizadas na Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, realizada em dezembro de 2014 pelo PREFEM, a Secretaria de Estado de Justiça e Defesa ao Consumidor (SEJUC) é o órgão responsável pelas mulheres que se encontram na condição de cumprimento de pena em regime fechado e também pelas mulheres que aguardam julgamento, denominadas de presas provisórias. O Estado busca garantir o cumprimento das leis e normativas voltadas para as políticas penitenciárias como a Lei de Execução Penal (LEP)¹², de 2009, que garante assistência às mães presas que possuem filhos recém-nascidos, dentre outras especificidades de gênero. Dessa forma, o Presídio Feminino pode ser compreendido como um estabelecimento penitenciário que tem a preocupação de promover a dignidade da vida da mulher presa e das possibilidades que levam a sua reintegração social haja vista o número de programas, oficinas, cursos e estrutura física compatível com a diversidade das internas.

Conforme a Minuta citada anteriormente, as mulheres em situação de prisão eram custodiadas em regime misto, na Casa de Detenção do Estado (CDA), até a década

¹² A alteração da lei de execução penal, de 2009, assegura às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência, direito que não era assegurado na Lei original nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

de 1980. O prédio funcionou durante aproximadamente três décadas sem adquirir nenhuma mudança relevante em sua estrutura física. Ele era inserido na região metropolitana e possuía várias condições de insalubridade, contendo apenas seis celas coletivas e sete celas individuais, além de um galpão para o funcionamento de atividades de inserção social e administrativa; o espaço chegou a ter 176 internas, em 2009, quando havia apenas espaço para 20.

Diante das condições relatadas, no dia 29 de dezembro de 2010, a nova unidade prisional foi inaugurada no município de Nossa Senhora do Socorro e realizada através de recursos estaduais e federais conforme as normativas voltadas ao gênero devidamente planejada e se tornando uma referência no País. A unidade oferece um total de 175 vagas para as detentas de Sergipe, sendo uma cela especial para idosa e deficiente com capacidade para quatro internas e duas celas com berçário que oferece espaço para três internas com três crianças em cada uma delas. Atualmente, no PREFEM, há 236 internas, dentre as quais 08 são gestantes. Em relação ao regime prisional, tem-se a seguinte distribuição:

Tabela 1 – Distribuição das presas quanto ao regime prisional

Regime Prisional	
Tipo	Quantidade
Sentenciadas	60
Provisórias	176
Total	236

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Como se pode perceber, do total de mulheres presas, 60 mulheres se encontram sentenciadas, correspondendo a 24,4 % do total; e há 176 presas provisórias, correspondendo a 74,6% do total, ou seja, a grande maioria ainda aguarda pelo julgamento e sua sentença. Vale ressaltar que no estado de Sergipe ainda não existe unidade para o regime semi-aberto, e então quando as presas são sentenciadas neste tipo de regime elas são contempladas pelo Juiz da Vara de Execuções com a prisão domiciliar.

Segundo relatório elaborado pelo Juiz responsável pela inspeção realizada no mencionado estabelecimento, não há separação de presas provisórias das presas definitivas das que cumprem regime distinto e conforme a natureza do delito cometido

(periculosidade); as presas primárias não são separadas daquelas que são reincidentes e nem das que possuem idade maior que 60 anos. Nas minhas observações e conversas com presas e agentes, pude comprovar essas informações.

“Aqui se você entrar por um delito, sai com vários. Repare só: Se eu conheço uma latrocida, eu aprendo; tem outras que sabem virar o crack, o pó, aí eu aprendo aquilo ali, quer dizer você sai daqui com uma senhora mente. Agora, se você achar que aquilo dali nada vale a pena, aí sua mente se transforma, você vai melhorar.”. (Eliê, 51 anos).

Algumas delas alegaram nas entrevistas que essa diversidade de delitos diferenciados favorece a aprendizagem de crimes que ainda não foram praticados e que se não tiver mudanças positivas na cadeia, sairão com habilidade para cometerem outros tipos de crimes. Em relação ao tempo de condenação, tem-se a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Distribuição quanto ao tempo de condenação

Tempo de condenação	
Total de pena	Quantidade
Condenação de 02 a 04 anos	4
Condenação de 05 a 10 anos	23
Condenação de 11 a 15 anos	20
Condenação de 16 a 20 anos	9
Condenação de 21 a 30 anos	4
Total	60

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Dessa forma, no que diz respeito ao número de anos por condenação, dentre as 60 presas sentenciadas predominam as penas medianas: 23 foram condenadas a penas que variaram entre 5 a 10 anos (38,3%) e 20 receberam penas entre 11 a 15 anos (33,3%). Vale ressaltar que não houve condenação inferior a 2 anos e nem acima de 31 anos assim como não houve Medida de Segurança¹³.

3.1.1 INFRAESTRUTURA

De forma geral, a unidade prisional observada é limpa e cumpre as exigências da legislação penitenciária quanto à estrutura física. Em relação a esse aspecto, o relatório

¹³ A Medida de Segurança é destinada àqueles que praticam crimes e que não podem ser considerados responsáveis pelos seus atos por serem portadores de doenças mentais. O artigo 96 do Código Penal determina que o tratamento deve ser feito em hospital de custódia e tratamento, nos casos em que é necessária internação do paciente ou o tratamento será ambulatorial, no qual a pessoa se apresenta durante o dia em local adequado para receber a assistência médica, quando não houver necessidade de internação.

anteriormente mencionado já tinha sinalizado que a estrutura era boa no geral, mas possuía falha na elaboração do projeto porque só havia uma saída de emergência caso acontecesse um incêndio. No relatório, as presas reclamaram de deficiência médica, principalmente ginecológica e havia 31 (trinta e uma) máquinas para costura industrial, mas o presídio ainda aguardava o projeto do SEBRAE e SENAC para ensinar às detentas a confeccionar os fardamentos para as unidades prisionais.

A unidade estava equipada com consultórios médicos e odontológicos, já aparelhados para uso imediato e possuía salas destinadas às oficinas de corte e costura, onde são confeccionados os uniformes dos presos de todo o Sistema. Ainda em relação à estrutura interna, o presídio possui salas de aula, quadra esportiva, enfermaria, salas para atendimento social e visita íntima, refeitórios, berçário para acompanhamento de bebês pelas mães até os 6 meses de vida e uma capela para realização de cultos religiosos. Já as celas possuem espaço de 9m², banheiro e três beliches com capacidade para seis pessoas.

Conforme o trabalho de campo, observei que as informações referentes à estrutura física foram ratificadas, e de fato tanto o planejamento como as modificações realizadas no espaço que antigamente era o Hospital Psiquiátrico Garcia Moreno foram implementadas. Segue abaixo uma tabela que esclarece bem a composição de unidades que compõem a estrutura predial interna:

Tabela 3 – Distribuição das unidades referentes à Infra-estrutura

Infra-estrutura	
Espaço	Quantidade
Pavilhão 01	14 celas
Pavilhão 02	17 celas
Berçário	02 celas
Cela especial para idosa e deficiente	1 cela
Sala de aulas	2
Biblioteca	1
Sala de vídeo	1
Sala de artesanato	1
Sala de instutores	1
Refeitório	1
Lavanderia	1
Capela ecumênica	1
Fábrica-escola de corte e costura	1
Sala de serviço social	2
Sala de psicologia	1
Consultório odontológico	1
Consultório médico	1

Enfermaria	1
Almoxarifado	2
Sala de monitoramento	1
Cartório	1
Sala de recursos humanos	1
Sala de direção	2
Sala de reunião	1
Parlatório	1
Sala de pertences	2
Salas de inspetoria	3
Alojamentos	2
Cozinha industrial	1

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

As minhas observações durante a exploração do espaço físico da unidade começaram desde a entrada na instituição. Desde a primeira visita realizada no mês de junho do ano passado, ao passar pelo portão principal para chegar ao estacionamento do presídio, logo percebi que não havia nenhum profissional de segurança na guarita. Perguntei a agente que me acompanhou até lá e ela informou que era assim mesmo, pois não havia nenhum profissional, em específico, para fazer esse serviço. Ao adentrar na unidade, existe uma recepção na qual as pessoas aguardam pela autorização para adentrar nos demais departamentos, independente de serem advogados, familiares das presas, estudantes, etc. Chamou a minha atenção perceber tantos cães na porta da unidade e dessa forma lá estavam todas as vezes em que estive na unidade.

Após a devida identificação, fui percorrendo a unidade e me deparei com o parlatório¹⁴, enfermaria e logo em seguida, o primeiro pavilhão, destinado às internas reincidentes; já me esbarrei com um enorme portão com um grande cadeado. Ainda no primeiro pavilhão, existe uma sala chamada de “tranca” na qual as presas ficam trancadas durante o período designado para cumprir algum castigo em virtude de ter cometido determinada falta disciplinar. Esse é um ambiente pouco higiênico e totalmente impessoal no qual a presa só pode levar consigo artigos para sua higiene pessoal além de que permanecem sem o banho de sol, sendo este um direito assegurado pelo Regulamento do Sistema Penitenciário. “A sala íntima serve também como tranca, é só mudar o colchão. Não tem nada.”. (Preta, 24 anos).

¹⁴ O parlatório trata-se de uma pequena sala onde normalmente, por interfone, o advogado ou representante jurídico conversa com a presa e pode lhe dar documentos para assinar preservando o direito de diálogo reservado.

Quando há muitas mulheres em situação de isolamento preventivo por má conduta, são utilizadas também como tranca as salas nas quais acontecem as visitas íntimas. Em algumas vezes nas quais estive realizando a pesquisa, ouvi gritos de pessoas que estavam na “tranca”, ora pedindo remédio, ora pedindo para sair.

Para apresentar o espaço físico, selecionei algumas fotografias que mostram os principais setores da unidade prisional, o que facilita a maior possibilidade de visualização mental desses espaços. Entre o primeiro e o segundo pavilhões, encontra-se a quadra onde as presas tomam banho de sol ou fazem atividades físicas e de frente a ela há um pátio maior, com cobertura, no qual se realizam eventos maiores, visitas familiares e ensaios artísticos. Eu tive a oportunidade de fazer várias fotografias enquanto elas estavam em algumas atividades esportivas.



Figura 1: Imagem da quadra utilizada para o banho de sol e outras atividades físicas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Ao lado do pátio, tem-se a fábrica-escola de corte e costura, onde elas costuram e bordam fardamentos de agentes e de internas além de fazerem os acabamentos de peças de artesanato; atrás, tem-se a lavanderia na qual as internas utilizam para a lavagem das roupas em geral. As três imagens a seguir se referem ao setor no qual funciona a fábrica:



Figura 2: Fachada da entrada da fábrica-escola de corte e costura (Foto: Fabiana Andrade, 2014).



Figura 3: Modelo de máquina utilizada durante o trabalho de confecção de fardamentos (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Existe interação entre os setores da unidade bem como entre os cursos realizados como o de bordado, pintura e costura; elas aprendem a arte e em seguida, as peças são finalizadas na fábrica-escola para receberem melhor acabamento. Estas peças geralmente são expostas em eventos promovidos pelo PREFEM com destino à venda ao público.



Figura 4: Finalização de bolsas com aplicação de bordados feitos pelas presas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

No segundo pavilhão, há outras particularidades: a primeira é que há uma cela destinada às presas com nível superior e primárias, situada próxima ao portão principal do pavilhão; a segunda é que há uma cela para gestantes e mães em amamentação na qual se tem também um berçário e sempre chegam gestantes na unidade. Nessa cela, existem itens para que elas possam fazer comidas para os bebês, carrinhos, berços, utensílios para nebulização dentre outros. Os bebês ficam “presos” com as mães até os 06 meses de vida, período que precisam ser retirados do aconchego materno e entregues à família. Durante as minhas visitas à unidade pude ver as duas salas sendo utilizadas; já as demais celas nas quais permanecem as demais internas ficam separadas das duas celas iniciais.

Conforme dados do Relatório do Mutirão Carcerário (2011) e tabela 3 mostrada pela Minuta (2014), confirmo a existência das salas de aula, do consultório odontológico, sala de psicologia, sala de serviço social, biblioteca, sala de coordenação pedagógica, refeitório, quarto do repouso dos agentes, salas para cursos, capela, etc. No entanto, não vi funcionamento da sala de psicologia nem do consultório odontológico, fato que abordarei no tópico referente aos serviços de saúde.

De frente às salas de serviço social e psicologia, existem três salas para visita íntima; as visitas só acontecem a partir de um agendamento prévio e comprovação de união estável além de que as presas que as utilizarem devem antecipadamente tomar uma injeção para prevenir a gravidez. No quarto, existe uma privada pequena, um colchão sob uma cama de alvenaria, e uma única janela de ventilação próxima ao teto. A duração da visita íntima também é pré-estabelecida pelo Presídio e a mulher encarcerada não pode fazer a escolha de se tornar mãe enquanto lá estiver uma vez que essa liberdade também é cerceada. Vale ressaltar que as visitas íntimas acontecem com casais heterossexuais e com casais homoafetivos; estes muitas vezes são formados dentro da unidade e passam por um período de observação da equipe para saber se o vínculo estabelecido entre elas tem potencial para se tornar duradouro. A iniciativa da unidade é muito relevante para compreender a mulher em todas as suas condições e orientações sexuais.

“Eu conheci ela aqui como interna, nós nos envolvemos, ficamos de cartinhas, depois eu fui e conversei com o serviço social, conversei com a direção, passou um certo período de adaptação, e aí como a direção viu que ela tava próximo de ir embora, a direção liberou pra gente fazer a carteirinha ainda como internas as duas, a gente tinha visita íntima porque tem que ter um certo convívio, se não vira bagunça.”. (Pergaminho, 39 anos).

Levando em consideração os equipamentos de trabalho, a equipe da unidade apontou que é preciso que haja investimentos e aquisição de equipamentos como: aparelhos de raio X para revista corporal e material, munições letais e não-letais, detector de metais, bloqueador de celular, coletes a prova de bala, bastões de madeira (tonfas), rádios de comunicação, lanternas de longo alcance, duas viaturas (para visitas domiciliares e ambulância), equipamentos de som e vídeo para as atividades de educação e mobiliário para as salas de aula. É importante que a equipe que faz parte de uma Instituição reconheça as limitações que se encontram em seu espaço de atuação.

Vale ressaltar aqui a observação que fiz dentro de uma cela do pavilhão 01 cujo acesso foi autorizado pela diretora; em seguida, a entrada foi realizada na companhia de uma agente. Geralmente, a limpeza externa no pavilhão é feita por uma presa e dentro das celas acontece em escala de revezamento, na qual as três mais antigas da cela são dispensadas do serviço ao passo em que as novatas assumem a função. A receptividade foi muito boa e pude perceber um pouco do jeito de cada uma dentro do pequeno

recinto, ou seja, de sua casa representada muitas vezes pela expressão “lá dentro” durante as entrevistas.

Era manhã e duas mulheres estavam bordando em suas camas de alvenaria, tipo beliche, e elas foram me mostrando as bonecas e bordados confeccionados no seu cotidiano, cartas de familiares e fotos de filhos.



Figura 5: Cartas recebidas de familiares (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Não percebi o menor constrangimento por parte delas ao me mostrar seus pertences ou permitir que elas fossem fotografadas. Naquele breve período de tempo, pude ver uma cela limpa e organizada dentro das limitações que existem; objetos de higiene pessoal, enfeites e fotografias devidamente colocados próximo à cama de cada uma e alguns sacos no chão cheios de material e peças confeccionadas. E aos poucos, a cela vai adquirindo uma identidade coletiva eivada de peculiaridades individuais. A cela possuía um aparelho de televisão e destaque que não há em todas as celas, pois geralmente são os familiares que providenciam. Algumas presas também relataram que escreviam uma espécie de diário sobre suas experiências e sentimentos dentro da prisão. A imagem a seguir retrata um pouco as particularidades de dentro da cela:



Figura 6: Pertences das presas da cela visitada (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

3.1.2 SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS

Dentre as modalidades assistenciais oferecidas às mulheres em situação de privação de liberdade estão a assistência à saúde, material, jurídica, religiosa, cultural e desportiva, educação e projetos, e trabalho prisional. Dentre as áreas de atuação da Saúde Prisional, destacam-se: saúde da mulher, saúde da criança, saúde do idoso, controle da hanseníase, controle da tuberculose, saúde bucal, transtornos psiquiátricos, controle de diabetes e hipertensão, DST/AIDS. Abaixo, segue a relação dos profissionais que compoem a equipe de saúde:

Tabela 4 – Distribuição da equipe de Saúde

Perfil da equipe de Saúde			
Profissional	Quantidade	Carga Horária	Órgão
Psiquiatra	0		
Clínico	1	30 horas	Secretaria Municipal de Saúde de Socorro-SE
Enfermeiro	0		
Infectologista	0		
Psicólogo	0		
Assistente Social	1	30 horas	SEJUC
Odontólogo	1	30 horas	Secretaria Estadual de Saúde
Auxiliar de enfermagem	1	30 horas	SEJUC

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Conforme a tabela acima e as observações feitas na unidade, nota-se que os serviços clínico, odontológico e psicológico possuem fragilidades uma vez que só há uma médica na equipe e ela não está presente todos os dias na unidade. A médica atende semanalmente 10 mulheres e também há o agendamento prévio de consultas em clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Não há enfermeiro, nem psicólogo, nem odontólogo efetivos; atualmente, a cada dois dias da semana, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) disponibiliza uma profissional para atender 16 presas no consultório odontológico. Nos dias em que estive na unidade, só vi a médica e a auxiliar de enfermagem e esta é ainda da época em que trabalhava no antigo Hospital Garcia Moreno. Observei também estagiários com equipe de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior para fazer exame de lâminas das presas; uma vez por trimestre, essa atividade é feita na unidade.

As mulheres presas que dependem de assistência psiquiátrica são encaminhadas para o Hospital de Custódia e tratamento Psiquiátrico e para o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) do município de Socorro-SE. As mulheres que chegam grávidas ao PREFEM recebem todo o acompanhamento de pré-natal em parceria com o Centro de Atendimento à Mulher (CAISM); as crianças nascidas no cárcere recebem assistência de uma pediatra disponibilizada pelo município de Nossa Senhora do Socorro-SE.

Durante as minhas observações e conversas informais e entrevistas, percebi que existe uma reivindicação das presas pela presença maior desses profissionais na prisão. Elas constantemente alegaram sentir dores físicas e emocionais e muitas vezes não tem com quem falar pois os atendimentos são reduzidos e às vezes o profissional não está na unidade.

“Tô com uma dor nesse osso todinho até aqui, eu tomei injeção que a médica passou, mas a dor não passa. É uma dor direto, agora isso é porque esse é o movimento e ele parado. Mas cadê a doutora?” (Eliê, 51 anos).

“E agora, choro todo dia, não vou mentir, sou fraca, não posso ver nada caindo até faltou energia aqui eu fiquei chorando, comecei a gritar, pedi até pra vir pra tranca pra ficar só porque eu fico atribulada aí dentro não posso ver nada caindo no chão (...) Eu durmo mais de dia porque de noite eu não consigo dormir não, e coisa é quando bate essas tranca.”. (Preta, 24 anos).

“Eu fiquei muito doente aqui no presídio. Fiquei com problema de gases, quase que morro, agradeço muito a uma agente aqui dentro que me ajudou muito, a diretora me ajudou e fui embora. Também apareceu um problema na minha coluna, apareceu dois desvios e sinto dor direto (...) tomo remédio pra depressão e pros nervos. Até em casa, tem dias que tranco as portas e não quero que ninguém fale comigo.”. (Gessi, 38 anos).

É bastante frequente, no discurso das presas, haver esses problemas de saúde associados também ao choro e à insônia, potencializados talvez pela solidão e desamparo próprio da condição de encarcerada e saudade da família; estão sempre solicitando contato com familiares através do serviço da Assistência Social. Dessa forma, a dor faz parte do cotidiano delas. Vale ressaltar que o choro pode ser uma estratégia para ganhar confiança, apoio à história familiar, à maternidade, etc.

“Superar a saudade foi o mais difícil.”. (Nicole, 21 anos).

“A única dificuldade que eu tenho é a saudade é só esse tormento que me atrapalha.”. (Niza, 39 anos).

De acordo com Lemgruber (1999), a mania de doença adquire grande proporção dentro da prisão e esse aspecto também é relatado na literatura que aborda o cotidiano prisional em vários países. A sensação de inquietude decorrente do encarceramento permite que uma dor de menor proporção transforme-se em ideia fixa, deixando essas mulheres atormentadas por males reais ou imaginários.

Algumas fragilidades são identificadas na prestação do serviço de saúde de forma geral. Há escassez de material para o consultório dentário, carência de profissionais de saúde, ausência de ambulância para o transporte das presas, dificuldades de marcação de consultas e exames em especialidades variadas. A assistência material do PREFEM é realizada através do fornecimento do Kit de higiene (papel higiênico, sabonete, xampu, condicionador, escovas de dente, desodorante e absorvente), e do kit material (02 camisas, duas bermudas, caneca, colchão, colher e pratos plásticos). Nesse aspecto, o material de higiene ainda é pequeno para a demanda, o que obriga a família a participar tanto dessa assistência como aquela dada às crianças do cárcere pois o leite, as fraldas e roupas devem ser fornecidas pela família.

O Estado não faz aquisição de roupas íntimas além de que oferece apenas sandálias e fardamentos com tamanhos e formatos voltados para o sexo masculino. Os uniformes são confeccionados na própria unidade e são compostos de uma camisa branca e uma bermuda; o que chamou a minha atenção foi a cor da bermuda, ou seja, as presas que trabalham na unidade usam a cor azul e as outras que não trabalham usam a cor laranja, o que possivelmente seja critério de diferenciação entre elas, sobretudo, em momentos nos quais possa haver conflitos ou rebeliões.

Cabe mencionar que outra dificuldade institucional apontada é a falta de material diário como copos descartáveis; eu mesma pude comprovar quando observava uma das visitas e percebi que os visitantes queriam beber água e não havia copos descartáveis para tal. As próprias presas cediam-lhes os seus copos individuais utilizados nas celas.

Em relação à assistência jurídica, as mulheres que não possuem advogados particulares e que ainda estão aguardando a sentença recebem acompanhamento da Defensoria Pública. As mulheres que já são sentenciadas recebem assistência da Defensoria da Vara de Execuções Criminais e tem bastante atuação no PREFEM. No entanto, na unidade não existe um profissional permanente para cuidar das pendências jurídicas que por ventura elas tenham. A assistência religiosa é realizada na Capela ecumênica, que tem capacidade para 80 presas, todos os dias da semana, com exceção dos sábados, domingos e feriados. Dentre os grupos religiosos cadastrados estão: evangélico, católico e espírita. O agendamento prévio é exigido, pois só é permitida a entrada de apenas um único grupo por dia estabelecido e as mulheres são encaminhadas se desejarem participar.

“Participo de tudo que é tipo de igreja, espírita, evangélica, franciscana, participo de todas que vem pra cá porque Deus é um só.”. (Nicole, 21 anos).

Nas minhas diversas visitas à unidade, percebi no segundo pavilhão várias presas em pregação e oração e, conforme a fala de agentes nos dias de plantão, essas atividades cresceram após a entrada dos grupos religiosos e, inclusive, muitas se converteram em algumas religiões como por exemplo a espírita e a evangélica. Diante do mundo sofrido e monótono da prisão, a religião pode funcionar como uma forma de alívio das dores do cárcere e oportunidade de romper com a monotonia dos dias.

As atividades desportivas observadas sempre aconteciam no pátio, durante o banho de sol. Algumas presas jogavam futebol ou queimado e outras ficavam sempre sentadas conversando ou fazendo caminhadas. Observei que não há um profissional da área de Educação Física para propor ações que busquem o alívio de tensões, exercícios e alongamentos que poderiam amenizar alguns sintomas físicos provocados por hipertensão, diabetes, circulação e coluna tão verbalizados por elas.

Segundo dados extraídos da Minuta (2014) e em conversas com profissionais do Núcleo Pedagógico, em períodos comemorativos, são realizadas algumas atividades, como por exemplo: Dia internacional da Mulher com gincana cultural, Semana da

mulher em comemoração ao dia das mães com multirão de beleza e palestras, festejos juninos com quadrilhas e esquetes teatrais e festejos natalinos com celebrações de grupos religiosos e/ou participação da Defensoria Pública Estadual.

3.1.3 EDUCAÇÃO E PROGRAMAS PEDAGÓGICOS

O Núcleo de Reinserção Social do Presídio Feminino – NURES foi criado em 2007 e funciona na unidade através do desenvolvimento de ações voltadas à educação, profissionalização, evangelização, esporte e cultura. Sua composição é feita por 01 Assistente Social, 01 Pedagoga, 01 Assessora técnica-pedagógica e 01 Coordenador de Assistência religiosa.

Dentre os programas, destacam-se: o Programa Sergipe Alfabetizado, desenvolvido desde 2006 em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SES), atendendo a 25 alunas para cada turma; educação de Jovens e Adultos - EJA (em convênio com a SES, desde 2013 destinado as antigas 1ª à 4ª série com capacidade para 25 alunas; oficina-Escola de Corte e Costura (capacitou 70 presas produzindo reparos de fardamentos para o consumo da unidade); cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/SENAR (promove cursos na área de artesanato para geração de renda desde 2009); oficina Salão de Beleza (oferece curso de cabeleireiro e de manicure no qual cada curso atende a 10 internas). Abaixo seguem fotografias registradas durante curso de bordado e costura no PREFEM:



Figura 7: Momento de aprendizagem durante o curso de costura (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Durante as minhas visitas à Instituição, vi os cursos de artesanato acontecendo de segunda-feira à quarta-feira e não havia nenhuma turma para os estudos pois há pouco tempo tinha sido encerrada uma turma.



Figura 8: Produto final confeccionado no curso de bordado (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

A biblioteca possui um bom acervo e os livros mais procurados são os do gênero romance; elas fazem cadastro para poder fazer a retirada dos livros que são entregues pelas mulheres que lá trabalham. Essa ação faz parte do projeto Leitura entre as grades e é realizado desde 2012.

A unidade promove exames para certificação da escolaridade anualmente. Destacam-se o Supletivo Estadual cujas provas são realizadas pela Secretaria Estadual de Educação (SEED); destina-se à obtenção de diploma de ensino fundamental e médio; provas do Exame Nacional para Certificação de Competências em Educação de Jovens e Adultos (ENCEJA) cujas provas são elaboradas pelo Ministério da Educação visando à certificação do ensino fundamental; e provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) elaboradas pelo Ministério da Educação. Vale ressaltar que cada uma dessas atividades agrega 40 mulheres por exame; no mês de dezembro de 2014 houve aplicação das provas de supletivo e do ENEM. (Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014).

A escola e os cursos só funcionam para uma minoria e algumas esperam pela oportunidade de participar deles. A princípio, um dos critérios de participação é ser sentenciada e ter um tempo de permanência dentro da unidade assim como também

possuir uma boa conduta. O estudo além de promover melhorias referentes à intelectualidade ajuda na remição da pena assim como as atividades laborativas no presídio. As aulas acontecem em dias específicos durante a semana e possui um ritmo diferenciado em relação à escola convencional pois obedece as especificidades exigidas pela instituição prisional.

“Assim que eu cheguei pedi logo pra estudar pra poder fazer alguma coisa, pra poder não tá lá dentro (...) foi onde eu fiz o supletivo, terminei o fundamental, depois fiz o médio, participando de todas as atividades (...) já fiz prova do ENCEJA, participei de várias etapas do ENEM que teve no presídio feminino de 2008 pra cá eu participei, então o que eu puder fazer pra o meu crescimento aqui dentro eu vou fazer porque eu sei que isso vai me servir pra mim lá fora.”. (Pergaminho, 39 anos).

“Na minha outra cadeia, eu terminei os estudos aqui. Faltava duas matérias cheguei a fazer a prova do ENEM, mas não consegui.”. (Mary, 33 anos).

“Todos os cursos que tinha aqui eu sempre participava. Agora por eu ser reincidente, ninguém me tira pra nada, nem o Penarte; participei de todos, participei do livro com Araripe, e agora eu sinto falta.”. (Eliê, 51 anos).

O fato de ser reincidente é um empecilho para a presa que deseja fazer novos cursos ou que deseja participar de projetos que já participaram antes. Dentre os projetos realizados pela unidade, estão o Projeto Penarte e o Projeto Florescer (composto por oficina de poesia e de geração de renda).

Destaca-se, em 2012, a publicação de um livro coletivo de poesias intitulado “Outras Vozes: Poemas e relatos das presidiárias – Aracaju”. Este livro é de iniciativa do Projeto Florescer desenvolvido pelo Ministério Público de Sergipe (MPSE), com recursos do Fundo Penitenciário compartilhados com a Secretaria de Justiça e Cidadania de Sergipe. As autoras participaram das oficinas de poesias, no decorrer do ano anterior à publicação, conduzidas pelo escritor e poeta Araripe Coutinho¹⁵ e se encontravam em regime de prisão provisória ou em cumprimento de penas. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE, 2012).

Destaca-se também uma atividade realizada por uma professora do ENCEJA, na qual as histórias de vida das internas foram registradas em cadernos pessoais e foram

¹⁵ Araripe Coutinho é um poeta, agenciador cultural e colunista. Autor de vários livros, Coutinho é conhecido no Estado tanto pelo seu programa de entrevistas, quando apresentou novos e antigos talentos da literatura sergipana quanto por sua produção cultural. Dentre suas poesias estão: Face Morta, O Amor Jaz, e De Avelãs e Mortes. O poeta faleceu em dezembro de 2014, fato que provocou grande tristeza no PREFEM.

representadas através de uma boneca gigante chamada Florentina confeccionada dentro da unidade prisional.

O projeto Penarte foi idealizado pelo agente penitenciário Antônio Cláudio Viana, da unidade prisional, e coordenado pelo ator sergipano e presidente do Sindicato de Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Sergipe (SATED) desde 2012. Ele auxilia no despertar artístico através da aplicação didática e da experiência vivenciada por 40 mulheres. Os ensaios aconteceram na unidade na segunda, terça e quarta-feira e pude observá-los durante alguns dias e inclusive fotografá-los; conforme o diretor do espetáculo, a escolha dos textos é feita aleatoriamente pelas internas de acordo com a sua emoção. A seleção das participantes acontece através de critérios elencados pela equipe, ou seja, boa conduta tem maiores possibilidades e reincidentes perdem a oportunidade.



Figura 9: Momento de ensaio para apresentação do Penarte III (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Através dos ensaios, eu percebi o entusiasmo das internas e o clima de acolhimento entre elas e o ator que dirigiu o espetáculo. Eram comuns as gargalhadas durante os erros assim como fui muito solicitada para que fizesse o registro fotográfico delas. Em dezembro de 2014, aconteceu a terceira edição do Penarte no Teatro Tobias Barreto e teve na plateia familiares e representantes da comunidade, imprensa e do âmbito jurídico. Acompanhei nos bastidores a preparação do figurino, maquiagem e vi o quanto aquele momento era significativo para cada uma delas. No palco, essas 40

mulheres cantaram, dançaram, recitaram poesias de modo que era visível a alegria delas em poder participar desse evento.

3.1.4 EQUIPE: AGENTES PRISIONAIS, ADMINISTRATIVO E DIREÇÃO

O presídio feminino, conforme informações extraídas da Minuta (2014), possui um total de 66 servidores em atividade, nos quais mulheres e homens dividem suas tarefas no interior da unidade. Dentre os 55 servidores do PREFEM, 46 assumem a função de agente penitenciário plantonista e eles compõem o quadro funcional da Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor sendo efetivados a partir da aprovação em concurso público para agente prisional, passando a seguir ao regime estatutário. Os outros 11 fazem parte do quadro administrativo, assistencial e pedagógico. A distribuição segue conforme tabela abaixo:

Tabela 5 – Distribuição da equipe de servidores

Equipe de Servidores			
Cargo	Função	Quantidade servidores	Secretaria de origem
Agentes penitenciários	Agente penitenciário plantonista	46	SEJUC
Assistente Social	Assistente social	1	SEJUC
Coordenador de disciplina	Assessora do setor de serviço social	1	SEJUC
Professora	Professora da educação de jovens e adultos	1	SEED
	Assessoria técnica pedagógica	1	
Auxiliar administrativo	Apoio administrativo	4	SEJUC
Agente Penitenciário	Coordenador Pedagógico	1	
	Coordenador de RH e Evangelização	1	
	Coordenador de Cartório	2	
	Auxiliar de enfermagem	1	
	Direção da unidade	1	
	Vice-direção	1	
	Coordenador de manutenção	1	
	Coordenador de portaria	1	
Médico	Médica Pedriatra	1	SMS
Médico	Médica Clínica Geral	1	SMS
Odontólogo	Odontólogo	1	SES

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Diante dos dados expostos e dos depoimentos de agentes e demais funcionários, o quadro reduzido de servidores inviabiliza a realização de ações de qualquer natureza. O problema maior dá-se em relação à quantidade mínima de agentes prisionais para cuidar do serviço, principalmente, durante os plantões de 24 horas visto que eles ficam sobrecarregados. A escala de plantões é de 24 horas de trabalho com folga de 72 horas para os agentes; existe ainda uma dinâmica de realização de pagamento de diária para quem estiver de folga para reforçar o efetivo no processo de revista nos dias de visita ou para ocupar as guaritas. Quando uma interna sai para a maternidade, por exemplo, eles precisam estar o tempo todo fazendo a segurança dela até que ela volte para a cadeia.

A rotina dos agentes dentro do pavilhão, segundo eles, é marcada por uma quantidade de tarefas como: a contagem das presas; a abertura das celas para o banho de sol; o recolhimento das mesmas às celas; orientação quanto às regras de convivência no presídio; a escolta de alguma interna para conversar com advogado, psicólogo, médico, dentista, assistente social, etc. Tem-se a seguir uma imagem que retrata um agente prisional em situação de trabalho:



Figura 10: Agente prisional exercendo atividade laboral na unidade (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Conforme a relação entre agentes e internas, as informações que tive da maioria deles são as de que não há conflitos entre as duas partes envolvidas. Ouvi expressões bastante alternantes por parte de dois servidores: um agente pediu a uma interna para lhe levar um copo com água da seguinte forma: “minha querida, traga para mim, por favor, um copo de água” - esse agente devido a sua formação acadêmica teve a oportunidade

de ser professor das internas num curso dentro da unidade. Outra expressão que ouvi de outra agente foi a seguinte: “você não vão entrar no pavilhão sem a minha cobertura (com arma), porque naquele pavilhão agora tem uns cãozinhos”. Afirmando que esses discursos são de fato alternantes em situações como necessidade de remédio, maneiras de se comunicar, etc. Alguns agentes informaram que há mulheres que se voltarem a conviver com os esposos não conseguirão a reabilitação social, contudo, acreditam que muitas conseguirão sair da vida do crime após sua saída da cadeia. Essas informações foram relevantes para que eu aprofundasse esse aspecto durante a realização das entrevistas com as presas.

A seleção das mulheres para o trabalho dentro do PREFEM é feita pelos servidores a partir do perfil da presa e comportamentos observados dentro da unidade. Percebi de forma geral que as diferenças entre as presas que não exercem nenhuma atividade laboral e as presas que trabalham ultrapassam as rotinas diárias, ou seja, aquela que tem bom comportamento tem maior oportunidade de conseguir trabalhar e, por conseguinte, é vista de forma mais positiva na unidade em geral. Quanto melhor a sua instrução e o seu comportamento, melhor será a função em que ela será inserida; no entanto, isso não quer dizer que elas sejam isentas de avaliação pela equipe periodicamente.

3.2 A POPULAÇÃO PRISIONAL

Os dados estatísticos do ano de 2011, no estado de Sergipe, apontavam para um total de 183 mulheres presas correspondendo a 5,14% da população carcerária estadual e 0,55% do total nacional da população carcerária e elas permaneciam em um único estabelecimento prisional. Em relação aos crimes praticados pelas mulheres presas no Estado de Sergipe estão: 69,3% tráfico; 19,6% crimes contra o patrimônio; 6,1% crimes contra a pessoa. (INFOPEN, 2011).

Em relação a alguns dados sócio-demográficos, o relatório do Infopen (2011) afirma ainda que cerca de 71% das mulheres do Sistema Penitenciário de Sergipe exercem atividade laboral dentro da unidade prisional e 85% dessas mulheres são oriundas da área urbana. Quanto à faixa-etária, 25,8% das mulheres presas no estado possuem entre 18 e 24 anos; 18,6% possuem entre 25 e 29 anos; 20,2% possuem entre 30 e 34 anos; 1,6% possuem entre 35 e 45 anos; 9,8% possuem entre 45 e 60 anos; 1,0%

possuem mais de 60 anos. Em relação à cor da pele/raça, 73,7% das mulheres presas em Sergipe foram consideradas pardas; 14,2% brancas; 13,1% negras.

A Minuta elaborada pela unidade em dezembro de 2014 sinaliza algumas mudanças no que se refere a essas categorias. A princípio, tem-se um acréscimo de 51 mulheres, o que já traz um caráter de superlotação na unidade que oferece apenas capacidade para 175 vagas. Pode-se afirmar que a faixa etária que apresenta o maior número de presas é aquela compreendida entre 18 e 24 anos (27,5%) e apenas (0,4%) têm mais de 61 anos. Ambas as faixas apresentam um pequeno acréscimo em relação aos dados de 2011. A segunda maior quantidade está entre 35 a 45 anos (25%), e teve um aumento exagerado, comparando com os dados anteriores, em virtude talvez da entrada de mulheres mais maduras e chefes de família; vale ressaltar que a faixa entre 25 e 29 anos (20,3%) e faixa entre 30 a 34 anos (20%) são muito próximas, também apresentando aumento em relação às percentagens apresentadas anteriormente.

Tabela 6 – Distribuição das presas quanto à faixa-etária

Faixa - Etária	
Idade	Quantidade
De 18 a 24 anos	65
De 25 a 29 anos	48
De 30 a 34 anos	47
De 35 a 45 anos	59
De 46 a 60 anos	16
Acima de 61 anos	1
Total	236

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Em relação ao estado civil, as presas são classificadas em cinco categorias: solteira, casada, união estável, viúva e divorciada. Assim, existem 172 solteiras (72,9%), 26 casadas (11%), 22 com união estável (9,3%), 8 viúvas (3,4%) e 4 divorciadas (4%).

Tabela 7 – Distribuição das internas quanto ao estado civil

Estado Civil	
Tipo	Quantidade
Solteira	172
Casada	26
União Estável	22
Viúva	8
Divorciada	8
Total	236

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

A categoria classificada como solteira é a que aparece em maior proporção. Um dado relevante quanto a essa questão é que muitas que se afirmam solteiras possuíam companheiros antes de serem presas embora a união não fosse oficializada. No entanto, poucos companheiros permanecem indo ao presídio visitá-las, revelando que essas uniões são frequentemente interrompidas após o ingresso na prisão. É comum ouvir dessas mulheres que seus companheiros a deixaram após a sua entrada na prisão.

O baixo grau de escolaridade das presas é evidente na Tabela 8. Foram encontradas 145 com ensino fundamental incompleto (61,5%) e 29 não concluíram o Ensino Médio (12,3%); 5 são analfabetas (2,1%), 1 possui superior completo (0,4%) e 1 possui pós-graduação (0,4%).

Tabela 8 – Distribuição das presas quanto à escolaridade

Escolaridade	
Tipo	Quantidade
Analfabeta	5
Ensino Fundamental Incompleto	145
Ensino Fundamental Completo	22
Ensino Médio Incompleto	29
Ensino Médio Completo	33
Superior Completo	1
Acima do Superior	1
Total	236

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Vale destacar que é difícil ter a comprovação desses dados uma vez que muitas mulheres ao ingressarem na unidade prisional não lembram ao certo até que idade estudaram. Essa inconsistência de dados também é notada quanto à naturalidade uma vez que ainda não há um banco de dados atualizados em âmbito estadual com indicadores específicos para o encarceramento feminino.

De acordo com a Tabela 9 o maior contingente é formado por 205 mulheres que residiam no estado de Sergipe (87%). Dentre elas, 12 residiam no estado de Alagoas, representando o mais alto percentual (5%) de mulheres que residiam fora de Sergipe.

Tabela 9 – Distribuição das presas quanto ao estado no qual residia

Estado onde residia	
Nome	Quantidade
Alagoas	12
Bahia	4
Paraíba	3

Pernambuco	2
Rio Grande do Sul	2
São Paulo	4
Sergipe	205
Outros	5
Total	236

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Em relação ao tipo de infração penal cometida pelas mulheres presas do PREFEM, a classificação está apresentada na tabela abaixo:

Tabela 10 – Distribuição das internas quanto ao crime cometido

Infração Penal	
Tipo	Quantidade de presas
Tráfico	161
Roubo	17
Homicídio	20
Tentativa de Homicídio	1
Furto	18
Porte Ilegal de Arma	1
Latrocínio	4
Abandono de Incapaz	1
Estupro	2
Desacato	1
Estelionato	3
Corrupção de menores	2
Favorecimento à prostituição	2
Ameaça	1
Receptação	2
Total	236

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Conforme os dados fornecidos pela Tabela 10, 161 internas praticaram o tráfico de drogas e representaram o maior percentual (68,2%); 20 cometeram homicídio (8,5%); 18 estão presas por furto (7,6%) e 17 por roubo (7,2%). Estas são as quatro maiores taxas percentuais de todos os delitos classificados.

O tráfico em comparação com os dados do INFOPEN (2011) teve um percentual semelhante, embora tenha havido uma redução de aproximadamente 1%. A taxa elevada pode ser explicada pelo considerável retorno financeiro que o crime proporciona a quem pratica. A segunda maior taxa atual foi o homicídio equivalendo à categoria anterior denominada de crimes contra a pessoa e ocupou a segunda maior taxa, ficando atrás dos crimes contra o patrimônio. Mesmo que sejam somadas as taxas de roubo, furto e

estelionato ainda assim o total que representa os crimes contra o patrimônio permanecerá inferior ao percentual encontrado no ano de 2011. Fica evidente uma mudança significativa nos crimes cometidos pelas mulheres do estado, uma vez que principalmente o furto tem se tornado cada vez menor em comparação ao tráfico. O homicídio praticado pela mulher, cuja literatura sempre apontou para o crime conjugal, tem adquirido uma nova conotação já que as mulheres têm cometido assassinatos não só como legítima defesa, mas também contra filhos, colegas ou desafetos que surgem no seu convívio. Outro dado importante diz respeito ao roubo majorado, no qual a mulher tem utilizado armas como faca ou tesoura para ameaçar as suas vítimas.

3.3 O COTIDIANO DA MULHER PRESA

O cotidiano das mulheres encarceradas começa logo cedo quando as celas são abertas e as agentes prisionais dão início ao primeiro “confere”¹⁶. Aquelas que trabalham, por volta das 8h começam as suas atividades nos serviços administrativos, na enfermaria, na cozinha e limpeza.

“Eu acordo cedo, acho que a primeira interna que começa a trabalhar é eu porque eu é quem retiro os cadeados para as outras saírem pra trabalhar. Trabalho abrindo os cadeados, entrego os kits de higiene pessoal pras internas, barbeador quando é pedido.”. (Pergaminho, 39 anos).

Lemgruber (1999) descreve a rotina matinal das presas no presídio que não exerciam trabalho na unidade prisional pesquisada:

As primeiras horas são, em geral, dedicadas à realização de diversas tarefas: varrem-se corredores e salas; limpam-se janelas; lavam-se roupas; cozinha-se. Terminados esses serviços, a interna dedica-se a seus próprios afazeres. Para a maior parte iniciam-se, então os afazeres destinados à obtenção de alguma fonte de renda (Lemgruber, 1999, p.48).

No PREFEM, durante as minhas observações, percebia sempre a movimentação de algumas mulheres trabalhando na distribuição de alimentação, na cozinha, na limpeza do espaço, no cartório no qual pude ficar uma semana analisando as pastas contendo os prontuários das presas, dentre outras atividades. A preparação da comida é realizada por 7 mulheres que se distribuem entre o corte dos alimentos, cozimento e

¹⁶ O termo confere refere-se à contagem cuja finalidade é verificar se todo o efetivo carcerário está presente na unidade e geralmente essa prática é feita três vezes ao dia, em horários fixos.

limpeza geral da cozinha e refeitório. Após a preparação. A comida é embalada em quentinhas para a posterior distribuição nas celas; já a comida dos funcionários é feita por elas separadamente e é servida no refeitório dentro da unidade.



Figura 11: Mulher trabalhando na cozinha do PREFEM (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

No PREFEM existem 45 mulheres que estão trabalhando. Abaixo segue a distribuição das presas que trabalham na unidade:

Tabela 11 – Distribuição das internas quanto ao trabalho

Trabalho na Unidade Prisional	
Função	Quantidade
Manutenção/Serviços Gerais	8
Cozinha	7
Oficina de Costura	7
Biblioteca	1
Apoio Administrativo	6
Lavanderia	5
Distribuição de alimentação	8
Coleta de Lixo	2
Auxiliar de enfermaria	1
Total	45

Fonte: Minuta para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014.

Segundo os dados apresentados, a maior atuação encontra-se na manutenção de serviços gerais e distribuição de alimentação, perfazendo um percentual de 17,8%. O maior percentual pode ser decorrente da necessidade de uma maior quantidade de pessoas para fazer o serviço. Nas atividades executadas no Almoxarifado, Cartório e área administrativa tinha um menor número de presas trabalhando e em tais setores é

preciso que elas também possuam um nível de escolaridade maior em comparação à exigência para as demais áreas. Coline Cardi (2007) já havia apontado para essas questões em sua pesquisa na qual as mulheres que possuíam melhor formação cultural aproveitavam melhor os recursos disponibilizados pela prisão.



Figura 12: Presa exercendo trabalho de limpeza no refeitório (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Um dado importante é que o maior nível de instrução, conforme conversas com a equipe, destina-se ao apoio administrativo; ressalta-se que existem critérios como análise de perfil, e elas devem ser sentenciadas para poder trabalhar na unidade. Do total de 236 presas, 60 (24,4%) são sentenciadas enquanto 176 (74,6%) são provisórias. Vale destacar que do total das 45 presas, apenas 50% delas são remuneradas com $\frac{3}{4}$ do salário mínimo e as demais são voluntárias, recebendo a remição de pena como pagamento dos seus serviços. Ressalto que o serviço remunerado também recebe a remição que consiste na redução de um dia de prisão para cada três dias trabalhados. É nítido que o acesso às políticas públicas promovidas pelo Sistema Prisional possui entraves já que há critérios que excluem muitas presas desses programas: sentenciadas possuem prioridade para o trabalho e reincidentes são excluídas de projetos como o Penarte, por exemplo.

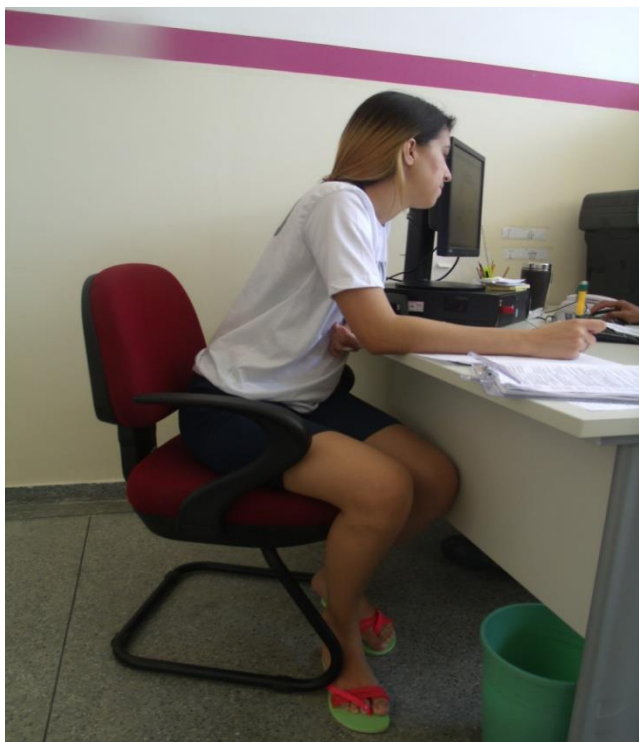


Figura 13: Presa realizando trabalho no cartório do PREFEM (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

O expediente da manhã encerra, geralmente, por volta das 11h, quando voltam novamente para as suas celas e são submetidas a outro “confere” aproximadamente às 11h30min. Em seguida, o almoço é servido e as detentas podem descansar ou fazer outras atividades até as 13h30min, quando retornam ao trabalho e lá permanecem até as 17h quando o expediente é encerrado e elas retornam às suas celas para a penúltima contagem do dia. Vale destacar que o lanche é servido no meio da manhã e meio da tarde e o jantar é distribuído no início da noite. Durante todo o dia as presas que não trabalham podem circular dentro do próprio pavilhão, mas não possuem liberdade de circulação dentro das demais áreas da unidade; saem apenas com autorização para idas à enfermaria, conversa com advogado ou participar de entrevistas como foi o caso da minha pesquisa.

As presas que não trabalham na unidade limpam suas próprias celas, bordam, custuram, fazem crochê, assistem televisão e fazem leitura da bíblia e de outros livros disponibilizados por uma biblioteca itinerante na qual as mulheres recebem livros nas celas através de 4 presas que trabalham na biblioteca.



Figura 14: Retirada de bordados e livros das celas do PREFEM (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Na ocasião da minha visita em uma cela do pavilhão 1, pude ver duas delas recolhendo livros e bordados confeccionados pelas presas.

“Eu faço crochê, vestido de boneca com luvinha; tem 12 pra mim fazer, faço roupa de crochê, bordado, de tudo eu faço um pouco, sei fazer cesta de jornal, ponto cruz, fuxico, vagonite.”. (Lane, 28 anos).

“Eu bordo muito, eu faço todo tipo de artesanato, eu passo o dia trabalhando, o dia inteiro todo na cama sentada, aprendi aqui, e todos os cursos que tinha aqui eu sempre participava.”. (Eliê, 51 anos).

Vale ressaltar que os cursos proporcionados pela unidade adquirem grande relevância para a mulher presa não só por ser uma ocupação que preenche o tempo, como também favorece a possibilidade de gerar renda com os produtos confeccionados. Algumas mulheres já chegaram à prisão com algumas habilidades manuais e lá foram aperfeiçoadas; já outras aprenderam lá mesmo. Algumas delas tornam-se multiplicadoras dentro das celas passando todo o conhecimento adquirido.

A visita de familiares constitui um elo relevante entre a vida das mulheres presas e o mundo exterior além de que é um momento de sociabilidade no qual é possível conhecer os familiares de companheiras de cela e também começar relacionamentos afetivos. Dessa forma, a visita dá mais cor e mais alegria à vida delas.

A primeira visita da presa só acontece após 15 dias dentro da unidade e aquelas que são reincidentes aguardam no mínimo um mês para ver seus familiares; cada uma delas pode receber até 03 visitantes. Em trabalho de campo, pude perceber que os

familiares, em dias de visita, enfrentam longas filas para entrar na unidade; destaco três dias durante o trabalho de campo em que pude observar as visitas com direito à “mensagem” e elas acontecem na primeira semana do mês, ou seja, os familiares podem levar itens dos quais as internas precisam como os relacionados à higiene pessoal e limpeza.



Figura 15: Momento em que os familiares aguardam a visita (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

A visita começa em torno das 8h30 min e se encerra aproximadamente às 11h30 min da manhã, semanalmente, na quinta-feira para as presas do pavilhão 1 e na sexta-feira para as presas do pavilhão 2. Uma vez por mês, uma quantidade maior de familiares, inclusive as crianças, podem fazer a visita que geralmente acontece no sábado e no domingo, um dia para cada pavilhão.

Assim que a identificação é feita na portaria por ordem de chegada do visitante, a inspeção das mensagens é realizada. Dentre os itens que compõem a mensagem estão: desinfetante, xampu, condicionador, desodorante em creme, hidratante, creme para pentear, sabão em pó, havaianas, elástico para cabelo, cigarros, papel higiênico, absorvente, calcinha, sutiã.



Figura 16: Itens de higiene pessoal (Foto: Fabiana Andrade, 2014).



Figura 17: Inspeção de desodorante (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Os recipientes que contém produtos de limpeza devem ser de plástico transparente para facilitar a visualização da equipe de revista e os vasilhames que não cumpriam essa característica eram esvaziados; As lâminas de depilação foram recolhidas para o almoxarifado, pois elas são entregues, quando necessário, às internas na enfermaria; já os remédios são recebidos pela equipe de enfermagem para a devida identificação e recolhimento.



Figura 18: Inspeção feita em sabão em pedra (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Os líquidos são cheirados e mexidos por uma haste de ferro ao passo que papeis higiênicos, sabonetes, absorventes e cigarros eram perfurados; O processo busca evitar que qualquer material suspeito adentre ao presídio.



Figura 19: Inspeção realizada em papel higiênico (Foto: Fabiana Andrade, 2014).



Figura 20: Inspeção realizada em hidratante (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Após a inspeção das mensagens, os visitantes se deslocam até as salas de revista para averiguação de objetos proibidos pelo presídio e em então são liberados; seguem pelo corredor e, ao passar pela porta do pavilhão, seu nome é indagado para que a presa seja avisada. Em seguida, os visitantes se deslocam até o pátio no qual se encontram fileiras de cadeiras dispostas paralelamente dos dois lados de modo que todos os visitantes e presas possam se ver. Até o final da visita, os pavilhões permanecem trancados e só é permitido que apenas as presas que possuem visitantes saiam para o pátio; nesse dia, não há banho de sol. Após o chamado, as presas têm liberação para ir ao pátio encontrar sua família e lá permanecem até as 11h30min, quando os visitantes vão embora e elas retornam às suas celas para um novo “confere”.



Figura 21: Imagem de uma visita feita pelos familiares das presas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

As mulheres que receberam visitas saíam do pavilhão apressadas, perfumadas, e sorridentes. No momento do encontro entre eles, pude perceber a troca de afeto através de beijos, abraços, assim como lágrimas e períodos de silêncio tanto por parte delas quanto por parte dos visitantes. Dentre eles, estiveram homens e mulheres de idades variadas. Nem todas elas receberam visitas, e ao questionar a um agente sobre esse fato, ele me respondeu que fatores como o trabalho ou a residência em outra cidade dificultam o acesso ao PREFEM já que nem todas as presas são de Aracaju ou de municípios próximos. Durante as entrevistas, algumas delas relataram que não recebiam visitas por essas questões ou porque a família não se interessava em visitá-las. Sobre as pessoas visitantes elas afirmaram que:

“Quem vem é minha mãe e o meu irmão. Minha companheira não vem não, não gosta de cadeia não. Da outra vez ela ficou 1 ano e 4 meses sem me ver, nós se fala por telefone, minha mãe manda carta, eu mando carta daqui pra lá, nós se fala.”. (Preta, 24 anos).

“Antigamente quem vinha me visitar era o pai de meus filhos, vinha umas duas vezes e depois me abandonava; eu sempre tirei a cadeia sem visita.”. (Gessi, 38 anos).

“Minha filha costuma me visitar porque é maior, meu filho só vem uma vez por mês porque é menor, mas toda quinta-feira minha filha, ela vem e conta tudo que tá acontecendo.”. (Niza, 39 anos).

Percebi também que os agentes que faziam a supervisão das visitas possuíam armas de grande porte para enfrentamento de qualquer conflito que pudesse surgir pondo em risco a segurança das pessoas que ali estavam. Em uma das visitas, um deles expressava a postura em estado de alerta: “você pode ficar nessa outra posição por causa

do meu campo de visão?”. Eu não podia contrariar uma norma interna e, imediatamente, sentei-me em outro lugar para não dificultar o trabalho dele.

Acredito que para as presas que não trabalham o dia de visita seja um dia bastante significativo não só por aliviar a saudade de seus familiares e de ter notícias de fora da cadeia, mas também por ser um dos poucos momentos em que se pode romper com a monotonia vivida dentro das celas. Nesse sentido, quem aguarda esse dia com ansiedade e a visita não aparece ou ela está impossibilitá-la de recebê-la, o sentimento de tristeza é evidente:

“Meus filhos que veio, voltaram, elas não avisam, espera vir pra gastar dinheiro, quando minha mãe chegou aqui não entrou não. Saiu daí se acabando, chorando.”. (Preta, 24 anos).

É comum que após a prisão, muitos familiares se tornem ausentes no decorrer do tempo e deixem de fornecer assistência e apoio às mulheres. Dentre os motivos do afastamento estão: a distância quando os familiares residem em outras cidades; a dificuldade financeira para fazer a visita; a rotina do trabalho que não permite afastamentos durante a semana; dentre outros. Geralmente, a maior quantidade de visitantes é de mães, irmãos, filhos, pai e poucos companheiros porque quando elas chegam à unidade são abandonadas por eles. O estudo sobre o cárcere dos autores Makki, S. e Santos, M. (2010) sinalizaram para o sofrimento enfrentado pelas mulheres quando estão presas devido à ausência dos filhos e familiares.

Aproximadamente 13 agentes são distribuídos no pátio e o efetivo é dobrado na primeira semana de visita com “mensagem”. Alguns visitantes na fila falaram que caminham muito da rodovia até o PREFEM porque o transporte público não chega até lá. Algumas situações merecem ser destacadas: Há visitas que sentem mal-estar devido à carga emocional e saem amparadas pelas presas; é fácil perceber pessoas com lágrimas nos olhos nas filas, assim como ver aquelas que passaram muito tempo abraçados ou trocando carinho em momentos de silêncio, além de mães presas embalando seus bebês.

Ainda durante a visita, há um momento em que o artesanato confeccionado pelas internas é distribuído à família. O artesanato confeccionado é destinado para a venda; com o dinheiro, a família pode comprar itens para ajudá-las levando “mensagem” para o

presídio ou ajudando na sobrevivência dos familiares. Faz-se uma fila, supervisionada pela assistente social, na qual cada visitante assina uma lista referente ao recebimento do produto; esse momento é ilustrado na imagem a seguir:



Figura 22: Assinatura de familiares referente ao recebimento dos produtos confeccionados pelas presas (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Um elemento que ajuda a quebrar o isolamento da prisão presente em sua rotina é a chegada de cartas de familiares e amigos, principalmente, aquelas que recebem poucas visitas ou não as recebem. Nos casos das presas que moravam no mesmo município, é possível ver um visitante de uma levando cartas de familiares de outras. Pude ver na recepção nos dias de visita a grande quantidade de cartas que são depositadas na caixa de mensagem que fica exposta na mesa da recepção.



Figura 23: Depósito de cartas feito por visitantes (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Ao meio-dia, a sirene toca para o término da visita e a saída dos visitantes é organizada em filas. Eles entram na unidade de sandália tipo “havaiana” para facilitar a vistoria e a supervisão e por isso é assim padronizado.



Figura 24: Saída dos visitantes (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Após a saída deles, as presas são distribuídas e são chamadas para entrar nos pavilhões de quatro em quatro pessoas.



Figura 25: Fila das presas após a saída de visitantes (Foto: Fabiana Andrade, 2014).

Para Foucault (2009), a fila representa uma técnica disciplinar. As fileiras permitem que o espaço seja transformado na medida em que os corpos são dispostos, de forma organizada e homogênea, em uma ordem que leva a sua localização e distribuição. Nesse caso, as filas foram organizadas pela quantidade de presas e de acordo com os pavilhões; após a acomodação de todas em suas celas, as presas que

trabalham são chamadas para a distribuição do almoço (quentinha), confeccionadas dentro do presídio. Observei que todas elas são identificadas com o nome completo das presas e que elas reclamam que o cardápio semanal é sempre do mesmo jeito.

3.4 A POPULAÇÃO PESQUISADA

A amostra das mulheres entrevistadas que foi submetida à análise dos dados foi composta de 14 mulheres, nas quais 13 eram reincidentes e 1 era primária. No que se refere à naturalidade dessas mulheres, a tabela abaixo:

Tabela 12 – Distribuição das presidiárias entrevistadas quanto à naturalidade

Naturalidade das mulheres entrevistadas	
Aracaju	5
Interior de Sergipe	5
Paraná	1
Alagoas	3
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Do estado de Sergipe, tem-se 10 mulheres. Dentre elas, um total de 5 são da capital e 5 de municípios localizados no interior do estado. Nota-se que 3 são provenientes do estado de Alagoas e o estado do Paraná foi representado com apenas 1 mulher. A idade das presas entrevistadas está disponibilizada na tabela a seguir:

Tabela 13 – Distribuição da faixa-etária da população entrevistada

Faixa -Etária	
Faixa	Quantidade
De 18 a 24 anos	01
De 25 a 29 anos	02
De 30 a 34 anos	01
De 35 a 45 anos	07
De 46 a 60 anos	02
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

De acordo com a tabela 13, o maior percentual foi de 7 mulheres entrevistadas na faixa-etária entre (35 – 45) anos. A segunda maior quantidade de mulheres foi

associada à faixa-etária foi compreendida entre (25 – 29) anos e (46 – 60) anos, representada em ambas por 2 mulheres. Os dados demonstram que o maior percentual encontrado refere-se a mulheres mais maduras.

3.4.1 FAMÍLIA DE ORIGEM:

A concepção de família adotada neste trabalho é aquela composta não só por pais e filhos, mas também aquela que engloba demais parentes, o que denota a complexidade de arranjos presentes dentro da nossa cultura. Nesse novo modelo estão inseridas pessoas que possuem laços de afinidade ou parentesco que habitam o mesmo domicílio compartilhando valores, hábitos e práticas em comum.

A partir das 14 entrevistas analisadas, observa-se que o modelo familiar predominante é composto por marido/mulher e filhos. Vale destacar que uma dessas mulheres foi criada pela avó, uma foi criada apenas pela mãe, e outra foi abandonada pela mãe sendo assim criada pelo pai e por uma madrasta. Ressalta-se que em alguns casos, houve o abandono paterno na idade de 9 a 11 anos de idade e 10 internas entrevistadas vieram de famílias numerosas constituídas de 5 a 10 irmãos. As falas a seguir informam que:

“Quando ele deixou minha mãe, eu tinha 09 anos e já tinha 10 irmãs.”.
(Anne, 37 anos).

“Minha família é grande, minha mãe era uma solteira, criou seis filhos sozinha e não tinha como manter os filhos.”. (Meire, 36 anos).

A pesquisa apontou que a maioria das presas entrevistadas foi socializada em famílias que de certa forma asseguravam as necessidades mais básicas de sobrevivência; no entanto, destacam-se 06 presas que tiveram maiores enfrentamentos sócio-econômicos: uma pedia esmolas e trabalhou como doméstica aos 9 anos para sustentar a família; uma passou muita fome e casou muito cedo com um traficante para garantir o sustento da família; uma teve pais com dependência alcoólica; outra apanhou muito na infância e a última presenciou muitas cenas de violência entre os pais.

“Uma mulher perguntou se minha mãe não deixava eu trabalhar porque ela deixava pedir esmolas. Falei com minha mãe e ela aceitou que eu fosse trabalhar com 8 anos.”. (Meire, 36 anos).

As três presas que trabalharam ainda na infância ou adolescência, começaram entre a faixa-etária compreendida entre 08 e 12 anos de idade. Dentre as suas primeiras ocupações destacam-se aquelas ligadas ao âmbito doméstico (doméstica e babá) ou à prostituição; o trabalho tornou-se uma necessidade de sobrevivência em suas vidas.

Elementos como o alcoolismo, a drogadição¹⁷ e a violência física constituem os conflitos presentes em famílias contemporâneas e eles apareceram nos relatos das presas. Vale ressaltar que essas questões são reflexos não apenas de individualidades, mas também de muitos fatores associados à desestrutura nas redes de assistência, condições precárias de trabalho dentre tantos fatores. O que fica evidente é que esses elementos presentes nas famílias marcaram a infância e a adolescência delas, o que muitas vezes impulsionaram essas mulheres a conviverem nas ruas e, por conseguinte, a se desviarem dentro da sociedade através das condutas criminosas.

No relato das presas entrevistadas há nitidamente uma transição precoce para a vida adulta, marcada pelo abandono escolar, pela gravidez na adolescência, pelo uso e abuso de substâncias entorpecentes, pela saída precoce da casa dos pais e pelo estabelecimento de relações conjugais ainda muito jovens.

Dentre as entrevistadas, 9 delas estabeleceram uniões com idades entre 14 e 17 anos decorrentes de necessidades financeiras, conflitos familiares ou porque se envolveram com pessoas envolvidas no tráfico; há também registro de mulheres que passaram a viver nas ruas a partir de 10 anos de idade, ou que foram morar com colegas aos 12 anos de idade.

“Conheci um rapaz e vim morar aqui em Aracaju com os 13 anos.”. (Tita, 23 anos).

“Completei 14 anos e fui morar com um homem e tive o meu primeiro filho. (Gessi, 38 anos).

Os relatos das entrevistadas são preenchidos por fragmentos que evidenciam que a gravidez precoce foi acontecimento vivenciado por 8 mulheres quando tinham idade entre 14 e 16 anos. Algumas delas aconteceram ainda dentro de casa, ou quando viviam nas ruas; as demais foram decorrentes de uniões conjugais ainda na adolescência ou na fase adulta.

¹⁷ Drogadição é um termo criado para definir todo e qualquer vício bioquímico que os seres humanos possuem em relação a alguma droga.

“Aos 15 anos, engravidei, fui pedir ajuda a meu pai e ele não me ajudou. Aí tive que dar a minha filha aqui em Sergipe.”. (Bya, 36 anos).

“Já estava grávida, aos 14 anos, meu primeiro namorado.”. (Lane, 28 anos).

Conforme os dados dessa pesquisa, as mulheres que engravidaram ainda na adolescência tinham relações mais conflituosas em casa, especialmente com os pais; além disso, eram provenientes de famílias com condições sócioeconômicas mais desfavoráveis. O período da adolescência também foi marcado pelo uso de drogas ilícitas para 6 presas entrevistadas; nesse sentido, ressalta-se que nessas mulheres envolvidas, o início ocorreu de maneira prematura e ao mesmo tempo esteve relacionado a fatores complicadores como abandono escolar, revolta com algum familiar, rebeldia, etc.

3.4.2 ABANDONO DOS ESTUDOS

Entre as 14 entrevistadas, ocorreu o abandono escolar na infância ou na adolescência com 12 mulheres. Em relação à escolaridade, tem-se apenas o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo, conforme a tabela a seguir:

Tabela 14 – Distribuição das presas entrevistadas quanto à escolaridade

Escolaridade das mulheres entrevistadas	
Tipo	Quantidade
Ensino Fundamental Incompleto	12
Ensino Médio Completo	2
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A maior parcela das entrevistadas, 12, possuem o ensino fundamental incompleto; já o ensino médio completo foi presente em apenas 02 entrevistadas, no entanto, tiveram a oportunidade de conclusão com as oportunidades de estudos oferecidos pelos programas do presídio. Não houve registro de entrevistada analfabeta.

Em relação às causas do abandono dos estudos de maneira precoce, dentre as internas menos jovens, estão: a precária condição financeira, a necessidade de trabalhar na infância ou início da adolescência, ou enlances conjugais na adolescência.

“Estudava, mas não tinha condições de comprar material, isso e aquilo e naquele tempo era tudo difícil. Eu não ia pra escola, parei na segunda série.”. (Anne, 37 anos).

“Eu comecei a estudar cedo, cursei até a 5 série porque assim foi falta de interesse meu porque meus pais sempre quiseram que eu estudasse e com 14 anos eu comecei a trabalhar.”. (Pergaminho, 39 anos).

Em contrapartida, as mulheres mais jovens afirmaram que seu desinteresse em relação à escola era decorrente da vontade de experimentar o mundo, da rebeldia e também de seu envolvimento com as drogas e com o mundo do crime: “A educação foi boa, nós estudamos, tivemos uma boa criação, meus irmãos são formados, fui a única que não quis nada.”. (Déa, 40 anos).

Quando elas referiram-se à família, não houve sinalização de falta de incentivo de seus pais ou responsáveis no prosseguimento de sua trajetória escolar; no entanto, para a grande maioria delas, a situação familiar de origem dificultava a permanência delas no sistema escolar. No caso de 09 delas, os pais ou responsáveis possuíam pouco nível de instrução e exerciam atividades mal remuneradas ou precárias, o que necessitava da presença precoce dos filhos no mercado de trabalho.

Diante do exposto, a população analisada por essa pesquisa foi marcada durante a transição para vida adulta por vários elementos que são associados às condições sociais, culturais, políticas e econômicas das famílias nas quais as presas estão inseridas. É possível identificar diversas situações presentes nas falas das mulheres quando relataram sua infância e adolescência em família e em muitos relatos, as trajetórias possuem semelhanças. A maioria delas passou por privações de vários aspectos e tiveram suas vidas marcadas por desvios, mas também houve internas que tiveram melhor estrutura familiar e também se envolveram com a criminalidade na fase adulta.

O capítulo seguinte abordará de uma forma mais aprofundada os percursos do desvio e suas características principais sinalizando os múltiplos fatores que favoreceram a entrada dessas mulheres no mundo do crime a partir das singularidades das trajetórias de vida de cada uma delas. Além desse aspecto, os sentimentos e o cotidiano das internas serão revelados de maneira a compreender as formas criadas por elas para lidar com a sobrevivência e convivência a partir das relações estabelecidas com a instituição penal e entre elas mesmas.

CAPÍTULO IV

4. UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES PRESAS E DA CULTURA DESVIANTE VIVENCIADA POR ELAS NA PRISÃO

O presente capítulo tem a finalidade de apresentar a análise e descrição dos percursos dos desvios que se estabeleceram na vida de 14 mulheres entrevistadas. Ressalto que houve algumas diferenças no desenvolvimento das entrevistas visto que algumas mulheres contaram suas histórias de vida não só pela fala, mas também pelo corpo manifestadas pelo balançar de pernas, pela voz ofegante, pelo tremor de mãos, lágrimas e pausas de silêncio. Percebi que as mulheres em sua maioria estavam fragilizadas e algumas bastante nervosas e em muitos momentos choraram ao relatarem episódios de dor, revolta, mágoa, arrependimento e de poucas alegrias. Alguns períodos de silêncio também se somaram a muitas lágrimas derramadas durante o discurso ao se lembrarem de seus filhos e mães. Destaco uma mulher que chorou muito ao se sentir culpada pelo acidente da mãe que aconteceu quando ela vinha visitá-la na unidade prisional, o que a deixou com muitas sequelas ao andar.

Da mesma forma em que percebi mulheres chorando as suas dores e arrependidas dos acontecimentos ocorridos em suas vidas também, vi mulheres que não demonstraram arrependimento por delitos cometidos, inclusive nessas o riso fácil esteve presente em seus semblantes durante praticamente todo o tempo da entrevista. Vale ressaltar que 08 mulheres tiveram dificuldade ao evocar a memória em relação às datas dos acontecimentos e algumas delas apresentaram pouco encadeamento de ideias.

A partir dessa breve explanação da atmosfera subjetiva que esteve presente no contexto das entrevistas, saliento que este capítulo está dividido em dois tópicos. O primeiro, composto de 4 partes, tem o objetivo de mostrar fragmentos das histórias de vida da população analisada, a partir da análise e discussão das entrevistas realizadas, buscando compreender como se deu seu ingresso nesse universo do desvio e da criminalidade, incluindo as motivações desviantes e as particularidades de cada trajeto. O segundo tópico, constituído de 2 partes, revela a maneira que as mulheres constroem

seu mundo à parte, na qual o cotidiano adquire novas formas de convivência, de sociabilidade e de sobrevivência diante do exercício da prática prisional representadas pela disciplina, vigilância e controle dentre outros elementos que circundam o universo prisional.

4.1 AS SINGULARIDADES ENCONTRADAS NOS PERCURSOS DOS DESVIOS FEMININOS

Neste item destacam-se 4 partes nas quais são apresentados os 4 tipos de percursos diferenciados pela necessidade de sobrevivência diante das péssimas condições financeiras, pelo desejo de ascensão econômica e social, pela revolta contra normas impostas pelo controle social da família e sociedade e, por fim, pela situação de deterioração da existência resultante da ação de curtir a vida com ações com álcool e drogas.

4.1.1 AS PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE VIDA RELACIONADAS AO DESVIO COMO FORMA DE GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA

O percurso de desvio relacionado à necessidade de sobrevivência caracteriza-se, sobretudo, através de um explícito grau de pobreza que acompanhou a vida das mulheres, que serão apresentadas, desde a sua infância. Essa situação sócio-econômica precária leva a uma zona de desafiliação que se manifesta pela ausência de participação no que se refere às atividades produtivas e ao isolamento das relações sócio-familiares. A dificuldade de trilhar um caminho de afiliação produtivo acaba provocando, nessas mulheres, a entrada em atividades que proporcionam algum dinheiro para sobrevivência através da prática de condutas consideradas criminosas.

As mulheres que apresentaram esse tipo de percurso possuem em suas histórias de vida situações difíceis relacionadas à privação de gêneros alimentícios e de itens básicos para a subsistência. Os dados da pesquisa de Mariana Barcinski (2009) encontraram situações semelhantes ao revelarem que a necessidade de sustentarem seus filhos e suas famílias foram elementos decisivos para o ingresso delas no crime de tráfico de drogas. Dentre as 4 mulheres entrevistadas nesta pesquisa, apenas uma é oriunda de uma família de 3 irmãos, mas as demais apresentaram famílias numerosas

variando entre 8 a 10 irmãos. Elas são provenientes do interior do estado de Sergipe, sendo que uma delas vem do interior de Alagoas; percebe-se que a baixa escolaridade é decorrente da falta de oportunidade para estudar diante das condições econômicas desfavoráveis. Vale ressaltar que foi possível perceber situações como abandono materno no segundo ano de vida, abandono paterno e presença de mãos-tratos e violência praticada pelo pai contra a mãe nas histórias das entrevistadas.

O período da adolescência foi caracterizado pelo rompimento com a família e pela gravidez precoce em três entrevistadas: Uma casou-se com um ex-presidiário e traficante para garantir o próprio sustento e o de sua numerosa família; a segunda foi viver nas ruas por não gostar do tratamento recebido pela madrasta, o que a levou a morar em cabarés para assegurar a sua sobrevivência; e a terceira foi morar na casa de uma colega aos 12 anos por testemunhar cenas de violência doméstica e por achar que os pais gostavam mais dos irmãos do que dela.

Nota-se que as precárias condições sócioeconômicas foram preponderantes para a saída precoce da casa de origem para três mulheres. Essa saída criou oportunidades para que elas convivessem com pessoas ou situações que lhe possibilitaram aprender nas relações que foram estabelecidas e a se desviarem socialmente. A primeira delas, a ser apresentada, viu no furto¹⁸ o caminho para a manutenção de sua sobrevivência.

Gessi saiu de casa aos 12 anos para morar na casa de uma colega e, como meio de buscar o seu sustento, ela passou a furtar em lojas e mercadinhos para comer, pois achava que esse era o único meio de sobrevivência que ela tinha. Aos 15 anos, Gessi teve o seu primeiro filho e voltou para a casa dos pais; ela continuou furtando nos supermercados e assim conseguia levar para casa as coisas das quais o filho precisava. Sua primeira prisão ocorreu quando ela tinha 18 anos quando estava grávida de seu terceiro filho; ao sair da cadeia, continuou fazendo novos furtos.

Em suas condutas, Gessi agia quase sempre sozinha; em poucas vezes, houve a presença de um companheiro ou de uma criança de menor idade para lhe dar cobertura no intuito de evitar o seu flagrante. A sua participação nesse tipo de delito é típica na maioria das mulheres que o cometem, ou seja, agem sozinhas e não fazem parte de

¹⁸ O Furto segundo o art.155 do Código Penal (CP) significa “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”.

nenhuma quadrilha. A execução do delito se dá em lojas e supermercados, através do furto de roupas, gêneros alimentícios e outras mercadorias, e também nas ruas onde bolsas e carteiras são subtraídas de pedestres. O furto é um crime associado às necessidades de sobrevivência, em grande escala, na qual as praticantes são consideradas as mais pobres.

Para Breitman (1999), sua pesquisa, realizada entre 1995 e 1997 na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), revelou que o furto geralmente costuma ser praticado pela mulher e ele pode caracterizar-se como um dos crimes melhor aceitos pela Sociedade porque a indignação social provocada é reduzida. Zaluar (1998) ao falar sobre as mulheres no crime de furto afirma que aquelas “que não são contadas como membros das quadrilhas de assaltantes ou traficantes, têm um papel secundário nas atividades delinquentes, elas se especializam em roubar lojas e supermercados, de onde trazem roupas, gêneros alimentícios, bebidas e o que mais for possível para dividir entre elas ou dar a seus homens.” (Zaluar, 1998, p. 225).

O relato de Gessi chama a atenção não só pelo número de entradas no presídio pelo mesmo delito, mas porque foi uma das poucas entrevistadas que não relatou buscar outras formas de trabalho no decorrer da vida. Até a própria permanência dela na criminalidade gerou um círculo vicioso que, por conseguinte, dificultou a sua inserção no mercado de trabalho; em todo o relato, ela fez alusão ao furto como meio de sobrevivência. Em relação ao furto, percebe-se que o número de entradas na unidade prisional é muito grande e a permanência é curta se comparado a outros delitos como, por exemplo, o tráfico de drogas no qual o indivíduo é preso em menor número de vezes devido ao aperfeiçoamento das estratégias de evitar a apreensão policial e as denúncias, embora passe mais tempo para sair da cadeia. Gessi afirmou que:

“Quando eu fui pra cadeia de novo eu já tinha 6 filhos, o conselho tutelar levou meus filhos e eu não tinha ido pra juíza, passei três meses, saí e consegui pegar eles no conselho. Quando eu saí, eu rodei de novo. Aí, Com mais um ano eu rodei de novo, e a juíza tomou tudo de uma vez. Aí fui pro presídio, passei um ano e dois meses lá e vim pra cá na transferência. Passei um mês aqui e fui embora.”. (Gessi, 38 anos).

Nesse ciclo repleto de idas e saídas do presídio, em uma das apreensões Gessi perdeu a condição de cuidar dos próprios filhos; o mais velho passou cinco anos em um abrigo e os demais foram distribuídos entre três famílias. Cabe mencionar, como outro

aspecto relevante de seu discurso, o fato de que no último furto ela afirmou que não tinha necessidade para fazê-lo tendo também mencionado que, mesmo estando em posse de dinheiro, se houver a oportunidade de furtar ela fará, como se ela tivesse uma espécie de doença: “Eu queria que Deus fizesse eu perder o medo; entrar no mercadinho e ter medo de pegar (...) eu posso entrar com dinheiro, mas eu tenho que levar, sei que não é de mim isso daí, se tiver de vacilo pego e levo mesmo com dinheiro”. (Gessi, 38 anos). Isso leva a refletir sobre duas questões: a existência de alguma doença psíquica que a impulsiona a furtar ou a convivência com uma determinada prática delituosa que pode se tornar um hábito difícil de se livrar; em todos os furtos, os objetos foram convertidos em dinheiro em “bocas de fumo”.

O número de mulheres tem se tornado reduzido no que se refere a sua participação no delito de furto em comparação aos crimes de tráfico e roubo. Segundo dados da pesquisa de Lemgruber realizada em 1976 na Penitenciária Talavera Bruce, o percentual do crime de furto era de 35,1%, o de tráfico era de 20,8% e o de roubo era de 18,5%; já no final da década de 90 esse percentual do furto diminuiu para 5,3%, enquanto aumentaram as taxas de tráfico e roubo para 47,0% e 22,8%, respectivamente. De acordo com Miriam Breitman (1999) os dados de sua pesquisa apontaram que em novembro de 1998 na cidade de Porto Alegre, aproximadamente 45% das mulheres estavam encarceradas em virtude do tráfico de drogas, e na maioria dos casos, elas eram vendedoras de pequeno porte. No PREFEM, só há apenas 18 internas do total de 236, correspondendo a um percentual de 7,62% para o crime de furto. Se em épocas passadas o furto era tido como um dos crimes típicos cometidos pela mulher, hoje tem sido praticado por ela em menor proporção em virtude da possibilidade dos seguintes fatores: menor rentabilidade do crime, migração das mulheres para delitos como o tráfico de drogas e maior benevolência da justiça criminal. Do total de 236 presas do PREFEM, 161 delas respondem pelo crime de tráfico, correspondendo a um percentual de 68,2%.

Torna-se interessante comentar sobre a noção de comportamento desviante para Becker (2008). O autor afirma que o comportamento do indivíduo só se torna desse tipo a partir do momento em que ele é assim definido. E para a análise do desvio, é necessário que a sociedade imponha a definição de uma norma, através das relações de poder, de maneira que os indivíduos que não se ajustarem a ela serão rotulados de “Outsiders”. Nesse sentido, o desvio acontece através de um processo de interação e se

caracteriza como um comportamento marcado socialmente relacionando com a natureza do comportamento de quem comete o ato e com o que as demais pessoas fazem. Dessa forma, o indivíduo que, por exemplo, pratica o furto se constitui como desviante porque é rotulado por aqueles que o julgam como tal e não necessariamente por causa de suas motivações.

A inserção na criminalidade, sobretudo no tráfico de drogas, aconteceu com outras três mulheres entrevistadas como forma de garantir a renda para a sobrevivência da família. Anne, de 37 anos, após a prisão do pai dos dois filhos que tinha na época, foi impulsionada a entrar no tráfico; nesse caso, o ex-companheiro já trabalhava nesse negócio e a mercadoria que ainda havia em casa passou a ser vendida aos clientes do ex-companheiro. Ela afirmou que: “Foi aí que eu disse e agora? não tem comida pra comer dentro de casa, meus filhos eu não vou deixar passar fome. Aí ele foi preso e tinha deixado mercadoria lá, aí foi que eu fui aprender a vender a maconha. Aí iam atrás dele e eu dava com medo.” (Anne, 37 anos). Em seu discurso existe um medo ao realizar o tráfico associado à possibilidade de ser presa a qualquer momento.

Anne, ao se casar com um traficante, conviveu com a droga em sua residência uma vez que via todo o processo de chegada, corte e embalamento da maconha para a venda; contudo, quando era ele quem vendia, ela nunca atuou diretamente e sua participação era a de usufruir dos gêneros de subsistência que o dinheiro recebido proporcionava a sua família. A venda feita por ela era em pequena escala e, mesmo com medo, assumiu o negócio após a prisão do esposo na qual as pessoas iam até a casa dela para receber a mercadoria. Ela não comentou se levou drogas para o presídio quando ela o visitava, mas alegou que eles se separaram quando ele ainda estava preso porque quando ela chegava tarde, nos dias de visita, ele ficava reclamando do atraso, queria bater nela, e inclusive lhe fazia ameaças de morte. Suas duas apreensões aconteceram muitos anos depois de seu início no tráfico; contudo, ela alegou que nas duas vezes foi presa inocentemente por estar conversando com um traficante após uma briga e por terem jogado droga dentro da casa dela através da porta que estava aberta no momento em que um homem que estava portando drogas corria da polícia.

Em relação ainda sobre as privações e escassos recursos financeiros, Ninha, mãe de 7 filhos, alegou que sofreu muito com eles, principalmente, após a última separação; passou por situações difíceis como fome e preocupações como falta de dinheiro para

custear despesas como alimentação, aluguel, luz, transporte de modo que dependia da boa vontade de parentes e amigos quando ajudavam. Dessa maneira, aceitou a proposta de um colega para entrar no tráfico e assim passou a vender o crack na casa do próprio traficante durante 1 ano sem ser presa. Ao perceber que o dono da droga ia preso, várias vezes, ela resolveu deixar essa prática e então durante os 2 anos seguintes ela ficou fazendo faxinas e fazendo campanhas por alimentos nos municípios nos quais ela possuía familiares e amigos.

Após esse tempo, ela teve um envolvimento com um rapaz que passou a viver em sua casa; segundo ela, no início, não sabia que ele era traficante, mas com o tempo desconfiou e teve a certeza porque ele não possuía emprego fixo e sempre aparecia em casa com dinheiro para ajudá-la nas despesas. Nessa relação, ela usufruía da ajuda financeira que ele proporcionava com o dinheiro advindo do tráfico. Sua primeira apreensão veio por esse motivo, pois houve denúncia contra o companheiro e embora a droga fosse guardada em outra casa, ela convivia com ele. Já na segunda apreensão, ela afirmou que realmente era a dona da maconha que estava em sua casa cujo destino seria a sua venda; nesse caso, também houve denúncia feita por uma pessoa que fazia parte do convívio dela.

Para Becker (2008) o conceito de desvio adquire forma e limite diferenciados, uma vez que cria oportunidade de ampliar a reflexão sobre a atuação das instâncias de poder ao reagirem ao fenômeno criminoso. Nesse sentido, compreender a relação entre o desviante e o desvio possibilita entender o que leva o indivíduo a se desviar além de que permite perceber o desviante como resultado do julgamento de alguém e não de um atributo que possui vida própria e existe por si mesmo. O indivíduo torna-se desviante quando há um reconhecimento social de sua transgressão e ao mesmo tempo ele se coloca fora dos padrões criados pelo ordenamento. A denúncia realizada por aqueles que discordam com os comportamentos considerados não-convencionais ou ilícitos tanto descreve como produz um estado das coisas; ela pode ser pensada como uma atividade dos atores sociais, auxiliando os empreendedores morais¹⁹, no sentido de que eles podem se beneficiar com a prisão de quem implementa a transgressão.

¹⁹ Empreendedores morais é um termo, criado pelo autor, com o intuito de identificar o grupo de pessoas empenhadas tanto na criação quanto na imposição de regras de conduta.

Em relação a Bya, de 36 anos e mãe de 3 filhos, sua entrada na criminalidade aconteceu depois de um período de 5 anos na prostituição num período compreendido dos 10 anos aos 15 anos de idade. Ela passou a viver nas ruas, porque não aceitava a forma que era tratada pela madrasta: era muito rígida e muito ruim com ela, não lhe dava comida e ainda lhe xingava. Aos 10 anos ela saiu de casa e foi viver em casas de prostituição o que a levou a viver em vários estados do Brasil. Aos 15 anos ela engravidou e após o nascimento da filha, buscou apoio familiar, mas não teve êxito; ao mesmo tempo não teve ajuda do pai da criança e então por ordem do Juizado ela foi obrigada a doar a filha por não ter condições de criá-la. Segundo ela: “Aos 15 eu entrei no tráfico (...) foi a necessidade porque eu praticamente tava desorientada, tinha dado a minha filha, não tinha onde morar, não tinha onde ficar, se fosse pra eu comer eu tinha que ir pedir na rodoviária ou então vender meu corpo.” (Bya, 36 anos).

Inicialmente, aos 15 anos, ela começou cuidando da droga na casa de um traficante no período da noite quando ele dormia; assim, ela pegava a droga e distribuía para outras pessoas na casa dele onde era a “boca de fumo”. À medida que o tempo foi passando ela foi aprendendo e percebeu que podia lucrar mais se ela vendesse para ela mesma e deixasse de cuidar da droga de outros traficantes na casa deles; na ocasião de seu primeiro flagrante, em sua própria casa, havia 5 kg de maconha em cima da mesa pronta para o corte, pesagem e embalagem.

Após um período de 4 anos na prisão, ao sair da cadeia ela voltou a traficar de uma forma mais intensa pois também precisava ajudar a irmã que estava viciada no crack, um irmão que também havia recém saído da prisão e seu segundo filho. Dessa forma, além da maconha ela passou a vender o crack e a cocaína para aumentar a renda; embora, tenha havido o acréscimo de outras drogas e numa quantidade um pouco maior ainda assim a renda era destinada às questões relacionadas à sobrevivência. Dessas entradas na unidade prisional, Bya afirmou que em algumas ela foi presa inocentemente ora por droga forjada pela polícia em sua casa, ora por olho grande de concorrentes que tentaram envolvê-la em outros crimes.

Segundo o relato de Bya, nota-se que ela modificou bastante suas estratégias de atuação no tráfico de drogas assim como ela praticou esse tipo de negócio por dez anos até ser presa pela primeira vez. Ela teve aprendizagens que fizeram com que sua maneira de atuar no tráfico fosse modificada de acordo com suas necessidades, desejos

e recursos que ela possuía em cada ponto de mudança; entregava drogas que guardava de outros traficantes na casa deles, vendeu por conta própria um tipo de droga e em pequena proporção, ampliou outros tipos e aumentou a produção para venda.

Para melhor compreender essas mudanças na sua maneira de atuação nos negócios, vale destacar o conceito de Carreira criado por Becker para se referir à sequência de movimentos realizados por qualquer indivíduo de uma posição para outra num sistema ocupacional. Os elementos dos quais depende a mobilidade de uma posição para outra, os fatos objetivos de estrutura social e mudanças nos desejos, motivações e perspectivas do indivíduo são inseridos na contingência de carreira. Nesse sentido, é preciso que um ato não apropriado e que infringe um conjunto particular de regras seja cometido para que sejam classificadas as carreiras desviantes a partir de uma perspectiva sequencial na qual estão envolvidos tanto os atos isolados quanto acusações eventuais e aprendizados peculiares.

Outra característica presente nessa modalidade de percurso é a associação do tráfico com outras práticas de trabalho consideradas convencionais ou legais. É importante mencionar que, exceto Gessi, essas mulheres buscaram outras alternativas como meio de sobrevivência principalmente após a sua primeira apreensão; e por conseguinte, é bastante provável que a criminalidade seja também representada como um complemento de renda. Pela falta de instrução decorrente do baixo grau de escolaridade, elas procuraram fazer faxinas ou trabalhar como empregada doméstica, e realizaram campanha para obtenção de alimento.

A prostituição também foi uma prática que apareceu na vida de Bya durante 5 anos, antes dela entrar no tráfico, como também em outros períodos nos quais ela já estava na atividade do comércio de drogas. Bya também esteve em programas de televisão e em lojas no centro da cidade para pedir emprego; ela passou por uma fase na qual se tornou evangélica, após algumas apreensões, na qual costumava dar seus testemunhos nas escolas e faculdades chegando a trabalhar na lanchonete da igreja. Sua saída desse trabalho coincidiu também com a saída da igreja em virtude de o pai de seu terceiro filho, após sua saída da cadeia, lhe fazer ameaças contra o pastor da igreja e que na época era seu noivo. Em seguida, ela retornou para o tráfico devido à dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, sobretudo, quando a mulher carrega o rótulo de ex-

presidiária; inclusive aquelas que procuraram empregos no âmbito doméstico retrataram essa dificuldade em virtude do rótulo.

De acordo com Becker (2008) o indivíduo que é apanhado e marcado como desviante adquire consequências significativas tanto na participação social mais ampla quanto na sua auto-imagem já que acontece uma mudança radical em sua identidade pública; ser apreendido ao cometer um ato impróprio lhe concede um novo status. Este autor recorre a Hughes para afirmar que o indivíduo recebe as implicações que especificam traços auxiliares característicos de quem carrega o rótulo de criminoso após o cometimento de um crime. Nesse sentido, a pessoa é identificada primeiramente como desviante, antes mesmo de serem feitas outras especificações, ou seja, o rótulo de desviante a impede de participar de grupos mais convencionais além de que a própria detenção por esse tipo de ato praticado expõe a mesma à probabilidade de ser vista como indesejável em demais dimensões.

As relações conjugais como forma de influência indireta é outra característica presente nesse tipo de percurso do desvio dessas mulheres; nota-se que apesar dos múltiplos companheiros com os quais elas conviveram, aqueles que traficavam não exerceram uma influência direta sobre elas no mundo do tráfico; elas não foram coagidas nem para levar droga quando eles estiveram presos nem a comercializarem contra sua vontade na ausência deles. Anne enquanto esteve casada com seu primeiro esposo passou a vida sustentada pelo dinheiro obtido no tráfico e quando ele foi preso, ela não sabia fazer outra coisa; assim tratou de vender a mercadoria que ainda havia em casa associando ao que aprendeu no cotidiano.

Ninha teve três relacionamentos conjugais dos quais nasceram seus 7 filhos; na ocasião de morar com o último companheiro que traficava, ela usufruía do dinheiro que ele lhe dava para sustentar a casa, no entanto, ela também traficou sozinha tanto antes de conhecê-lo quanto depois de ter se separado dele. Vale destacar que ela foi a única mulher desse grupo que relatou ter sofrido violência e mãos-tratos nos dois últimos casamentos. Bya quando esteve envolvida com o pai de seu segundo filho, dependente químico, ele pediu para que ela levasse droga ao presídio por algumas vezes; depois de algum tempo ela deixou de ir porque não queria saber de vida errada. Ressalto que antes dela atender ao pedido dele, ela já estava no tráfico, sozinha, há mais de 10 anos.

Gessi teve alguns companheiros ao longo da vida e desses relacionamentos foram gerados 7 filhos; geralmente eles eram homens com baixo grau de escolaridade e que não possuíam empregos fixos e inclusive um deles chegou a acompanhá-la em alguns furtos nos quais ela fazia em lojas.

Nota-se também como particularidade o exercício de funções subalternas, sobretudo, no tráfico de drogas. As mulheres se alternaram como guardadoras de drogas, ou vendedoras que prestavam serviço para os donos de “boca de fumo” e quando elas decidiram vender para si mesmas, a quantidade de drogas era em escala reduzida e elas trabalhavam sozinhas, ou seja, eram elas que pesavam, cortavam e embalavam e vendiam a droga para consumo. A maconha apareceu como a droga mais comercializada, embora a cocaína e o crack tenham aparecido em alguma ocasião.

É possível perceber nesse tipo de percurso que não há consumo regular de drogas entre as mulheres entrevistadas; apenas, Gessi, consumiu drogas leves como a maconha algumas vezes na vida e Anne experimentou o cigarro de maconha uma única vez. As outras mulheres nunca usaram quaisquer substâncias entorpecentes.

A inserção dessas mulheres no mundo do crime possui uma forte ligação com a presença ou ausência de uma estrutura familiar que lhe dê um suporte na criação dos filhos quando acontecem as apreensões, intensificando o processo de desafiliação. Dentre as consequências talvez a maior seja a falta de oportunidade de acompanhar o crescimento dos filhos, pois alguns foram para lares adotivos ou abrigos e outros foram criados, sobretudo, pelas avós maternas. Além desse aspecto, há perda de laços entre familiares e amigos e expectativas reduzidas de participar do mercado de trabalho. Destaco Bya que em todas as suas apreensões não recebeu visita na cadeia e o filho com o qual ela morava passou a viver nas ruas a partir dos 8 anos de idade cujo convívio nas ruas o levou a se tornar dependente do crack. Ela afirmou que:

“No meu caso, o meu filho, ele praticamente se criou só, eu tenho 11 anos de cadeia, 11 anos perdido, ele tem 16 anos quantos anos ele não viveu sozinho no mundo (...) Não sei onde ele tá, não sei onde ele anda, não tem ninguém pra cuidar dele.”. (Bya, 36 anos).

Bya quando não está presa só possui contato familiar com uma irmã que está também sob a dependência das drogas e com o filho, pois ela consegue resgatá-lo das ruas; a filha que ela deu para adoção também está na dependência do crack e, no

momento da entrevista, ela também estava presa na mesma cela que a mãe. Nina alegou que em poucas ocasiões suas irmãs lhes forneceram ajuda e inclusive uma delas possui uma loja de confecções e já lhe negou uma calcinha quando ela lhe pediu. Nas duas apreensões, os filhos cuidavam-se uns dos outros e o mais velho, que é casado, sempre ia vê-los e levava algum alimento para eles. Anne teve a oportunidade de ter a ajuda da mãe para cuidar de seus filhos, embora em situação sócio-econômica bastante precária.

Dessa forma, o percurso do desvio caracterizado pela necessidade possui relação direta com a condição social vulnerável associada à responsabilidade de criar os filhos e a pequena qualificação para o mercado do trabalho. A dificuldade aumenta à medida que a mulher passa pela prisão uma vez que a condição de ser ex-presidiária afasta as possibilidades de empregos formais; assim, ela procura fazer o que já estava internalizado enquanto aprendizado de práticas desviantes para ganhar dinheiro ainda que possa sentir medo.

4.1.2 PERCURSO DO DESVIO ORIENTADO PARA A ASCENSÃO SOCIAL: AS “EMPRESÁRIAS” NO TRÁFICO DE DROGAS

Neste tipo de percurso têm-se duas mulheres que tiveram um envolvimento gradativo no mundo do crime, ou seja, inicialmente estabeleceram relações conjugais com homens que realizavam o tráfico de drogas e após a separação se mantiveram no tráfico como resultado de sua própria ambição com o intuito de executar seus projetos de vida orientados pela ostentação de luxos, viagens, bens materiais ou pela boa formação intelectual dos filhos. O tráfico de drogas, do ponto de vista econômico, é um meio eficiente e rápido para a obtenção de quantias vultosas de dinheiro uma vez que os lucros extraídos dessa atividade tornam-se muito maiores que os salários de diferentes profissões no mercado de trabalho. Dessa maneira, atuar nesse tipo de atividade pode ser uma forma de obter algum tipo de poder, de reconhecimento e prestígio no meio social através do status adquirido.

Nessa modalidade de percurso, as duas mulheres foram criadas na zona urbana, diferente do modelo apresentado anteriormente na qual as mulheres foram criadas em cidades do interior. Embora aqui elas tenham sido criadas em capitais do País, existe uma diversidade no meio social de origem delas uma vez que as condições sócio-econômicas são diferentes; apesar de haver essa diferença, essas mulheres tiveram

limitações nas perspectivas de ascensão social pelo trabalho e como estratégia de enfrentamento elas procuraram no casamento uma alternativa para ascender socialmente. Para elas, esse processo foi logo depois consolidado com a maternidade que é representada como um dos referenciais simbólicos mais significativos.

Niza vem de uma família de 9 nove irmãos, e hoje vivos são seis mulheres e dois homens. Ela tem 39 anos, é nascida em Aracaju - SE, tem dois filhos e vem de uma família pobre na qual tanto a mãe quanto o pai eram alcoolistas. A mãe dela era doméstica e preferia levar os filhos para a casa da patroa do que deixá-los em casa, pois até a alimentação era precária; ela afirmou que “Não vivi a adolescência, vivia de uma casa pra outra, era uma criança doméstica.”. (Niza, 39 anos). Nessa perspectiva, ela e as irmãs foram obrigadas a trabalhar cedo, por volta de 9 ou 10 anos de idade, como empregada doméstica na casa dos familiares da patroa da mãe dela e dessa forma, elas seguiram para vários estados brasileiros para trabalhar. Assim, elas foram criadas separadamente cada qual em uma nova família vivendo os novos valores, e respirando uma atmosfera social que não fazia parte de sua cultura de origem.

A segunda mulher chamada Mary é natural do interior do estado de Alagoas, mas foi criada desde muito pequena na cidade de São Paulo. Tem 33 anos, possui mais 5 irmãos, é mãe de uma menina, e quando foi presa pela primeira vez ela só tinha o ensino fundamental completo. Com os programas fornecidos pela unidade prisional, ela conseguiu concluir o segundo médio completo. Ela relatou que os pais sempre foram certinhos, sempre trabalharam e gostaram de tudo corretamente, e sua infância foi maravilhosa cheia de amor e carinho; foi criada numa família sem conflitos ou problemas estruturais aparentes como a drogadição, o alcoolismo ou a violência física e tinha um bom relacionamento familiar além de que seus pais possuíam bens materiais como terrenos e um restaurante no qual trabalhavam para sustentar a família. Do ponto de vista sócioeconômico, a família dela tinha uma condição mais favorável em relação à família de Niza.

Após a explanação sobre as diferenças na dinâmica familiar das duas entrevistadas, abordarei a motivação encontrada por cada uma delas tanto para o ingresso no mundo do crime quanto para a sua manutenção no mesmo. Niza quando veio de Brasília, cidade na qual morava, para passar férias com a mãe, em Aracaju, e Mary quando veio para o interior de Sergipe para passar o carnaval, elas conheceram homens e se encantaram de tal modo que não voltaram mais para as cidades nas quais

moravam. O resultado desse encantamento permitiu que elas fossem viver com esses companheiros que inicialmente já praticavam o tráfico de drogas; elas afirmaram que inicialmente não sabiam que eles eram envolvidos em condutas criminosas, mas depois que passaram a conviver com eles tiveram essa certeza. Os discursos abaixo relatam este aspecto:

“Ele saía, dizia que trabalhava, que viajava, só que era muito dinheiro (...) Eu passei a aceitar aquilo, de certa forma eu não me envolvia diretamente e o meu envolvimento era participar dos lucros porque eu era sustentada através do dinheiro.”.(Niza, 39 anos).

“Acabei me envolvendo com uma pessoa que fazia algo errado (...) fui saber depois que fui morar com ele e acabei vindo pra cadeia (...) a minha adolescência, eu praticamente não tive porque eu casei aos 14 anos.”. (Mary, 33 anos).

Niza após a prisão de seu companheiro deu continuidade ao tráfico, realizado por ele, através de suas orientações quando ela ia visitá-lo no presídio; ela fazia cobranças, fazia a contabilidade da venda, entregava drogas, etc. Dessa maneira, ela foi assumindo uma participação ativa para garantir o sustento de toda a família. Durante aproximadamente três anos, ela fez esse trabalho estando ainda com ele, mas ao engravidar do segundo filho ele começou a brigar com ela e sugerir que ela não tivesse o filho, pois achava que o filho não era dele e inclusive chegou a ameaçá-la de morte em algumas dessas brigas. Então, ela se separou dele ainda estando grávida e decidiu ter seu próprio negócio no tráfico:

“Então, aquele conhecimento que eu tinha através dele, eu dei continuidade a fazer sem a participação dele (...) então a única porta que eu vi aberta foi aquela, a do tráfico e daí eu dei continuidade ao que eu aprendi e aí fiquei até hoje, a vida inteira e de lá pra cá eu não fiz mais nada, a não ser o tráfico hoje já estou com 39 anos, é muito tempo.”. (Niza, 39 anos).

Nota-se que Niza passou por algumas mudanças no decorrer de seu percurso no que se refere à sua participação no tráfico de drogas; de beneficiada pelo dinheiro indiretamente ela passou a realizar a atividade orientada pelo esposo, enquanto ele esteve preso, e depois ela foi desenvolvendo seu próprio protagonismo dentro dos negócios através de criação de uma espécie de empresa familiar no qual elas possuem um comando único e centralizado. As mulheres que encaram o trabalho no tráfico como caráter empresarial e como “profissão” buscam cumprir metas de vendas e horários, realizam a negociação de preços de compra e venda bem como aprendem todas as

particularidades do ofício através do ofício. Essa pequena empresa caracteriza-se pelo dinamismo já que existe uma capacidade maior de se reinventar diante das rápidas decisões que precisam ser tomadas e da proximidade de seus clientes; dessa forma, o estilo de trabalho é sempre adaptado a essa realidade.

Sua primeira apreensão, aos 23 anos, aconteceu quando ela acompanhava duas irmãs numa loja no shopping e nessa ocasião as irmãs furtavam peças da loja. Após a saída das três irmãs da prisão, após um período de três meses, Niza explicou todos os detalhes do tráfico para elas; as irmãs decidiram abandonar a prática do furto para se inserirem no tráfico de drogas quando perceberam que elas possuíam um número muito grande de entradas na cadeia em virtude do furto; número muito maior do que as apreensões realizadas pelo comércio de drogas.

Em relação a Mary, a primeira apreensão aconteceu ainda quando ela estava casada com o companheiro que era traficante. Na ocasião, o esposo estava sendo investigado pela Polícia Federal e, em uma das ligações telefônicas realizadas pelos dois, obtiveram a informação de que eles iriam fazer uma compra de uma geladeira numa determinada loja no centro da cidade. Mary foi sentenciada²⁰ a cumprir pena inicialmente de 10 anos e alguns meses em virtude de ela usufruir dos lucros do tráfico e por estar carregando a filha que na época tinha apenas dois meses de vida; depois ela conseguiu que essa pena fosse reduzida para 8 anos na qual conseguiu a liberdade após um período de 6 anos na cadeia. A união conjugal terminou após 1 ano e 3 meses em que estavam presos, pois ela resolveu se separar dele porque ficou sabendo que outras mulheres o visitavam na cadeia.

Após a saída de Mary da prisão, ela teve o apoio financeiro de sua família para abrir uma loja de móveis e uma granja; ambos os empreendimentos lhe davam lucros, mas ela preferiu participar ativamente do tráfico de drogas porque nele o lucro era muito maior. Embora, ela não precisasse estar no tráfico para garantir sua sobrevivência encontrou no desejo de ascensão econômica a motivação para se manter nessa prática desviante. Segundo ela: “cheguei a vender 400 galinhas por semana na feira. Eu gastei 3000, quando eu vendi, eu fazia 9.000, 9.000 eu ganho em um dia no tráfico, sem fazer nada, quando a droga chega e faz a entrega.”. (Mary, 33 anos). A ambição e o desejo de

²⁰ A sentença é o ato judicial por meio do qual é estabelecida a pena caso haja a condenação do réu ou a punibilidade pode ser extinta e o réu é absolvido. Caso haja condenação, a pena final pode ser reduzida a partir dos recursos deliberados no processo do réu.

ascender socialmente motivaram a entrevistada a se manter no tráfico, pois nele há facilidade de se ganhar muito dinheiro se trabalhando pouco. Vale ressaltar que a única experiência que Mary teve com o trabalho formal quando morava em São Paulo foi no restaurante do pai; no entanto, só durou 05 dias pois ela não se acostumou com a atividade de servir às mesas e anotar pedidos.

Mary possuía muitos contatos de fornecedores e distribuidores de drogas em São Paulo. Depois de 1 ano e dez meses da soltura de sua primeira cadeia, ela teve a sua segunda prisão por ter intermediado a chegada de uma carga de 50 kg de maconha de São Paulo para Aracaju a pedido de uma amiga. Quando foi receber seu pagamento em dinheiro, a polícia apareceu para fazer a busca e apreensão da droga e das pessoas envolvidas; ela e mais duas mulheres foram presas.

Em relação à comercialização da droga, Niza inicialmente vendeu a maconha e à medida que o tempo foi passando e as drogas foram aparecendo em Aracaju, ela passou a vender a cocaína e o crack. Em seu relato ela alegou que o dinheiro do tráfico é maior do que aquele que é decorrente de um trabalho digno, ou seja, um trabalho normal ou um trabalho de alguém que estudou a vida inteira e se formou numa faculdade. Ela alegou que:

“A gente tá acostumada a ter, o dinheiro dá; vê o dinheiro, a gente vai e compra, tanto faz se a gente compra um roubo ou entra na loja, tem dinheiro pra isso pra comprar o que quiser, então você ter e de repente você ver que não tem mais, se acostumar é difícil. Se acostumar com o que é bom e ter que comprar o mais barato porque quem tem chega e diz eu quero aquele e não pergunta o quanto custa, era assim o que eu fazia, sem controle e sempre o melhor. Minha filha é universitária, o dinheiro é do tráfico, livro, mensalidade, transporte e tudo.” (Niza, 39 anos).

Nesse sentido existe uma internalização de valores que instigam a busca de prazer e poder além do fascínio pelo dinheiro. Ainda sobre o comércio, Niza era quem gerenciava o seu negócio e se denominou como comerciante; ela mesma cuidava da compra de drogas, da distribuição, da venda e da administração financeira de sua atividade. Conforme seu discurso, ela comprava produto roubado e sem nota fiscal e permitia que esse tipo de produto entrasse na sua casa da mesma maneira que guardava a droga que comercializava em sua casa. Assim, ela tanto tinha produtos roubados quanto drogas ilícitas na residência em que morava, facilitando sua apreensão caso fosse denunciada pois eram provas materiais dos crimes cometidos. Aos poucos foi

mudando algumas estratégias para não chamar a atenção e se desviar da cadeia, principalmente depois de sua primeira prisão por tráfico.

“Por andar muito a gente vai aprendendo a também se defender; da mesma forma que a polícia usa a tecnologia, a gente usa os nossos meios, então eu não permitia nada de errado na minha casa, por já ter sido presa. (...) tinha muito medo que acontecesse isso com meus filhos então eu não permitia mais nada de errado nem um celular sem uma nota fiscal na minha casa eu não permitia mais, ficava numa outra casa vazia se acontecesse algo de errado ficaria lá.”. (Niza, 39 anos).

Ela relatou também que tem cuidado com os seus comportamentos perante as pessoas na sociedade e para tal ela não fala gírias, não bebe e nem se senta em bar, não fuma, frequenta a igreja evangélica e é temente a Deus porque sabe que quando ele castiga é para corrigir os erros assim como um pai faz com um filho. De maneira análoga, Mary também utiliza algumas estratégias para não chamar a atenção sobre os bens e luxos que ela possui. Segundo ela: “nunca pega aonde tá tudo guardado, eu não deixo aonde eu estou (...) e eu não posso deixar no meu nome”.

A constituição das carreiras desviantes acontece no mundo social concebido por Becker como uma composição de pessoas que possuem graus diferentes de comprometimento e ao agirem produzem realidades que também as definem. Ao estudar os usuários de maconha, músicos de casas noturnas, "quadrados" e empreendedores morais, o autor revela que todas essas categorias são agentes em processos que produzem estilos de vida, visões de mundo e carreiras construídos diante da imposição das regras sociais que estabelecem comportamentos e situações como "certos" ou "errados". Dessa forma, nesse contexto social essas mulheres aprendem a criar estratégias e padrões de comportamentos específicos e adequados para assegurar a implementação das atividades do tráfico.

A família tem papel fundamental no suporte a essas mulheres no período em que são encarceradas. De maneira diferente do percurso relacionado à necessidade, aqui, a família tanto cuida dos filhos como também administra os negócios lícitos ou ilícitos das mulheres: a loja e a granja de Mary são administradas pela mãe e irmãos assim como o comércio do tráfico de Niza continua sendo realizado com o apoio das irmãs que também praticam essa atividade.

Nesse tipo de percurso, há de se ressaltar outras particularidades. As duas mulheres nunca utilizaram qualquer tipo de substância entorpecente para consumo próprio; para Niza: “a minha visão não é viver o crime, é ganhar com ele, não tenho intenção de viver exposta.”. (Niza, 39 anos). Nota-se também que não há arrependimento da prática realizada, pois o dinheiro compensa, embora as entrevistadas tenham relatado que o tempo de cadeia é maior em relação a outros crimes como furto e roubo. Visualiza-se em seus discursos um alto conhecimento acerca de seus processos, das especificidades do desvio cometido e das lacunas da lei que tendem a contribuir com a diminuição da pena a ser cumprida ou com a sua absolvição. Niza mencionou que: “Uma coisa é eu tá portando a droga e outra é como essa última vez que aconteceu em 2014, a droga foi encontrada numa outra casa.”.

As mulheres neste percurso revelaram que possuem um projeto de vida que deve ser realizado enquanto elas estiveram na prática do tráfico de drogas; nesse sentido a atividade desviante torna-se um caminho de “mão única”, já que se torna muito difícil deixar de fazer depois que se acostuma a ter muito dinheiro. Segundo Niza “todo mundo que faz isso, pensa sim em sair, em fazer uma outra coisa só que a vantagem é o dinheiro, o dinheiro lhe cega, o dinheiro é o foco.”. (Niza, 39 anos). O projeto de Niza é muito voltado para a formação intelectual e profissional dos filhos além de outros benefícios materiais que o dinheiro pode lhe proporcionar. O fragmento a seguir ilustra o desejo de permanência na atividade desviante de Niza:

“Enquanto eu não formar meus filhos e que eles sejam a pessoa que eu não fui, que eles sejam quem eu não consegui ser, que cheguem aonde eu não cheguei eu tenho essa ficção na minha mente, é meu objetivo, é minha filha se formar, meu filho se formar até eles arrumarem emprego, comecem a andar com as próprias pernas aí eu digo agora é só eu.” (Niza, 39 anos).

Os relatos expostos por Niza mostram que o seu projeto de vida, sustentado pelo tráfico de drogas, também está focado na educação de seus filhos. Em contrapartida, os planos que Mary faz para realizar em sua vida estão centrados na aquisição de bens materiais de luxo. Ela comentou que:

“Quando a gente começa a luxar, não quer parar mais, não quer deixar de ter luxo. Os luxos que eu gosto é carro importado, motona, viver bem, bolsa, sapatos, perfumes, roupas, meus perfumes vem tudo da Bolívia, viagens, conheço o Chile, conheço a Bolívia, São Paulo em peso, gosto muito de andar de Jet Sky.”. (Mary, 33 anos).

Outra característica diferenciada nesse tipo de percurso diz respeito às apreensões das internas: elas passam bastante tempo realizando a atividade sem serem flagradas, no entanto são apreendidas em virtude de denúncias realizadas na comunidade. Na maioria das vezes não se sabe quem denuncia, mas em alguns casos a denúncia acontece de forma visível de modo que é possível identificar quem a fez; segundo os relatos, é comum haver o tal “olho grande” talvez por despertar a inveja pelo acúmulo de dinheiro advindo de quem pratica o delito.

Vale salientar que esse percurso de desvio que está sendo apresentado possui características particulares e que diferencia do modelo apresentado no tópico anterior e nos demais que serão expostos no decorrer deste trabalho. Ainda que os percursos dos desvios sejam diferentes, é importante compreender que, para Becker, as carreiras desviantes são específicas, no entanto, a estrutura de engajamento é semelhante: há inicialmente um ato primário (que pode não ser intencional e permanecer secreto), depois a obtenção de uma identidade desviante e, por fim, a incorporação de um grupo desviante.

Diante da análise exposta, esse percurso tem como aspecto principal o fato de que as ações desviantes são motivadas pela ambição e pelo desejo de ascender socialmente através do ganho exorbitante de dinheiro. As mulheres começaram a se desviar a partir da participação indireta ao se beneficiar dos lucros beneficiados pelos companheiros e depois decidiram por vontade própria realizar o tráfico mesmo depois de suas primeiras apreensões. Elas não recriminam suas atitudes e delas não sentem arrependimento assim como desejam continuar nessa atividade ilícita após a saída da cadeia atual. Vale ressaltar que nunca usaram nenhum tipo de droga nem possuem outros vícios.

4.1.3 SEXO, ÁLCOOL E DROGAS: QUANDO A CURTIÇÃO CEDE ESPAÇO AO ESTADO DE DEGRADAÇÃO DA VIDA

A trajetória das mulheres apresentadas neste tipo de percurso foi profundamente marcada por um elevado estado de degradação da vida resultando em prejuízos em suas capacidades laborais, na formação intelectual, e na desagregação da estrutura familiar. O consumo de drogas aparece como o primeiro ato considerado criminoso, sobretudo, no período da adolescência na qual foi vivenciada predominantemente pela curtição

através do sexo, do uso de álcool e de outras drogas. As ruas são o principal meio de sociabilidade na qual se torna palco de novas descobertas, de experimentação que transforma a casa de origem em espaço de passagem; nesse contexto das ruas, as mulheres adquirem novos laços de sociabilidade que as orientaram na manutenção de alianças, trocas e aprendizagens com outros indivíduos.

Destacam-se neste percurso 4 entrevistadas cujas histórias de vida são marcadas também pelo abandono escolar, pela gravidez precoce e por muitas perdas decorrentes da dependência química. Vale salientar que nas famílias dessas mulheres não se percebem grandes problemas de privação de ordem econômica, comparada com as mulheres apresentadas no percurso relacionado à necessidade de sobrevivência.

Ao abordar o período de adolescência, 2 mulheres relataram que perderam a virgindade aos 11 anos; uma delas apanhou muito e passou a andar com pessoas não apropriadas para ela e a outra foi expulsa de casa passando, assim, a viver intensamente nas ruas. Elas relataram que:

“(...) A partir do momento que eu me perdi com 11 anos. Comecei a andar com pessoas da rua que não era pra mim, pessoas que pra mim só trouxe derrota. Comecei a usar drogas; a primeira droga que comecei a usar foi o tinner²¹, depois, cola²², depois a maconha, o quarto o crack²³.”. (Tita, 23 anos).

“Minha mãe botou pra fora de casa e eu me larguei na rua; eu fiquei uns 15 dias perambulando, comecei a cheirar cola de sapateiro e beber cavalinho, os mendigos que me davam. Usei por curiosidade de conhecer, depois parei.”. (Déa, 40 anos).

A terceira mulher, Nicole, afirmou que estando nas ruas sentiu vontade de experimentar as drogas. Ela comentou que: “Eu era muito levada, não vou mentir, me deu vontade de experimentar maconha, da maconha eu fui pra cocaína, comecei a cheirar e depois do pó fui pro crack (...) Acho que foi coisa de momento, da rua.”. (Nicole, 21 anos).

²¹ O thinner tem a função de diluir o verniz. Os usuários costumam usar garrafas, panos e estopas para inalá-lo e sua inalação causa euforia semelhante a da cola de sapateiro inibindo sensações de fome, frio, medo e cansaço.

²² A cola de sapateiro é um dos solventes mais utilizados por jovens que moram nas ruas.

²³ O crack é uma substância psicoativa estimulante que leva em sua preparação a pasta de cocaína e bicarbonato de sódio. Para a aquisição das pedras de crack são adicionadas também outras substâncias tóxicas como querosene, gasolina, querosene e até mesmo água de bateria. Ela é fumada em cachimbo, tubo de PVC ou aquecida numa lata. Cf. Cartilha sobre o crack. Disponível em [HTTP://www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br).

Lane, de 28 anos, foi a única que tinha ultrapassado o período da adolescência quando ingressou no uso de drogas. Ela sofreu um acidente com uma bala perdida durante uma festa, aos 21 anos, do qual passou oito meses para se recuperar; seu rosto ficou desfigurado e como ela trabalhava como garçoneiro sentiu que sua beleza tinha acabado. Um dia, após a sua recuperação, ao estar numa outra festa viu seu esposo com outra mulher e nessa mesma noite foi procurar drogas quando percebeu que um conhecido estava vendendo nessa festa. Segundo ela: “Eu perguntei: você tem um pó aí que todo mundo diz que é bom? Ele disse: o pó eu não tenho, mas eu tenho isso aqui que é pedra. Falei: isso é bom? Anestesia? Faz esquecer? Ele disse: e como faz.”. (Lane, 28 anos). Dessa maneira, o crack foi a primeira droga que ela utilizou, tornando-se logo dependente.

Vale ressaltar que algumas predisposições familiares foram evidentes na família de uma dessas mulheres. Déa é filha de militar e viu o pai ser assassinado num parque de exposições quando tinha a idade de 7 anos; além de militar, seu pai era um dos maiores traficantes na época e por essa razão ela conviveu com o tráfico de drogas dentro de casa. Após o falecimento do pai, a mãe dela deu continuidade a essa atividade, embora nunca fosse usuária de álcool ou outras drogas e por duas vezes foi presa.

Quanto à experimentação de novos tipos de droga, aos 12 anos, ela passou a ameaçar pessoas na rua para que elas lhes dessem dinheiro para comprar cola; quando passou a tomar o *Rohypnol*²⁴ ela tinha vontade de roubar e assim passou a roubar relógios. Ela afirmou que: “Quando fiz 13 anos foi o primeiro baseado de maconha (...) eu fumei porque eu vi onde tava escondido dentro de casa, era do meu irmão (...) Quando fumei, dei pra rir, gostei da lombra e comecei a fumar escondido do saco dele.”. (Déa, 40 anos). Já Nicole relatou que sempre se envolvia em brigas nas ruas juntamente com uma tia o que levou a passagens pela delegacia de menor com ela ou sozinha por motivo de drogas.

Déa, de 40 anos, ingressou algumas vezes em instituições sócio-educativas na adolescência. A primeira passagem de Déa pela FEBEM²⁵ foi decorrente de uma

²⁴ Rohypnol é um medicamento popularmente como roupinol e é usado para reduzir a insônia na qual a superdosagem pode manifestar-se por sonolência, estado confusional, coma, depressão respiratória e diminuição dos reflexos, dentre outros efeitos. O seu uso concomitante com álcool e/ou depressores do Sistema Nervoso Central deve ser evitado.

²⁵ Em 1976 foi criada a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor em todo o Brasil (FEBEM) em todo o Brasil. Era um espaço para colocar as crianças e adolescentes que não poderiam ir para a cadeia e conviver com adultos criminosos, já que possuíam pouca idade; geralmente eram crianças abandonadas

tentativa de homicídio na qual a vítima era sua conhecida; vale ressaltar que alguns dias antes desse fato, ela já tinha furado uma pessoa para roubar seus pertences. Por ocasião desse roubo, Déa foi para a casa de um irmão no interior do estado e deixou uma colega na casa da mãe para que ela pudesse ajudá-la nas atividades do lar. Ao voltar para a casa da mãe, Déa afirmou que essa pessoa traiu sua confiança ao roubar pertences da mãe como colchas e utensílios de cozinha:

“Quando cheguei, me revoltei e fui na casa dela; no jardim ela tava varrendo a porta da sogra. Rumei o murro, e dei duas furadas nela, ela perdeu um rim e um pulmão (...) Eu tava drogada mas se não tivesse, furaria do mesmo jeito pela vontade de vingar o que ela fez com minha mãe, não era nem por mim, eu dispensaria, mas pela moral e respeito que ela não teve a minha mãe. Minha mãe vem em primeiro lugar em cima de todas as coisas.”. (Déa, 40 anos).

Em virtude desse acontecimento, Déa foi presa e levada para o Juizado de Menor no qual passou seis meses e em seguida foi transferida para a FEBEM. Nessa instituição, ela começou a ter maus comportamentos, tentou fugir, pegou vários castigos, ficava sem receber comida e comentou que sofreu surras de agentes, muitas vezes. Durante sua passagem na instituição, ela furou duas colegas, na qual em uma das ocasiões ela defendeu uma adolescente que estava presa e tinha problemas mentais. Quando os comportamentos começaram a melhorar, ela conseguiu passar os finais de semana fora do estabelecimento, mas chegou a levar drogas para lá e assim recebeu novos castigos como o cancelamento de suas saídas para ver a família.

Na perspectiva da dependência de drogas dessas mulheres, muitas vezes a maconha é a primeira a ser usada. É também frequente o uso paralelo de duas ou mais substâncias além de que se percebe facilmente uma escala ascendente quanto às drogas que primeiro são utilizadas. Embora somente uma das entrevistadas tenha começado pelo Crack, é comum haver uma sequência que começa pelo álcool, solvente, cola, maconha, cocaína e crack em último grau. No relato a seguir Tita comentou que: “A primeira droga que comecei a usar foi o thinner, depois, cola, a maconha, o crack (...) pra mim a juventude era só curtir, amizade, drogas e andar fazendo o que não é certo, fazia programa, disso tudinho peguei uma Aids, to fazendo o tratamento.”. (Tita, 23 anos).

que praticavam pequenos roubos ou aquelas que as mães não podiam sustentar. Com a criação da Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passou a fiscalizar esses espaços e eles foram transformados e substituídos por outras nomenclaturas.

A princípio, elas passaram pelos três estágios quanto ao nível de consumo, propostos pelo estudo de Becker, além de que sofreram com os mecanismos de controle social, representados pela família, pela legislação, e pela polícia; desse modo, criaram alternativas de permanecer na prática desviante com intuito de evitar a possibilidade de serem presas.

O autor Becker (2008, p. 51) afirma que a experiência física do uso da maconha só se transforma em algo prazeroso após o estabelecimento de uma sequência de aprendizados: "impulsos e desejos vagos são transformados em padrões definidos de ação por meio da interpretação social de uma experiência física em si mesmo ambígua". Nesta sucessão de experiências são incluídos o aprendizado da forma de fumar, a identificação dos efeitos do uso da maconha e a ressignificação das sensações como prazerosas. Dentre os mecanismos de controle social que perpassam o processo desses estágios dentro da carreira estão: o controle pela limitação do fornecimento da droga e do acesso a ela, o controle pela necessidade de evitar ser descoberto como usuário e o controle pela definição do ato como imoral.

Dessa maneira, é necessário que além de sentir prazer o indivíduo também aprende a escapar de um conjunto de pressões sociais que acontece através do aprendizado pela participação em grupos desviantes, nos quais precisam ser desenvolvidos tanto os valores e procedimentos de aquisição do produto como explicações morais para as suas práticas. Nesse sentido, a carreira do usuário de maconha está dividida em três etapas: a primeira está o iniciante que fuma a maconha pela primeira vez; na segunda tem-se o usuário que consome a maconha esporadicamente e ele ascende para a última etapa na qual ele se transforma num usuário regular que utiliza o fumo como uma rotina diária e sistemática. Esses estágios são estabelecidos na companhia de outros usuários e entre eles podem existir fracassos e êxitos.

Nota-se no relato das entrevistadas desse percurso que as uniões conjugais são relevantes na compreensão sobre as suas práticas desviantes e sobre a sua dependência química. A forma como elas conheceram seus companheiros aconteceu, em grande parte, no convívio com as ruas; é bastante comum haver a relação entre eles e o uso de drogas e envolvimento com o tráfico assim como outros delitos como furtos e roubos; então, devido a esse contexto, muitos possuem passagens recorrentes pela prisão, assim como não tinham uma profissão definida, realizando serviços informais ou delitos nos períodos em que estiveram em liberdade. O pai dos filhos de Nicole é o único que nunca

se envolveu com o uso de substâncias entorpecentes e sempre foi trabalhador; no entanto, as suas dificuldades de não saber lidar com a dependência química dela fizeram com que ele utilizasse a violência para impedi-la de usar drogas: “(...) Me batia muito pra eu sair da droga, eu passei menos a gostar dele porque ele me maltratava, abandonei ele, abandonei filho, abandonei tudo.”. (Nicole, 21 anos).

Tita, aos 13 anos, conheceu o pai de seu filho na cidade onde morava e pouco tempo depois eles foram morar em Aracaju. Aos 16 anos, ela começou a usar o crack pela facilidade de ver e adquirir uma vez que o companheiro, que era foragido, também fumava e vendia essa droga. Já aos 17 anos quando seu filho nasceu, ele foi preso novamente por um período de seis meses. Para ela: “Minha vida foi só de sofrimento, já fui muito espancada por ele, levei facada, já quebrou minha clavícula, já fiquei com rosto deformado no Hospital João Alves de tanto apanhar.”. (Tita, 23 anos). Ela só se separou do companheiro após sua primeira saída da prisão, uma vez que ao deixar o presídio foi direto para o centro da cidade fumar crack.

A multiplicidade de parceiros no decorrer da vida foi evidente nesse percurso para duas mulheres. Para Déa, a maior parte de suas prisões foram decorrentes de homicídios perpetrados contra os companheiros. Déa, ao sair da FEBEM aos 15 anos, foi para casa e na vizinhança tinha amizade com um rapaz com o qual ela foi morar, pouco tempo depois de sua saída; esse companheiro não tinha envolvimento com drogas, mas pouco tempo depois se separaram porque ela engravidou de um amigo dele. Esse outro amigo com o qual ela conviveu a traiu e ela o obrigou a vender tudo que tinha para ela ficar com o dinheiro e após o ocorrido, ele foi morar em São Paulo. Depois disso, foram vários os companheiros que ela teve e quase todos envolvidos com o uso de drogas ou com a venda de crack, o que influenciou muito no ciclo alternante que ela teve, ou seja, de abstinência da droga e de períodos de degradação provocada pelos efeitos das substâncias utilizadas.

Durante alguns anos, Déa ficou trabalhando em serviços informais e teve um novo companheiro com o qual teve dois filhos. Quando o pai do primeiro filho dela voltou para Aracaju com a família, ela se separou do atual para voltar com o anterior; no entanto, não durou muito, pois ele voltou com problemas de dependência de álcool e drogas.

No que se refere ao cometimento do primeiro homicídio, Déa sinalizou que um de seus companheiros queria que ela lhe desse todo o dinheiro que ela recebia dos trabalhos informais que ela fazia, enquanto ele chegava a vender muitas de suas coisas para comprar droga. Nessa época, ela não estava consumindo droga nenhuma e uma noite ao chegar, em casa, ela percebeu que havia três homens em sua residência na companhia de seu companheiro e, segundo ela, estavam lá para vê-la desfilar sem roupa em troca de 50,00 reais. Então, Déa pegou uma faca e se dirigiu até onde eles estavam com um pedaço de pau e começou a quebrar tudo que ela encontrou pela frente. Ela tomou todo o dinheiro que eles tinham e eles saíram correndo; insatisfeito com a situação, ela afirmou que o companheiro foi para cima dela e a alternativa que ela encontrou foi reagir em legítima defesa: “Ele tentou me enforcar, me chamou de vagabunda, mas ele não viu que eu tinha botado a faca de volta na mesa; eu puxando a toalha, a faca enganchou, mas eu peguei e aí só dei uma. Ou ele me matava ou eu matava ele.”. (Déa, 40 anos).

Déa não só defendeu a sua vida por perceber que estava correndo perigo como também fez questão de fugir para evitar o flagrante delito, deixando-o trancado sem nenhum tipo de ajuda; o vizinho prestou socorro levando-o ao hospital, mas um mês e quinze dias depois ele foi a óbito. Ela ficou foragida durante seis meses, tempo em que conheceu um novo companheiro, mas como estava sendo procurada pela polícia, foi apreendida e passou nove meses no presídio. Na época que Déa morou em Salvador, teve um ex-companheiro com o qual ela conviveu e ele acabou assassinando um homem numa discussão; nesse delito, ela alegou perante a justiça que só estava lá fazendo um programa e que não tinha nada a ver com o autor do delito. Assim, sua primeira saída do presídio foi acompanhada de dois alvarás de soltura, um do estado de Sergipe e outro do estado da Bahia.

Após o primeiro homicídio cometido, ela conheceu o atual companheiro; segundo ela, ele logo em seguida foi preso porque um amigo dele roubou um policial e colocou uma arma e um celular nas coisas dele para incriminá-lo. Houve um afastamento entre eles porque ambos foram presos e quando ela saiu da cadeia envolveu-se com um novo companheiro; no entanto, ela foi presa novamente por tê-lo esfaqueado no pescoço. Após o cumprimento dessa pena, ela soube que o atual companheiro tinha adquirido sua liberdade e assim voltaram a ficar juntos. Quanto a sua atual prisão, Déa afirmou que não teve participação no crime, mas esteve envolvida em

uma briga com a vítima no bar, na qual ela recebeu um golpe violento e caiu. Assim, o companheiro atual foi ao encontro da vítima e realizou o esfaqueamento.

“Eu to acusada de ter participado desse homicídio, mas meu marido já disse a juíza que eu não tenho nada a ver, que ele foi quem matou, que não quer que eu pague pelo que ele fez. Fui comprar jambo e adicuri e passei mas meu marido não aguentou, e meteu a faca no coração e foi a óbito.”. (Déa, 40 anos).

É provável que ela tenha participado do crime cometido, mas a confissão do esposo está sendo analisada. Sobre esse crime, cabe mencionar os dados revelados pela pesquisa de Miriam Breitman (1999); segundo a pesquisadora, os homicídios praticados pelas mulheres tiveram como vítimas os indivíduos com os quais elas possuíam alguma relação de intimidade.

Nessa perspectiva da multiplicidade de companheiros, Lane também se envolveu com várias pessoas que estavam associadas ao tráfico, ao roubo e ao uso de substâncias entorpecentes. Tanto o pai de sua primeira filha quanto o pai do segundo e terceiro filhos eram trabalhadores “normais” e sem envolvimento com as práticas ilícitas. Após a separação do segundo companheiro, ela entrou no mundo da dependência das drogas e passou a viver pelas ruas; então, conheceu um rapaz que depois se tornou pai de mais duas filhas dela. Através desse envolvimento, começaram uma parceria nos roubos e na primeira prisão dele, ela também foi presa, segundo ela inocentemente, passando um período de 8 meses na cadeia; depois de sua soltura, ela soube que ele também estava solto e se reconciliaram por apenas alguns dias.

Entre as idas e vindas desse relacionamento, Lane decidiu que não queria mais esse tipo de vida e ela lhe disse que não o queria mais: “eu disse a ele que a partir de hoje se você não mudar, eu não lhe quero mais; ele disse: se você não me querer, eu vou lhe matar. Eu disse: o que você vai ganhar com isso? ele disse que não tinha nada a perder.”. Ela alegou que ficou preocupada, mas não demonstrou sentir medo; ele saiu e se dirigiu ao centro da cidade e retornou com uma coleção de facas grandes, mesmo modelo que ele costumava utilizar nas práticas de roubo, e escolheu uma para que ela visse qual seria utilizada para matá-la. Então, ela fez um último pedido que foi o de sair a noite com ele para um bar para dançar e beber; enquanto ela deu uma saída para mandar dinheiro para casa da mãe, por um moto-boy, o esposo saiu do bar, fez um

roubo e furo um ex-namorado dela que passava pela rua e quando ela retornou, ele estava sendo preso. Após a prisão dele, ela seguiu sem saber que estava grávida e quando estava no sexto mês de gestação desse companheiro, ela se envolveu com outro rapaz. Esse novo relacionamento só durou cinco meses, pois ela não queria mais que ele realizasse roubos e assaltos, pois ela queria mudar de vida.

Nota-se que o consumo de drogas leva os indivíduos a um estado de vulnerabilidade que pode culminar em vários prejuízos, inclusive na aquisição de doenças graves. De todas as drogas mencionadas pelas entrevistadas, o crack é o que mais causou complicações devido às diversas vezes que precisaram sair de casa em busca da droga além de que seus sintomas físicos e psicológicos fizeram com que abandonassem trabalhos, vendessem seus pertences ou os trocassem pela droga, deixando-as suscetíveis a perderem suas referências e seus vínculos familiares, levando assim a um verdadeiro estado de degradação humana. Elas comentaram que:

“Depois eu comecei só a querer mais... eu comprava os perfumes bons da boticário e clorofila, calçado da azaléia, trocava tudo (...) Depois desse crack miserável destruí tudo que é meu. Eu tava morando em Salvador, vendi minha banca de confecções na subida da Lapa e vendia um antibiótico bom pra coluna na barraca das folhas. Eu caí, a droga me levou às calçadas; vendi uma casinha que eu construí lá. Cheguei a um estado de calamidade que você me via transparente, ele nos rouba a alma, nos rouba a matéria...dormia na rua.”. (Déa, 40 anos).

“Ela me desmoronou em muitas coisas, assim, graças a Deus ele não tirou minha vida ainda, mas muitas coisas boas que eu poderia ter tido. Eu fumei e era aquela coisa assim, meu coração acelerava, e aquela sensação de querer mais, e minha família ir me pegar naquele lugar, de ver cada dia mais secar, eu já não ia mais em casa. Eu ficava na rua, já tinha me entregado à prostituição. Em novembro ou dezembro de 2007 ou 2008, me entreguei total, dormia na rua, comia coisa do lixo, que a gente passa por isso, é muito ruim.”. (Lane, 28 anos).

Nicole alegou em seu relato que desperdiçou a vida e abandonou os filhos por causa dos erros cometidos e, conseqüentemente, passou a fazer tudo de errado. Usava maconha, cocaína e crack ao mesmo tempo e teve três apreensões por roubo para sustentar o vício do crack; duas dessas prisões aconteceram em menos de 1 ano e a última ela negou a autoria: “Eu não lembro não como fui presa porque eu tava drogada (...) Eu fui presa injustamente, to pagando pelos outros, a pessoa correu e eu fiquei, não tava devendo a ninguém, só teve a vítima que viu que foi um homem, mas disse que fui eu.”. (Nicole, 21 anos).

Uma particularidade desse tipo de percurso diz respeito à diversidade de práticas delituosas cometidas por essas mulheres em virtude da manutenção da dependência química. Dentre esses delitos estão o roubo majorado²⁶ (porte de arma branca como facas e tesoura), o tráfico de drogas, homicídio tentado e homicídio consumado. Na maioria das vezes em que a mulher praticou uma ação criminosa ela agiu sozinha, no entanto, em muitos delitos referentes ao roubo ela teve a co-participação de amigos, com idade semelhante a sua, ou de companheiros. O roubo majorado foi o crime que teve uma maior frequência entre as entrevistadas, sendo praticado contra pedestres; em um caso específico, ocorreu a extorsão de uma vítima mediante ameaça. Na pesquisa de Claudia Priori (2012), com mulheres encarceradas, também se evidencia que as mulheres cometeram crimes variados e que estavam distantes daqueles que são caracterizados como crimes tipicamente femininos.

Ao longo da vida, essas mulheres foram ampliando os tipos de delitos cometidos à medida que perceberam que outros ganhos financeiros poderiam ser obtidos assim como também foram estabelecendo parcerias com colegas ou companheiros. Por consequência, pode acontecer também a apreensão em conjunto. Depois de um período de 8 meses presa por suspeita de roubo, Lane saiu da cadeia e voltou a cometer outra série de roubos; segundo ela: “Chegou um certo tempo, tava eu e outros colegas fumando pedra, a pedra acabou, fui roubar mais, às 8:00 horas da noite, naquela fissura pra fumar.”. (Lane, 28 anos). Ela juntamente com duas colegas se dirigiram à praça da catedral metropolitana de Aracaju e roubaram uma vítima, levando dinheiro e pertences; na mesma noite, elas foram presas: ”Desse assalto, passamos nove meses e quatro dias, entre 2012 e 2013, fui réu confessa, eu tava com a faca, eu enquadrei, saímos juntas.” (Lane, 28 anos).

No crime de extorsão mediante sequestro, percebe-se também o estabelecimento de parceria. Lane, portando uma tesoura, juntamente com uma colega tentaram roubar um rapaz afirmando que lhe dizia que um homem estava com um revólver nas proximidades pronto para atirar; ela dizia para a colega ficar quieta e observar o

²⁶ Segundo o art.157 do Código Penal, considera-se roubo “Subtrair,para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência”. Se houver a violência ou a ameaça através do emprego de uma arma, a pena aumenta-se de um terço até a metade.

movimento. Dirigiram-se até um banco, mas não houve saque e ela o forçou a entrar dentro de um táxi e o conduziu até um supermercado para fazer uma compra no total de 1.700 reais. A operadora de caixa percebeu que ao passar as compras ele estava nervoso e na hora em que ela soltou a mão dele para repassar uns produtos, ele a agarrou e denunciou o roubo.

Tita também alegou que houve uma ocasião em que ela e um colega estavam drogados e ao perceberem que a droga tinha acabado, estando sem dinheiro para comprar mais ela teve a ideia de ir até a catedral para tentar encontrar uma vítima para executar o roubo. Segundo seu relato:

“Foi quando vinha um coroa, eu disse: eu vou desdobrar ele, enquanto você vai e anuncia o assalto (...) a vítima reagiu e ele feriu ele com canivete. Eu saí e deixei ele lá, fui pelo calçadão, ainda deu tempo de eu fazer um programa, pegar o dinheiro (...) e na hora que eu saí a polícia me abordou. Pegou eu e meu parceiro.” (Tita, 23 anos).

No que se refere ao roubo majorado, Lane forneceu vários esclarecimentos sobre o aperfeiçoamento de sua estratégia de ação ao longo de sua trajetória. Inicialmente, ela começou a roubar sozinha nos programas que fazia e os rapazes não notavam; quando eles percebiam, ela já tinha ido embora. Ela comentou que: “comecei a ser lançeira; eu puxava a roupa com o pé, começava a chorar dizendo que nunca tinha feito isso na minha vida, iludindo ele pra roubar aí roubava, aprendi sozinha.”. (Lane, 28 anos). Com o passar do tempo, ela conheceu um rapaz na rua que depois se tornou seu companheiro e pai de dois filhos dela; no decorrer do relacionamento, eles se tornaram parceiros em assaltos já que ela tinha deixado de fazer programas para ganhar dinheiro. Ela afirmou que:

“Eu chamava o rapaz, o rapaz ia pra perto de mim, dizia que ia fazer o programa, quando ele imaginava da gente ir pra pousada, meu esposo vinha, enquadrava com uma faca (ameaçava), a vítima não reagia, a gente pegava os pertencentes todos e a gente ia embora.”. (Lane, 28 anos).

Vale ressaltar que o planejamento das estratégias de roubo era feito por ela mesma. Ela percebeu que as parcerias também eram um tipo de abordagem vantajoso no qual cada participante pode exercer uma função específica nos assaltos que fazia:

“Minha colega que caiu na terceira prisão e na quarta, ela realmente nunca tinha roubado, mas foi porque a gente induziu, foi comigo e com a outra. Na hora eu disse o que ela tinha que fazer, olhar o lance. A da terceira cadeia nunca tinha roubado, eu disse fique na sua, olhe comigo e aprenda. Passava o que tinha aprendido: a roubar, a traficar.”. (Lane, 28 anos).

As redes de sociabilidade criadas nas ruas permitem um grande aprendizado de práticas, de comunicação, de trocas e de comportamentos; nesse sentido, os delitos exigem também um tempo de observação, planejamento e treinamento para que eles sejam realizados satisfatoriamente. Lane alegou que estava com uma colega na primeira vez que tentou roubar na rua, mas não deu certo, pois o rapaz era policial e tinha percebido que o dinheiro era para fumar crack e por essa razão não lhes deu ordem de prisão. Ela retratou que:

“Agora aprender a roubar na rua, num assalto, eu comecei a ver e fui fazer o teste com um colega. Articulei, tava com uma faca e deu certo (...) Puxei ela com tudo e demos pinote. Fiz uns dois na rua, a mulher ia passando, chamei um colega meu olhei pra ele, dei um garguelo nela, o famoso mata-leão²⁷, e ele pegou os pertences e saiu.”. (Lane, 28 anos).

Ressalta-se que a aprendizagem é fundamental para a prática criminosa e ela acontece no seio da convivência entre os pares e essa teia de sociabilidade também acontece dentro da prisão de modo a promover outras perspectivas e formas de pensamento através da troca de experiências. Após a penúltima cadeia, Lane resolveu parar um tempo de roubar e resolveu traficar já que tinha acatado a sugestão de outra presa durante o tempo que ela esteve encarcerada. Segundo a colega de cela, era mais lucrativo ela traficar para si mesma do que vender crack para outros traficantes em troca de algumas pedras para fumar. Em relação ao tráfico, pretendo mostrar o quanto a ferramenta de observação é importante para potencializar a eficácia desse tipo de negócio:

“Eu via o pessoal dizer, vou ali comprar cinco gramas no centro. Eu dizia: cinco gramas dá quantas pedras? Diziam: depende, se for uma pedra pequena, dá vinte e oito ou vinte e nove pedras até trinta dá; se for uma

²⁷ O mata-leão é um golpe de estrangulamento usado pelas artes marciais japonesas e é realizado pelas costas da vítima.

grande demais, no máximo vinte e quatro. Comecei a pensar na minha mente, até a gente sem usar droga quando a gente quer abrir uma empresa, a gente vai calcular tudinho, quanto vai gastar, quanto vai lucrar, a mesma coisa no mundo do tráfico. Você tem que saber quanto você emprega, quanto você gastou, quanto vai ter de lucro, de tudo, ninguém me induziu a traficar, eu só ali vendo.” (Lane, 28 anos).

O discurso retratado é relevante porque serve como parâmetro para compreender o planejamento do negócio e as ferramentas de aprendizagem nesse mundo do crime. No que se refere ao tráfico, Lane começou como usuária e passou a vender drogas de terceiros em troca de pedras para manutenção do vício; depois passou a comprar drogas em maior quantidade com o distribuidor, e em seguida, fazia o corte das pedras, a embalagem e o repasse para outras pessoas venderem para ela; nesse trajeto, aprendeu como teria um melhor lucro. Lane afirmou que não teve nenhuma participação no roubo que está sendo acusada atualmente e alegou que ele foi feito por um ex-companheiro juntamente com o primo dele contra um turista que estava numa pousada no centro da cidade.

Esse tipo de percurso também possui como característica o reconhecimento de que a prisão promoveu uma espécie de alívio pela preservação da vida que poderia ser destruída tanto pelos efeitos devastadores da droga como pelas perseguições de traficantes decorrentes de dívidas ou de testemunhos de outros delitos. Déa afirmou que: “eu tô pedindo muito a meu Deus que ele me livre das perseguições lá fora.”. (Déa, 40 anos). Nesse contexto, Lane comentou que:

“Então, Deus deixou que eu caísse aqui de novo pra me livrar da minha morte lá fora porque eu sou desse tipo, se eu tiver errada eu baixo a cabeça e dou a mão a palmatória, mas se eu tiver certa, pago uma boiada e meia pra não sair dela. Se Deus permitiu que a minha prisão acontecesse é porque alguma coisa ele tem pra mim ainda nessa Estrada.”. (Lane, 28 anos).

A prisão também proporcionou aprendizagens através de mudanças de pensamento que levam a uma reflexão sobre a vida que pode ser tida após o cumprimento da pena. Segundo Nicole : “eu vou sair daqui uma mulher renovada de corpo e alma, eu creio, eu não pensava do jeito que hoje em dia eu to pensando, só pensava em roubar, em matar, em destruir tudo (Nicole, 21 anos).

Cabe mencionar que as mulheres apresentadas neste percurso tentaram sair da criminalidade através do trabalho formal, predominantemente, numa época próxima da

maioridade ou da fase adulta. Nota-se que houve uma prevalência de ocupações que exigiam pouca qualificação em decorrência do abandono escolar. Dentre esses empregos, destacaram-se aqueles ligados ao âmbito doméstico (faxineira, babá), atendimento e/ vendas (mercado, locadora de vídeos), garçonne, balconista e guardadora de carros. Em relação à formação profissional das mulheres, somente duas delas realizaram cursos profissionalizantes ao longo da vida: Nicole fez cursos de manicure, de bijouteria, e de informática e Lane fez curso de auxiliar de cozinha.

A atividade profissional aconteceu de forma descontínua, uma vez que era intercalada pelo seu abandono em virtude da dependência química caracterizando-se como experiências laborais breves. E quando elas saíam de seus trabalhos, o meio que encontravam para adquirir a droga e/ou ajudar no sustento da família era a prática desviante. As entrevistadas alegaram que:

“Minha profissão é diarista, já trabalhei de balconista em padaria (...) mesmo sem precisar eu não gosto de ficar parada, faço faxina, lavo panela, corto quiabo, tomo conta de carro (...) botava 150 kg de papel na cabeça pra vender e ter o sustento da droga; se eu passasse 15 dias fumando crack, era 15 dias sem comer, só bebendo cachaça.”. (Déa, 40 anos).

“(...) Meu Deus é um desespero, trabalhei já em loja de roupa, trabalhei no mercado central, e depois eu destruí a minha vida por um crack.”. (Nicole, 21 anos).

“Trabalhava, mas com o efeito da droga era de roubar e assaltar. Trabalhei numa locadora, cuidava de criança em casa de família.”. (Tita, 23).

De acordo com Becker (2008), quando o vício se torna conhecido pelas pessoas com as quais o dependente convive, a reação social pode provocar o surgimento de vários obstáculos. Com o rótulo de “drogado” fecham-se as oportunidades de emprego e a pessoa que era transgressora de uma norma é impulsionada a transgredir muitas outras que lhe assegurarão um meio de sobrevivência ao rótulo que lhe foi atribuído. Melhor exemplificando:

O viciado, popularmente visto como um indivíduo sem força de vontade, que não consegue se privar dos prazeres indecentes que lhe são fornecidos pelas drogas opíáceas, é tratado de forma repressiva. Proíbem-no de usar drogas. Como não consegue obter drogas legalmente, tem de obtê-las ilegalmente. Isso impele o mercado para a clandestinidade e empurra o preço das drogas para cima, muito além do legítimo preço de mercado corrente, para um nível que poucos têm condições de pagar com um salário comum. Portanto, o tratamento do desvio do drogado situa-o numa posição em que será

provavelmente necessário recorrer a fraude e crime para sustentar seu hábito. O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante. (BECKER, 2008, p.45).

Diante desta perspectiva das práticas laborais, ressalto que houve tentativas de abandono tanto da dependência química quanto da vida no crime. Em relação à entrada de algumas mulheres em instituições de saúde mental para tratamento da dependência química, Déa foi a que passou mais vezes por esses lugares. Quando ela foi resgatada pela família nas proximidades da rodoviária de Salvador, foi trazida para Sergipe e logo foi internada numa clínica particular no interior do estado. Chegando lá, pouco tempo depois ela conseguiu uma bolsa para ficar internada na cidade de Caruaru-PE, na qual passou um período de 9 meses; dessa forma, após retornar para Aracaju, ela afirmou que se envolveu de novo nas drogas pelo contato com a televisão e com o quentão. Ela passou também por outra internação numa segunda clínica localizada em Aracaju.

Além de Déa, outra mulher que passou por internação para reabilitação foi Tita que aos 13 anos já era dependente do crack; ela tinha o costume de fugir de casa e por esse motivo a mãe teve a decisão de interná-la no CAPS²⁸ da cidade na qual morava, mas ainda assim ela fugia. Após conhecer um rapaz que também era dependente, Tita resolveu ir para Aracaju morar com ele.

Lane comentou que certa vez chorou pedindo à mãe para que ela fosse internada para recuperação, e assim teve uma breve permanência numa clínica em Aracaju. Nessa época ela decidiu recomeçar a vida vendendo frutas no mercado pela facilidade que tinha porque a mãe tinha banca de verduras, mas ela não conseguiu ficar muito tempo, pois voltou a fumar e a roubar em lojas e supermercados. Também chegou a comprar roupas com preço baixo nas lojas e vendia por um preço maior nas ruas do centro da cidade. Déa, sempre trabalhou na vida adulta ora como doméstica, ora como guardadora de carro ou de banca em feira livre; chegou a ter banca de confecção quando morou em Salvador, mas sua vida financeira sempre retornava à estaca zero por causa do uso da

²⁸ Os CAPS são instituições destinadas ao acolhimento de pacientes com transtornos mentais, cuja função é estimular sua integração social e familiar e apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecendo atendimento médico e psicológico. O CAPS (AD) é um serviço específico fornece atenção integral e continuada às pessoas com necessidades em virtude do uso de álcool, crack e outras drogas. Cf: Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

droga. Outra tentativa de se libertar do vício foi o ingresso numa igreja evangélica, mas não durou muito tempo. De forma geral, as mulheres alegaram que sempre apareciam pessoas que lhes ofereciam uma oportunidade de se desviar e às vezes a fraqueza delas acabava interferindo no afastamento do vício.

Para Becker (2008), a experiência pública da transgressão através do flagrante como ato desviante não só consolida o comportamento desviante como também resulta em graves consequências para a auto-imagem do indivíduo e para a vida social. Este fica marcado, estigmatizado com a identidade de marginal, que, aos poucos, vai se delineando. Esse novo status de desviante é associado a uma trajetória composta por elementos de sua subjetividade e da estrutura social e começa também a frequentar locais específicos nos quais ele terá contato com outros usuários culminando na incorporação de um novo grupo social composto por outros desviantes. A identificação com outros integrantes permitirá o desenvolvimento da cultura desviante que compõe uma ideologia particular e meios de tratar os não desviantes além da oportunidade de ser um espaço de compartilhamento do desvio, do estigma, das lamentações e dos aprendizados. Os desviantes, frequentemente, são vistos como incapazes de desfrutar das possibilidades de ter carreiras aprovadas pela sociedade, além de que são considerados como destituídos de moral por não respeitarem as regras convencionais.

Diante dos fatos expostos anteriormente, ressalto que há uma confluência de fatores preponderantes que impulsionaram essas mulheres a ingressarem no uso de drogas. Registram-se, nesse percurso, um poder de iniciativa e um elevado grau de coragem na prática de diversos tipos de crimes. Além disso, independente de serem autoras ou co-autoras dos delitos em parcerias, foram elas as grandes idealizadoras das condutas desviantes.

4.1.4 A REVOLTA MANIFESTADA NO CONFRONTO COM O CONTROLE SOCIAL

Esse tipo de percurso traz como característica principal a revolta que é decorrente, sobretudo, de relações familiares e do controle social aplicado pela sociedade e pela família no qual se estende por diversas situações que se apresentaram na vida de 4 mulheres entrevistadas. Segundo Becker (2008), o controle social acontece

através de domínios diferentes, formais ou informais, nos quais cada um deles possui regras e punições particulares; o âmbito informal compreende as relações sociais como família, religião, escola, comunidades e se impõe através da tradição e o formal acontece por meio da Lei.

Destacam-se, aqui, mulheres criadas no interior de Sergipe e provenientes de famílias, predominantemente, numerosas; segundo elas, a fase de revolta se iniciou durante o início da adolescência e foi se estendendo por outras situações ao longo dos anos. Preta, tem 24 anos e nasceu num município sergipano; possui um filho de 05 anos e uma filha de 03 anos e tem uma companheira que atualmente mora com a mãe dela, em virtude de sua prisão. Dentre as 4 mulheres, é a única que possui apenas um irmão que é mais novo que ela; afirmou que quando era criança estudava na creche pela manhã e estudava no colégio à tarde e sempre foi bem obediente. Ela tornou-se revoltada após a idade de onze anos quando o pai abandonou a família, pela segunda vez, e a partir desse momento ela começou a roubar objetos de familiares para comprar doces. Seu envolvimento com o álcool e a maconha aconteceu, a partir dos 17 anos, durante uma fase de revolta da vida na qual era impulsionada para roubar e se envolveu com pessoas que segundo ela eram erradas.

Em relação ao homicídio cometido e que resultou em sua primeira prisão, Preta alegou que estava drogada bebendo em um bar com umas colegas quando um rapaz, que já era seu desafeto e com quem já tinha discutido, voltou-se para ela e lhe deu um murro. Ela afirmou que: “(...) esse rapaz já entrou muito na minha mente antigamente, ele me chamava de sapatona, me chamava de tudo que era nome no mundo, não vou mentir, ele passou da conta, nunca tinha brigado, discutia com ele”.

Ao receber o murro, pegou um cabo de sinuca e juntamente com umas colegas começaram a bater nele; ela fugiu e, em seguida, a vítima dirigiu-se para a casa de Preta para fazer vingança e como encontrou a mãe com sua filha nos braços, prontamente, tentou estrangulá-la. Preta, quando chegou, viu aquela cena e lhe deu uma facada levando-o imediatamente a óbito. Em decorrência desse homicídio, ela ficou presa durante um ano e quatro meses e conseguiu seu alvará de soltura em virtude de ter sido comprovada a legítima defesa.

Meire é de Penedo (AL), tem 36 anos, tem 6 filhas e vem de uma família grande, na qual sua mãe era solteira e criou seis filhos sozinha sem muitas condições financeiras para sustentá-los. A mãe era doméstica e para complementar a renda saía à

noite em busca de alguém que lhe desse dinheiro; na época em que não havia o alimento, Meire ia para as ruas pedir esmolas aos 8 anos de idade com o intuito de sustentar a mãe e os seus irmãos. Ainda com essa mesma idade foi trabalhar como doméstica e passou a sustentar toda a família.

Com a idade de 12 anos, Meire dizia à mãe que ia para a escola, mas ela saía com as colegas e assim começou a deixar de assistir as aulas para poder namorar; então, ela passou a sair sem avisá-la, saía para trabalhar e passava vários dias sem voltar para casa. No trabalho, ela saía e dizia à patroa que ia para casa, mas saía para as festas e usar droga e a partir dos 13 anos de idade começou a se prostituir. A revolta que ela tinha era porque a mãe não permitia que ela usasse droga, chegando inclusive a amarrar a sua perna com corrente para ela não sair de casa; em virtude do vício, ela apanhava muito e chegou a ter seu pescoço pisado a ponto de por a língua para fora para não sair de casa. Em decorrência de não aceitar as regras de sua casa, ela alegou que:

“Eu ficava seis meses fora de casa, e minha mãe doida atrás de mim, eu ficava no 18, na baixa da cachorrinha, dormia nas esquinas, eu fumava drogas, droga a gente consegue, a droga antes era só maconha, meus colegas me davam. Comida, eu me virava, pedia 1 real aos velhos, minha comida era pão com salsicha, pão com salame e tubaína o tempo todo.”.

A adolescência de Meire foi vivenciada pelo uso de drogas, bebidas e prostituição até o momento que ela teve a sua primeira filha. O companheiro bebia e lhe batia muito, inclusive gestante, e após o nascimento da menina, ele lhe dizia que a criança não era filha dele, o que lhe provocava bastante humilhação. Então, ela voltou para casa com a filha nos braços e alegou que:

“(...) eu saía um pouquinho pra fumar e quando eu voltava pra comer, ela emborcava as panelas pra eu não comer e mandava eu dormir. Tinha vez que eu ia dormir debaixo da cama porque se ela me visse dormindo em cima da cama, ela acordava só que eu roncava e ela ouvia e me cutucava de vassoura que nem um cachorro pra ir cuidar das coisas. Me azedei deixei a menina lá e eu fui pra rua, passei 4 meses. Toda semana chegava lá a bolsa com coisas pra minha filha e uma bolsa de compras mas eu não ficava, beijava a minha filha e ia pra rua.”. (Meire, 36 anos).

A avó de Meire assumiu a responsabilidade de criar a menina e assim o faz até o presente momento já que ela não queria nenhum tipo de responsabilidades com a criação da filha nem aceitava as normas impostas na casa da mãe dela. Ela passou a arrumar namorados, ganhava dinheiro e até conseguiu arrumar um trabalho de empregada doméstica, mas continuava a usar a maconha; continuou trabalhando em várias casas de família, mas saía quando começava a ser assediada pelos patrões. Então aos 25 anos, aproximadamente, ela conheceu um novo companheiro do qual teve a segunda filha que também foi criada pela mãe; no entanto, esse relacionamento não deu certo porque ela e a sogra brigavam muito, pois ela achava que o filho não a merecia como esposa. Por volta dos 30 anos conheceu, na vizinhança, um rapaz com quem costumava se encontrar para usar drogas e após certo tempo se envolveram a ponto de ela ir morar junto com ele. Ela contou que o rapaz era casado e a esposa ficou sabendo de modo que:

“(...) Uma vez disseram a ela, e ela foi na minha casa dizer que eu tava com o marido dela, falou um monte de coisa a ela e minha mãe deu uma paulada danada na minha venta. Ela disse que ou eu deixava ele ou saía da casa dela; eu disse que gostava dele e que ele disse que eu não deixasse ele que ele ia arrumar um lugar pra eu morar.”. (Meire, 36 anos).

Em vários momentos do discurso de Meire, nota-se um comportamento de revolta em relação ao controle exercido, principalmente, pela sua mãe. A cada vez em que seus comportamentos não eram aceitos, sua mãe reagia com imposição de responsabilidades e aplicação de surras, inclusive resultando em lesões corporais. Dessa forma, Meire passou a construir suas próprias normas em prol de vivenciar a plenitude de sua liberdade, mesmo se envolvendo muitas vezes em situações complicadas.

Quando Meire decidiu ir morar com o terceiro companheiro, ela estava grávida de sua terceira filha. Seis meses depois que ela foi morar num barraco, que ele improvisou, ele separou-se da esposa e ela foi buscar sua segunda filha na casa da mãe para morar com ela. Pouco tempo depois, eles se viciaram no crack e foram vendendo tudo que tinham em casa para comprar a droga e foram perdendo a disposição para o trabalho; na falta de alimentação e outros gêneros de sobrevivência, ele decidiu realizar um roubo e, por conseguinte, foi preso. Ela separou-se do esposo quando ainda estava na delegacia e buscou no tráfico de drogas a oportunidade para sobreviver e criar as suas filhas durante alguns anos.

Nessa perspectiva de revolta com familiares é possível ver comportamentos semelhantes no relato de Eliê. Ela tem 51 anos, nasceu na capital sergipana e tem 02 filhos; veio de uma família de 7 irmãos e foi criada pela avó, no interior, e aproximadamente aos 13 anos sua mãe foi buscá-la para morar em sua companhia. Depois de muito tempo longe dos irmãos, Eliê sentiu que não havia entrosamento entre eles e então passou por uma fase de rebeldia na qual brigava na escola e ficava na praça com as colegas durante a noite e a madrugada, só retornando para a casa na manhã do dia seguinte. Dos 13 até os 15 anos, ela voltou para a casa da avó e aos 15 anos ela se casou, mas só conviveu com o esposo durante nove meses porque o casamento só aconteceu para mostrar ao pai que ela se casava. Segundo ela: “(...) deixei o nenê com a minha mãe e voltei pra casa da minha avó, e fui trabalhar pra sustentar o meu filho porque marido eu não queria de jeito nenhum.”.

Ao voltar para Aracaju para trabalhar, ela conheceu um rapaz com o qual teve uma filha, mas ela nasceu morta. Com o tempo ela foi para o Rio de Janeiro, conseguiu um trabalho como frentista e conheceu outro rapaz que tinha um bar de frente ao posto no qual ela trabalhava; começaram a namorar, ela engravidou de uma menina e eles foram morar juntos. Retornou com ele anos depois para o interior de Sergipe no qual ela foi criada, compraram uma discoteca e um restaurante e após 4 anos se separaram; após a separação venderam o restaurante, ele voltou para o Rio de Janeiro e ela ficou revoltada e passou a fazer programas. Segundo ela:

“(...) E foi isso, e daí por diante, eu me revoltei mesmo, aí comecei a ser banda voou. Meu pai em cima de mim me chamando de puta o tempo todo, de maconheira sem eu fumar maconha sem nada, meio mundo de coisa, aí eu fui morar com umas amigas minhas e elas faziam programa e eu fui fazer também. Aí fiz um tempo.”.

De acordo com Becker (2008), a categoria de desviantes não é homogênea, de modo que existem pessoas rotuladas que nunca infringiram regras, da mesma forma que há outras pessoas que infringiram regras e nunca foram rotuladas. Nesse sentido, o desvio não é uma qualidade do ato, contudo é um resultado da reação dos outros dependendo tanto da natureza do ato quanto da reação alheia. Para Eliê, seus comportamentos foram rotulados pelo pai ainda que naquele momento ela não estivesse fazendo nenhuma ação do ponto de vista ilegal, o que lhe provocou revolta de maneira a

influenciar na sua forma de ver a si mesma. Contudo, ela fazia parte de um grupo cujos componentes eram envolvidos com o uso de maconha e pela proximidade das relações, acabou se identificando com o rótulo atribuído pelo pai.

Em sua teoria, Becker (2008) propõe que se faça uma distinção entre fatos e o ato de acusação, pois ele admite que nem sempre as acusações são exatas; ser nomeado como desviante resulta de contingências sociais diversas que são influenciadas pelo ponto de vista das pessoas que possuem poder para instituir a classificação de uma transgressão. O processo de rotulação e marginalização de indivíduos e grupos implica numa análise de aspectos inseridos na sociedade contemporânea como um todo complexo, cujas interações são desenvolvidas de acordo com o gênero, a classe, a raça, etc. O autor acrescenta que o desvio representa uma fuga às normas impostas pelos grupos sociais, mas é preciso ser objeto de uma acusação para que o indivíduo seja considerado como desviante. (BECKER, 2008).

A revolta que se fazia presente na vida de Eliê desde a infância acompanhou o seu discurso em diversas passagens de sua vida, desde o momento em que ela esteve diante da dificuldade de conviver com seus irmãos e seus pais, até o casamento como se fosse um desafio e a decisão de ir morar com mulheres que trabalhavam na prostituição e que utilizavam drogas. Poucos meses depois, elas seguiram até Salvador para trabalhar na prostituição e Eliê, nesse trabalho na capital soteropolitana, só passou aproximadamente 15 dias, pois vários clientes que apareciam eram ligados ao tráfico; nesse sentido, percebeu que era um negócio rentável e que poderia ser realizado em pontos de prostituição nas ruas. Depois de três anos, ela voltou para Aracaju e se envolveu numa quadrilha de roubo de cargas em Feira de Santana (BA), através de um colega, e logo depois passou a fazer estelionato com um amigo.

Pergaminho, natural do Paraná, única presa primária analisada, afirmou que sempre teve uma estrutura familiar muito boa, apesar de ser de família humilde, e seus pais sempre mostraram os caminhos adequados para que os filhos pudessem seguir. Aos 5 anos de idade, a família veio para o estado de Sergipe morar em um povoado; embora na época não houvesse luz elétrica ou água encanada, havia o alimento, a família era unida e todos eram felizes. Estudou somente até o quinto ano do ensino fundamental por falta de interesse dela, porque os pais sempre quiseram que ela estudasse. Pergaminho não queria viver no interior porque não se contentava em ter somente o básico e mesmo

contra a vontade dos pais, aos 14 anos, ela foi trabalhar em Aracaju como babá de uma criança para ter sua independência e poder ter um pouco de luxo.

Alguns meses depois, ela sentiu falta de casa e da família e retornou ao interior e logo depois começou a namorar e se casou aos 15 anos. Separou-se após 09 meses de convívio e voltou para a casa dos pais; só depois aos 17 anos foi para Aracaju trabalhar como empregada doméstica. Ela retornou outra vez, com uma colega, para um segundo município do interior para trabalhar e conheceu seu segundo companheiro, com o qual teve o seu primeiro filho. Poucos meses após o nascimento de seu filho, ela foi para casa dos pais porque a situação na qual vivia era precária coincidindo com a época em que um de seus irmãos faleceu em um acidente de trabalho em São Paulo e sua mãe precisou viajar para resolver as pendências.

Quando o primeiro filho estava com quase 2 anos de idade, ela foi passar um tempo em São Paulo em busca de emprego, pois já tinha outros irmãos que lá estavam. Após um ano e meio de trabalho, ela retornou para Sergipe e foi quando conheceu o pai de seus dois filhos mais novos, e esse casamento durou 8 anos. Após a separação, ela retornou para a cidade na qual os pais moravam e pediu para que o pai dos meninos ficasse um tempo com eles até o final do período escolar já que eles moravam numa outra cidade do interior. Assim, ela passou um tempo morando sozinha e arrumou um emprego na casa de farinha durante a semana e nos finais de semana ajudava no bar do padrinho. Nesse tempo, apareceu na cidade um colega que esteve um tempo preso na delegacia e nessas visitas ao colega, ela conheceu outro rapaz que lá também estava preso há 2 anos. Ela comentou que:

“As minhas amigas sempre falavam dele, que era um rapaz bonito, e que ele tava preso, tinha muitas amigas minhas que iam visitar ele (....) Aí comecei a me envolver quando foi na segunda visita, quando cheguei lá o meu amigo não tava mais. (...) A visita entrava, passava um tempo e saía, eu fui visitá-lo, fiquei conversando com ele e começamos a namorar, mesmo ele estando preso. Acho que foi doidice da minha mente, não sei, eu me apaixonei por esse rapaz.”. (Pergaminho, 39 anos).

Ela afirmou que tinha um espírito aventureiro e sempre gostava de correr riscos, embora nunca tivesse feito nada de errado e a família fosse “certinha”. Além disso, as suas amigas sempre comentavam que o rapaz era bonito, mas nenhuma conseguia namorá-lo. Ela alegou que:

“Eu me encantei com ele, ele realmente era bonito, é ainda porque ainda está vivo, e pelo tempo começamos a trocar cartinha, aí ele escrevia, tinha uma FM perto da minha casa, ele pedia pra o primo dele levar cartinha pra FM e lá oferecia as músicas românticas pra mim e com aquele negócio nós começamos, a família dele gostava muito de mim.”. (Pergaminho, 39 anos).

Esse encantamento fez com que Pergaminho o visitasse na delegacia diariamente, o que provocou um apego a ele de modo que o romantismo que ele expressava fazia com que ela o visse como um príncipe encantado. Dois meses depois, ele conseguiu fugir da delegacia juntamente com outros presos; a polícia passou a investigá-la e a convidou a prestar esclarecimento na delegacia, e então a sua vida passou a ser de sofrimento. Segundo ela contou: “Eu não enxergava nada, a minha mãe conversou comigo, a minha irmã falou pra mim, me deu conselho pra mim me afastar, pra mim não ir, mas eu não queria saber de nada.”. (Pergaminho, 39 anos).

Alguns dias depois, ele enviou uma pessoa para levá-la ao seu encontro. A princípio, passaram quase dois meses escondidos no meio do mato e após esse período ele retornou, em sua companhia, ao município para conversar com algumas pessoas e quando lá chegaram, ele encontrou um amigo dela que já o tinha ferido com uma faca antes; o amigo lhe deu conselhos para não voltar com ele e, não gostando da situação, o foragido matou o amigo dela. Ambos estavam armados e quando o rapaz foi atingido, sua arma caiu no chão e, logo em seguida, foi roubada pelo companheiro dela. Ela comentou que: “ele colocou um monte de coisas na minha mente e eu nunca tinha presenciado um homicídio antes, nunca tinha havido nada de errado, e eu achei que tava fazendo o bem, mas realmente eu tava me prejudicando e eu acabei fugindo com ele.”. (Pergaminho, 39 anos).

A partir do homicídio praticado, a fuga foi inevitável e como não tinham dinheiro e nem possuíam um meio de transporte ela afirmou que ele arquitetou o roubo de uma moto que no meio do trajeto acabou se quebrando, tendo que roubar outra moto para completar a fuga; nesse percurso, as pessoas iam sendo assaltadas por ele enquanto ela ficava escondida. Dirigiram-se para o estado da Bahia e foram morar numa casa abandonada de uma fazenda; ela começou a passar por coisas que nunca tinha passado na vida: arrancando toco nos matos, plantando palma e cozinhando com três pedras no chão com a panela no meio da lenha.

Segundo ela era uma vida miserável enquanto ele trabalhava quando queria e saía para se divertir, e ela ficava em casa sozinha à noite. Tudo aquilo foi lhe dando desgosto, e resolveu que ia deixá-lo porque aquilo não era o que tinha planejado para a vida dela. Enquanto ele estava preso, mostrou-se uma pessoa e quando saiu mostrou ser outra. Ele sempre dizia que se ela o deixasse, ela não poderia ficar viva porque sabia demais e então ela não podia falar nada para ninguém; no dia anterior a sua prisão ela tinha combinado com uma pessoa que morava em São Paulo a sua ida para lá, no entanto, não deu tempo que isso acontecesse. Vale ressaltar que numa discussão na semana anterior ela atirou contra ele de tanta revolta que estava sentindo, contudo o tiro não acertou.

Na noite de sua apreensão, ela estava indo a um povoado de moto com o companheiro e o primo dele que na época tinha idade menor de 18 anos. No meio do trajeto, eles foram abordados pela polícia da caatinga e, na hora que eles iam ser liberados, um policial pediu para que ela mostrasse o que carregava em sua bolsa. Ele conseguiu fugir e ela ficou decepcionada porque ele não assumiu a arma que era dele; por conseguinte, ela foi presa.

Pergaminho apontou em seu discurso várias situações nas quais a revolta foi predominante; seu espírito aventureiro e desafiador lhe fez trilhar um caminho onde houve mais dificuldades e sofrimento do que encantamento. Ao se envolver afetivamente com o namorado, começou a viver na clandestinidade com ele e a assumir uma conduta desviante para viver esse relacionamento. A partir do momento que percebeu que aquele homem transgressor não era mais o “príncipe encantado”, revoltou-se diante de sua situação de vulnerabilidade, miséria e solidão na qual estava vivendo ao passo em que discussões e ameaças passaram a ocorrer chegando até mesmo a atirar no companheiro. Pode-se pensar no tipo de “amor bandido”, alusão feita à paixão que as mulheres possuem por seus companheiros criminosos, capaz de levá-las a praticarem delitos em benefício deles ou a serem suas cúmplices.

Nesse tipo de percurso, o envolvimento das mulheres com seus companheiros ou pais de seus filhos, predominantemente, foram homens trabalhadores e que não eram envolvidos com atividades desviantes. Só há registros de uso de bebida alcoólica e drogas com o primeiro e último companheiros, respectivamente, de Meire; eles provocaram circunstâncias que a levaram a passar por momentos de agressão física e verbal. Ressalto que a família que teve maior desestrutura sócio-econômica foi também

a de Meire na qual passaram privações relacionadas à sobrevivência e cabe mencionar que as outras irmãs dela também se envolveram com uso de drogas; no entanto, apenas ela aderiu ao tráfico de drogas culminando em duas prisões. Em relação às demais entrevistadas, nenhuma outra pessoa da família teve conduta desviante e nenhuma outra mulher teve algum tipo de transgressão legal em sua vida.

Em relação aos desvios cometidos pelas entrevistadas caracterizados como crimes nota-se que elas alegaram inocência no momento da apreensão, principalmente, as que estiveram relacionadas ao tráfico de drogas; nesse sentido, evidencia-se um sentimento de indignação por não serem as donas das drogas que estavam em sua posse eximindo-se de sua responsabilidade nas ações cometidas e de revolta por terem sido denunciadas. De acordo com o relato de Pergaminho ela acha injusta a sentença que recebeu porque não teve participação no crime de latrocínio já que ela afirmou que apenas esteve presente durante a discussão dos rapazes e em seguida ela correu. A sentença teve um total de 33 anos dos quais 24 anos e meio foram referentes à co-autoria no latrocínio e os demais anos decorrentes dos dois assaltos realizados por ela e pelo namorado.

Para Preta, ela foi vítima de uma armação feita pelo filho da vítima que ela assassinou; o rapaz não teria tido coragem para matá-la e resolveu destruir a vida dela através de uma segunda cadeia decorrente de uma moto roubada, com dinheiro e um celular rastreado, deixada dentro da casa dela. Em contrapartida, consta no seu processo que ela foi apreendida em flagrante delito por ter simulado que estava armada com um controle remoto montada numa moto e guiada por um jovem menor de 18 anos, de modo que ameaçou a vítima e assim conseguiu levar seus pertences.

Eliê e Meire passaram vários anos na conduta criminosa sem serem surpreendidas pelos dispositivos policiais, contudo achavam que não havia problema algum em ajudar pessoas que estavam diretamente envolvidas com o tráfico de drogas. Segundo Eliê, sua primeira apreensão aconteceu porque havia um amigo traficante que andava muito na casa dela e por esse motivo a prisão aconteceu na qual esteve encarcerada por 5 anos e 2 meses; na segunda, ela foi solicitada para guardar droga em sua casa por uma noite e no dia seguinte ela teria que cortar, pesar e entregar a droga para duas pessoas mas foi surpreendida pela polícia através de uma denúncia.

Meire alegou que aprendeu a vender sozinha, costumava pegar de 1,5 kg a 2 kg de drogas e vendia em sua própria casa depois que as filhas iam para a escola; segundo ela, as pessoas não podem ver ninguém ganhar dinheiro e por isso uma vizinha que ela já ajudou tanto ligou para a polícia logo após ela ter recebido 1 kg de droga. Após um período de 8 meses na cadeia, Meire começou a passar necessidades financeiras em casa e aceitou guardar a droga de uma pessoa por uma quantia de 300,00; outra denúncia foi feita e a polícia, quando chegou, tentou obrigá-la a dizer quem era o dono da droga. Para Meire: “(...) eu só queria o bem pras minhas filhas, eu sei que não é o bem, a lei não vai dizer que é o bem, mas era tudo que eu podia dar a elas, mas agora to pensando, eu to pagando por uma coisa que não é minha, mas a necessidade fala mais alto.”.

Essas mulheres segundo suas perspectivas e regras que constituem a sua moral se revoltaram com o julgamento e com denúncias realizadas contra as suas práticas delituosas. De acordo com Becker, é importante compreender que o rótulo de traficante ou de criminoso acontece com o indivíduo que deixa de reconhecer a legitimidade nas regras impostas pela sociedade cuja desobediência provoca conflito e rupturas entre os grupos sociais. Nesse caso, os detentores do poder de julgar enxergam o desviante como um *outsider*, mas, por outro lado, esse *outsider* também pode encarar seus julgadores como os verdadeiros *outsiders*. Seguindo a perspectiva do autor, as regras são impostas por *empreendedores morais*²⁹ representados pelos criadores das regras e pelos agentes institucionais encarregados de impor as regras de conduta sendo representados pelas polícias, pelas agências de oposição e pela mídia, etc. Ele salienta também que todas as pessoas são desviantes, pois há deslizes tolerados de forma geral por todos e há desvios que são vistos com repulsa porque seus autores escapam do estilo de vida fixado socialmente e são merecedores de sanções punitivas; por essa razão a intensidade com que uma pessoa pode ser considerada como *outsider* é relativa. (BECKER, 2008).

Ainda dentro da perspectiva da prática do tráfico de drogas, encontra-se uma espécie de código moral no qual não se deve cometer delatações ou contrair dívidas sem pagar para evitar que a vida de quem o comete e a vida de familiares sejam ceifadas:

“Eu não podia cabuetar uma pessoa do meio do crime, eu tinha minha família lá fora, eu tenho minha filha, eu disse que me pagaram pra guardar, mas não disse de quem era, agora vai depender da pessoa fazer algo por mim, eu sei

²⁹ Os criadores das regras são denominados de cruzadores morais e buscam a reforma de costumes.

que tenho a minha família, mas eu vou comer uma bronca que não era minha.” (Meire, 36 anos).

“Peguei um tráfico sem ser meu porque também eu não posso dar de quem é. Porque se eu desse o tráfico, eu morro, eu tenho minha família, minha mãe de 74 anos, tenho meu pai de 76, tenho dois filhos lindos, uma filha que se formou agora em engenharia civil, tenho meu filho que trabalha no Rio de Janeiro.” (Elie, 51 anos).

Dessa maneira, o medo de perder a própria vida e a de seus familiares fez com que essas mulheres assumissem que a droga, que estava sob seus cuidados, era delas para evitar a ocorrência de drásticas consequências. Esse código moral é criado dentro da própria cultura desviante a partir de regras específicas, novos padrões de comportamentos, formas diferenciadas de comunicação, etc.

Nesse tipo de percurso apresentado, as mulheres se envolveram em condutas desviantes a partir de uma não aceitação de um processo de imposição das regras vinculadas aos mecanismos de controle social presentes no seio da própria família e na sociedade. Mesmo que o motivo da revolta tenha sido decorrente de abandono, de brigas, de carregar um status que não lhe pertencia são notórios o descontentamento e a dificuldade de conviver com regras estabelecidas. Essa revolta também se manifesta com a não aceitação de tempo de pena e da responsabilidade dos atos desviantes cometidos no momento das apreensões mesmo que elas tenham passado anos agindo criminosamente.

4.2 A VIDA NA PRISÃO: ASPECTOS DO CONTROLE, VIGILÂNCIA E DISCIPLINA NO EXERCÍCIO DA PRÁTICA PENITENCIÁRIA E OUTRAS PARTICULARIDADES VIVENCIADAS POR ELAS

A partir do momento em que as mulheres adentram na prisão, elas se deparam com um código institucional no qual submete diferentes pessoas às mesmas atividades, aos horários estabelecidos e à vigilância. Dentre as atividades disponibilizadas, destacam-se o trabalho, a formação profissional, a escolarização e atividades culturais e desportivas que possuem a finalidade de prepará-las para a reinserção social fora da criminalidade. Estes são elementos importantes ao auxiliar na transformação do indivíduo desviante, no entanto, há entraves quanto à política institucional no que diz respeito ao acesso a essas atividades.

4.2.1 A ADAPTAÇÃO COM AS NORMAS INSTITUCIONAIS E A POSSIBILIDADE DO DESVIO

Dentre as 14 entrevistadas, destacam-se mulheres com boa convivência com as normas institucionais e demais colegas e aquelas que possuem maiores dificuldades de adaptação de uma forma geral. As ocorrências pelo uso de aparelho celular aconteceram no presídio, quando era localizado no Bairro América, no município de Aracaju. Conforme o relato das presas que estiveram na unidade o acesso a esse tipo de aparelho era proibido, mas a aproximação física dentro da comunidade permitia que celulares fossem jogados pelo muro; no entanto, na revista os aparelhos não conseguiam passar.

“Eu peguei uma tranca por um celular. Passei 20 dias sem ter direito a nada. Era um celular de uma amiga minha que peguei pra fazer uma ligação, aí ela disse: guarde aí no seu travesseiro; aí eu guardei. E de manhã, teve um baculejo, tava no meu travesseiro, aí eu tive que assumir, quem tiver na mão é o dono. Aconteceu três vezes: Dois celulares que era meu e um que não era meu. A cadeia fica mais calma porque você tem notícia, você conversa com a família, se tiver marido se comunica com ele.”. (Eliê, 51 anos).

“Me pegaram com o celular. Foram três celulares, um de cada vez. Foram 30 dias sem mensagem e sem visita, e o processo pára por um ano. Há uma sindicância, se o regime tiver pra ir pro semi-aberto, o processo pára. Parou por um ano porque as três aconteceram no mesmo ano, me pegaram com um, com 45 dias com outro e mais três meses me pegaram com outro que era a única forma que eu tinha de saber notícias da minha filha que eu tinha deixado bebezinha na rua.”. (Mary, 33 anos).

As entrevistadas alegaram que era a única forma de ter contato com a família, principalmente, quando havia crianças muito pequenas e inclusive era um elemento importante para manter o presídio mais calmo. Conforme a Lei de Execuções Penais³⁰ o uso do aparelho celular é falta grave e consiste no cancelamento de mensagens e de visitas. Essas penalidades também são aplicadas no caso de brigas entre elas ou em situações de desacato às normas ou aos funcionários.

“Peguei uma punição. Fui pra RD (regime diferenciado) e passei 20 dias por causa de um celular. É o que a gente chama de tranca. Tem casos que fica só na cela, e fica sem mensagem e sem visita. Como foi uma falta grave peguei 20 dias no isolamento e suspensão de visita. Foi logo no começo, na hora de um baculejo, revista geral. Foi encontrado o celular debaixo do colchão e

³⁰ A partir da criação da LEP ficou instituído que o isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a 30 (trinta) dias.

como o celular era meu eu assumi que era meu e sabia que não podia, então arqueei com as consequências.”. (Pergaminho, 39 anos).

Dentre as consequências destacam-se a falta de visita familiar, a falta de visita íntima e a suspensão de notícias de familiares; inclusive, em algumas situações que elas relataram, houve casos em que o período de isolamento coincidiu com a data da visita mensal na qual as crianças seriam levadas ao presídio, o que gerou maior sofrimento nelas. Outra restrição é a falta de regalias, pois na cela do isolamento não é permitido o uso de ventilador, televisão, ou seja, elas só levam apenas os pertences pessoais de higiene básica.

Vale destacar que a entrevistada Mary omitiu a ocorrência na qual ela escondia maconha na sua genitália ainda na unidade do Bairro América, sendo flagrada durante uma revista surpresa e foi para o isolamento preventivo com suspensão de visitas e mensagens. Uma possibilidade é que ela não tenha tido interesse em mostrar que tinha a pretensão de traficar a droga no presídio; ela não omitiu o uso do celular até porque segundo sua fala, o motivo era justificável.

As mulheres que tiveram a oportunidade de permanecer nas duas unidades relataram que no Bairro América era melhor cumprir a pena, pois a cadeia ficava aberta durante o dia e só era fechada durante a noite. Já na unidade atual, elas passam o tempo inteiro trancadas, o almoço não pode vir de fora da unidade, a visita também não pode ficar na cela, existe a obrigatoriedade do uso da farda, além de que não há objetos como ferro de passar ou secador. Na outra unidade, esses itens eram permitidos.

Um elemento bastante frequente que acontece dentro da unidade prisional diz respeito às dificuldades de convívio com as normas e com as companheiras de cela; Esses problemas que envolvem a adaptação foram encontrados também no estudo de Claudia Priori (2012) com mulheres encarceradas. Dentre as entrevistadas da minha pesquisa, 06 delas foram punidas com o isolamento preventivo conforme o regime disciplinar diferenciado (RDD).

“(…) Mas quando se diz é meu filho, aí eu me revolto. Às vezes, por ele não ter ninguém, ele ia pra porta da direção, às vezes tinha plantão que deixava ele entrar, porque ele não tinha ninguém pra levar e tinha plantão que ele ia pedir comida, nem deixava ele me ver nem dava comida a ele. Aquilo me revoltava e eu começava a quebrar a cadeia. Quebrava mesmo, quebrava

tudo, muitas vezes eu já peguei nessa época. Até na tranca do CDA³¹ dos homens onde foi desativado eu já fiquei. A COPE³² me batia, eu batia na COPE, trocava tapa com as agentes.”. (Bya, 36 anos).

Bya relatou em seu discurso que seu comportamento é bom e péssimo ao mesmo tempo quando se refere à convivência com as normas. Ela mencionou que a vida deve ter normas, mas a maneira de se expressar ou de tratar as pessoas influencia nos seus comportamentos.

“Uma vez eu perguntei a uma diretora se ela sabia alguma coisa do meu filho. Eu disse: doutora tem como a senhora ligar pro conselho tutelar pra ir até onde ele se encontra, pra pegar ele que a mãe tá presa. Ela falou: eu não sei do meu filho quanto mais do seu. Eu me revoltei, queria pegar a diretora, comecei a bater os portões, me deram choque, me deram spray de pimenta, me botaram na tranca, depois ligaram pro conselho e não acharam ele.”. (Bya, 36 anos).

As motivações são variadas para que essas normas sejam quebradas e, por conseguinte, aconteça o desvio dentro da prisão. É possível que muitas não o façam para não se prejudicarem no cumprimento da pena já que uma conduta inadequada traz agravos para o andamento do processo e para as atividades que acontecem dentro da Instituição.

“A pior conduta é essa tranca, quem passa aí vai pro juiz, tudo que acontece aqui dentro é um BO, vai pro juiz (...) A discussão foi com uma tal que jurou matar meus filhos, disse que ia mandar matar. Eu voei no cangote dela, aí a guarda chegou e disse: pare, eu não obedeci a guarda e ela me trouxe pra tranca, mas foi uma vez só.”. (Preta, 24 anos).

“Minha filha não me escuta, já assinei um BO aqui dentro da cadeia, por causa dela, porque a mulher disse que ia cortar a cara dela de gilete, e eu esbagaçeí a cara todinha da mulher (...) Fui e passei 10 dias na tranca e fiquei um mês de castigo”.” (Bya, 36 anos).

Vale ressaltar que sobre os atos não intencionais de desvio, Becker (2008) afirma que:

O que acontece é que o indivíduo, em consequência de ações que praticou no passado ou da operação de várias rotinas institucionais, descobre que deve aderir a certas linhas de comportamento, porque muitas outras atividades que não aquela em que está envolvido de forma direta serão adversamente afetadas se não o fizer”. (BECKER, 2008, p. 38).

³¹ A Casa de Detenção de Aracaju (CDA) foi desativada em meados de fevereiro de 2007.

³² O COPE é o Centro de Operações Policiais Especiais.

Dessa forma, as consequências geradas a partir dos desvios praticados dentro da prisão funcionam como um freio; e o apoio familiar, durante as visitas, é decisivo para suavizar as dores do cárcere. É muito comum haver uma relação entre o tempo de cadeia e a prática de desvio, ou seja, quanto maior for é a permanência ou maior é o número de entradas na unidade, maior é a quantidade de vezes em que a presa comete desvios, fato que é potencializado conforme o temperamento de cada uma delas.

Foucault (2009) destaca a “sanção normalizadora” como um dos dispositivos de poder cujo funcionamento é exercido através de punições representadas como mecanismos de correção para os comportamentos desviantes, surgindo na aplicação da disciplina a qual “traz consigo uma forma específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (FOUCAULT, 2005, p.149). Nesse sentido, o castigo disciplinar tem o intuito de reduzir os desvios, e, dessa maneira possui um caráter essencialmente punitivo.

As relações estabelecidas entre a equipe de servidores e as internas dentro de um presídio podem ser muito conflituosas e provocar muitos efeitos, pois os dois grupos ao adentrarem ao sistema penitenciário levam seu próprio conjunto de experiências, significados e relações. E dessa forma, os operadores da instituição procuram manter o mesmo modo de perceber o mundo, inclusive a maneira de organizar e classificar tudo ao seu redor, ou seja, assim o fazem lá dentro da mesma forma que já faziam fora da prisão.

No PREFEM, segundo as falas que acompanhei, há poucos relatos que sinalizam que os agentes sejam violentos ou faltem com o respeito em relação à vida delas. Os episódios que apareceram se referiram à época em que a unidade se localizava em Aracaju, quando as internas entravam em conflito com os agentes. Na atual unidade, ouvi algumas que revelavam uma diferença quanto à maneira de enxergá-las no que se referia ao perfil como se algumas fossem pessoas boas e outras pessoas más. Em contrapartida, elas se referem ao aparato policial com bastante tristeza ao se lembrarem do modo violento que foram abordadas, em momentos de apreensões, passando por surras e xingamentos.

Goffman (1999) afirmou que as relações entre agentes prisionais e presas aconteciam em um campo de forças que tanto pode acentuar como pode criar diferenças entre os grupos, que vão se constituindo a partir dos quais se constituem a partir do compartilhamento de interesses, afetividade, objetivos, pontos de vista e objetivos,

delimitando territórios cujas identidades são inconfundíveis. Algumas mulheres afirmaram que em alguns plantões, há agentes que às vezes são indiferentes aos seus pedidos de remédios ou de atendimento médico; afirmaram também que algumas chegam a tratá-las mal, contudo estas fazem parte de uma pequena minoria.

“Agora, a maneira de se expressar, tratar as pessoas como bicho como se não fosse ser humano, eu tenho muita dificuldade com isso, me debato mesmo, meto o peito e não to nem aí, estamos aqui pra pagar por nosso erro, mas somos mães, somos seres humanos, todo mundo é falho, e qualquer um pode errar, até uma delas mesmo uma hora pode errar e vim parar num lugar desses, porque aqui tem muitas pessoas inocentes.”. (Bya, 36 anos).

Em contrapartida, observa-se que, na maior parte do tempo, tanto os agentes prisionais quanto as presas estabeleceram relações amigáveis garantindo uma convivência mais pacífica. Em muitas falas, percebi um grau de afeto das presas por muitos servidores e agentes, de modo que alguns possuem até mesmo dificuldade de separar o trabalho da prisão da sua vida fora do ambiente de trabalho.

4.2.2 A CONVIVÊNCIA ENTRE AS PRESAS E A CRIAÇÃO DA CULTURA DESVIANTE PRISIONAL

A convivência interpessoal dentro do presídio é um elemento-chave no cumprimento da pena de cada mulher. Existem casos em que muitas presas já se conheciam antes da rua ou de outras vezes em que estiveram presas e essas relações podem ser próximas possibilitando os novos arranjos a partir das afinidades, contudo muitas são pautadas pelas desavenças. Há casos em que algumas presas insistem em mostrar que elas são comandantes dentro da cela, o que provoca revolta em muitas e, por conseguinte, surgem motivos para a prática de desvios. Gessi, em uma de suas discussões chegou a quebrar um cabo de vassoura numa colega de cela. “Vou pedir hoje pra ir pra outro lugar, antes eu já briguei muito nas cadeias, era muito rebelde. Peguei umas duas trancas nessas cadeias todas.”. (Gessi, 38 anos). A seguir tem-se outro fragmento que ilustra essa ideia:

“Aqui dentro eu furei uma de agulha, ela queria ser dona de cela, tá no comando aí eu mostrei o comando a ela. Dei uns murros e uma agulhada nela muito doida e hoje em dia é minha amiga. Passei 5 dias na tranca e fiquei de castigo, isso tem uns 3 meses.”. (Déa, 39 anos).

Nas entrevistas e nas conversas informais, ouvi muitas falas que apontavam para a existência de pessoas que tanto ensinam coisas inadequadas, como também ensinam estratégias de melhor convivência para não se desviar das normas institucionais, além de compartilharem experiências boas ou ruins tanto dentro como fora da prisão. Nesse sentido, o encarceramento torna-se um espaço de grande aprendizagem tanto no que se refere ao mundo da criminalidade como compartilhamento de costumes, hábitos e práticas culturais diferentes, o que representa uma nova rede de sociabilidade.

“Agora, conviver com pessoa difícil e que nunca viu é uma dificuldade, a cela tem 12 metros, pessoas que eu nunca vi, culturas diferentes, ninguém é igual a ninguém, e mesmo aquelas mulheres que estão convivendo ali uma tem que se adaptar a outra, tem que respeitar o limite uma das outras pra que não haja brigas, fofocas pra saber ouvir e deixar.”. (Niza, 39 anos).

Além do código institucional, as internas criam um código próprio composto por gírias, pela criação de uma lista de crimes imperdoáveis e por um sistema de troca de serviços. A linguagem é utilizada através do ato de dar nomear objetos e situações que asseguram as relações construídas entre si e fazendo a intercessão entre as pessoas e os espaços ocupados. Todas as pessoas que fazem parte desse contexto (presas, direção, agentes prisionais, visitas, pesquisadores) compartilham sentimentos, situações e vivências através dessa linguagem que é repleta de significados e pode também se configurar como cultura desviante.

No que se refere aos crimes que são inaceitáveis por elas, destaco uma fala de uma presa, com quem conversei na unidade, que sofreu muitas ameaças desde que foi para o presídio; ela foi acusada de ter assassinado uma mulher e de ter sequestrado o bebê da vítima e por causa desses tipos de delitos ela passou por muito sofrimento dentro da prisão, chegando a ser agredida e ameaçada, pois crimes praticados contra mulher e criança não costumam ser tolerados. Dessa forma, uma maneira que ela encontrou para lidar com esse tipo de situação apavorante foi tratá-las com gentilezas e serviços para evitar que seu corpo fosse alvo de violência.

Quando a mulher presa começa a conhecer as regras do novo ambiente no qual passará a viver, ela apropria-se do contexto como alguém que age; nesse sentido, ela é reconhecida pelas mais antigas, inclusive pelo delito praticado uma vez que elas procuram informações de quem é novata; ao mesmo tempo, esta tenta conhecer o local

buscando possibilidades de adquirir confiança, vínculo e ajuda. E nessa vontade de ser incluída ao grupo e de não ser discriminada, quem chega tenta criar mecanismos para ser acolhida.

Em relação à prestação de serviços em troca da mensagem, algumas entrevistadas relataram que em algum momento das prisões, elas precisaram trabalhar para outras presas em troca de algum item necessário já que não recebiam visitas. Uma das entrevistadas, que teve inúmeras entradas, nunca teve visita de ninguém, mas pelo seu perfil agressivo, tem o costume de tomar, à força, mensagens de outras internas. Vale ressaltar que também existe a troca de produtos entre elas, podendo, por sua vez, serem usados como moeda de troca em transações comerciais entre elas, ou servirem para agradar uma companheira. Os relatos afirmam que:

“Eu limpo o salão porque tem pessoas que tem problema de coluna; pra ganhar uma calcinha eu pago 25 lanches ou muitos dias de faxina, um sabonete e um creme dental é um pacote de fumo; pra ganhar um diadema troca por 25 lanches; top, às vezes é mais lanche. (Meire, 36 anos).

“Eu faço bordado pra mim, pras meninas, eu fumo, ganho cigarro, 10 carteiras de cigarro pra fazer uma tela, pra encher, se quiser creme de cabelo, creme de axilas, pasta de dentes, escova, quando a mensagem delas chega, nós divide e eu faço o bagulho delas. A gente faz muitas trocas, eu também já fiz muita faxina da outra cadeia também (...) Aí eu comecei a fazer faxina pras meninas, aí ganhava um pacote de fumo, minhas coisinhas, aí fui passando.”. (Preta, 24 anos).

Nessa perspectiva de barganha, o cigarro torna-se uma moeda de valor elevado no presídio; as presas que fumam acreditam que o cigarro ajuda a acalmá-las e a deixar a cadeia mais controlada. A partir dessas negociações, as relações cessam ou se mantêm e muitas vezes definem critérios de confiança; dessa forma, tornam-se relevantes para estabelecer ou manter relações dentro do presídio.

As trocas não ocorrem somente com objetos e serviços, mas também com lugares e ideias. Duas entrevistadas solicitaram a mudança de irmã e filha que estavam em pavilhões diferentes como uma forma de auxiliar na aprendizagem da vida no presídio e de facilitar a visita dos familiares no dia estabelecido para cada pavilhão. Em relação à troca de ideias, muito se aprende entre as experiências de vida.

“Aqui se você entrar por um delito, sai com vários. Repare só: Se eu conheço com uma latrocida, eu aprendo; tem outras que sabem virar o crack, o pó, aí eu aprendo aquilo ali, quer dizer você sai daqui com uma senhora mente. Agora, se você achar que aquilo dali nada vale a pena, aí sua mente se transforma, você vai melhorar.”. (Eliê, 51 anos).

Esse fragmento mostra como as relações estabelecidas no presídio ultrapassam seus grandes muros, pois podem trazer implicações profundas na vida das presas. Então, elas podem assumir posturas diferentes em relação ao crime cometido e à realidade vivida no presídio, podendo também repercutir na vida fora dele. Uma entrevistada alegou que se houver algum problema entre algumas delas e se não for resolvido dentro da prisão, elas mandam executar serviços lá fora contra familiares; se na prisão masculina houver parentes de ambas, o serviço é executado lá dentro como, por exemplo, o espancamento. Nesse sentido, estratégias para melhoria do convívio são criadas para que as dificuldades sejam diminuídas e os problemas evitados.

“É como eu digo, eu fico na minha, eu vejo fofoca e picuinha aí eu já me afasto. Se a gente acha que tem um amigo, mas é pura falsidade.”. (Meire, 36 anos).

“Eu sou uma mulher plantada lá dentro, não gosto de coito com ninguém (...) respeito o espaço de todas pra todas respeitarem o meu, agora se chegar o momento não tem evangelismo certo.”. (Déa, 40 anos).

“Situações de briga, de discórdia, de armações que existem muitas e eu aprendi a lidar com isso, eu aprendi a ver, a ouvir e ao mesmo tempo, me fazer de muda, cega e surda; eu vejo, mas me pergunta e eu vi, eu não sei porque acho que aqui pra gente sobreviver a gente tem que ser dessa forma.”. (Pergaminho, 39 anos)

Segundo Becker (2008) as regras são criadas por todos os grupos sociais que em algumas circunstâncias tentam impô-las em determinados momentos; são as regras sociais que definem tanto as situações como os comportamentos tidos como apropriados à medida que algumas ações são vistas como “certas” ou “erradas” cabendo a proibição dessas últimas. Observa-se que dentro do presídio além das normas que compõem o regimento institucional, existem as regras que o próprio grupo de mulheres presas cria e aplica umas as outras segundo critérios específicos; aquelas que infringem esse código podem ser encaradas como “outsiders” dentro do mesmo grupo carcerário.

4.2.3 MUDANÇAS PESSOAIS PROMOVIDAS PELAS APRENDIZAGENS NO ENCARCERAMENTO

Através dos discursos das mulheres entrevistadas e demais presas com as quais conversei informalmente, observa-se que a vida na prisão oferece uma forma de

incentivar o desejo de sair da criminalidade. Essa consciência muitas vezes é obtida depois de múltiplas entradas no presídio e pode estar em grande parte associada à perda da liberdade e poder de decisão sobre a própria vida, pela distância da família, pela convivência com pessoas desconhecidas, etc.

“Aprendi a dar valor mais a vida, a liberdade.”. (Anne, 37 anos).

“No crime, você só tem duas perspectivas: ou a morte ou a cadeia. Os que não são presos morrem. Eu precisei tá aqui pra ter essa consciência, então cadeia não é ruim pra quem quer ter uma perspectiva.”. (Eliê, 51 anos).

“Aprendi que o que eu tinha lá fora, o carinho, o meio de convivência que eu vivia, sendo amada eu nunca fui na minha vida e aqui num lugar horrível desse eu descobri o verdadeiro amor, porque a gente só sente a falta quando a gente perde; eu passo a lembrar dos momentos bons com a minha família na minha mente.”. (Déa, 40 anos).

“Hoje eu me sinto uma guerreira, uma vencedora, porque não é todo mundo pra passar o tempo que eu to aqui dentro e tá com a mente que eu tenho porque acho que aqui se a pessoa não se apegar às coisas boas, a pessoa se transforma em pior do que o que chegou, e hoje eu digo que eu vou sair daqui melhor do que eu entrei; eu não vou levar daqui as coisas ruins que eu já presenciei.”. (Pergaminho, 39 anos).

A mulher que se encontra presa tem a consciência de que o indivíduo que comete um crime não depende de classe social, cor ou gênero. Alguns relatos levam a refletir sobre os crimes tipicamente femininos considerados em tempos de outrora; a imagem que a mulher tem sobre ela e os desvios cometidos sinalizaram para a possibilidade de novas formas de se pensar o gênero feminino.

“Todo ser humano tem um pouco de maldade, independente de ser homem ou mulher, independente de ser pobre ou rico, preto ou branco tem maldade no ser humano, lá no fundo tem, tem um problema mal resolvido, tem uma angústia ou algo que ficou lá atrás, tem uma vingança guardada ou um rancor guardado esperando só a melhor oportunidade para se vingar”. (Niza, 39 anos).

“Ela tem a mesma atitude do homem, uma mulher quando vai fazer uma besteira é porque muito já entrou muito na mente dela. Então bem assim é o homem. O homem quando vai fazer uma besteira não é porque tá drogado, ou porque tá bebendo, é porque já entrou muito na mente e já perdeu a paciência.”. (Preta, 24 anos).

Em relação às perspectivas após o cumprimento da pena e, por conseguinte, a saída da prisão, as mulheres mostraram ter clareza sobre as dificuldades trazidas pelo fato de serem ex-presidiárias. Elas enumeraram alguns caminhos possíveis: 03 mulheres pretendem trabalhar como proprietária de pequenos empreendimentos; 02 delas

afirmaram que voltarão para o tráfico por ser muito lucrativo, apesar da possibilidade de prisão; 04 pretendem procurar emprego como doméstica ou diarista; e 05 pretendem regressar para o convívio familiar, mas ainda não sabem como podem trabalhar. Nesse sentido, é imprescindível que haja uma política pública capaz de absorver as egressas do sistema penal em virtude da fragilidade da formação profissional de modo a concretizar as possibilidades de inserção social para minimizar o retorno à criminalidade.

Nesse capítulo foram apresentadas as principais características e singularidades presentes nos percursos do desvio estabelecido nas trajetórias de vida de mulheres presas. Essas mulheres enfrentaram diversos dissabores ao longo da vida e elaboraram suas próprias estratégias para encarar uma série de privações que limitaram oportunidades de ingresso no mercado e se envolveram com a criminalidade de modo a vivenciar, consequentemente, o mundo da prisão. No universo do cárcere, elas se depararam com uma nova realidade na qual precisaram se adaptar às relações sociais e de poder construídas entre as próprias presas e entre elas e a instituição penal. Dessa maneira, uma nova cultura é criada (com suas próprias normas, códigos e linguagem) na qual muitas vezes o desvio é praticado ou evitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criminalidade feminina tem passado por modificações quanto ao seu perfil se comparado aos crimes praticados pelos homens como tráfico, roubos, furtos, sequestros, dentre outros. A presente pesquisa sinalizou que o desvio se estabelece de diversas maneiras e resulta de motivações diferentes ao longo das trajetórias de vida das mulheres do PREFEM; e ainda que os fatores que as levaram ao mundo do crime sejam diferentes, ressaltando que elas agem como verdadeiras protagonistas tanto na articulação das ideias como na sua realização do crime.

A análise das trajetórias de vida me levaram a classificar o desvio de acordo com 4 tipos de percurso: o primeiro relacionado à realidade de pobreza pela qual passam muitas mulheres no Brasil e marcados pelas abundantes privações e perdas nas redes de sociabilidade e desafiliação; o segundo trajeto foi direcionado ao desejo de obtenção de lucros exorbitantes visando mudar seu status social a partir de projetos de vida bem definidos; o terceiro percurso é voltado para a deterioração sofrida pela vida diante das complicações decorrentes da dependência química na qual para ser sustentada as mulheres buscaram a prática desviante, embora tenham tentado sair desse ciclo viciante. Por fim, o último revelou que o controle social pode exercer uma pressão muito grande nas mulheres que ficam revoltadas pela dificuldade de aceitação de normas impostas.

A pesquisa revelou que há uma presença marcante da mulher no tráfico de drogas, mas também ela foi praticante de crimes como o roubo majorado, o homicídio, o latrocínio e o furto; exceto o último, os demais não eram crimes aceitos pela Sociedade como típicos do gênero feminino, o que contraria os estereótipos de representação feminina. Vale ressaltar a relevância da cultura desviante estabelecida pelas mulheres com outras pessoas com as quais ela interagiu de maneira que elas aprenderam nuances, estratégias e particularidades presentes nos diversos crimes praticados.

Ainda que essas mulheres tenham praticado ações desviantes que prejudicaram de forma significativa a sua vida e as relações constituídas na sua família, observei que de uma forma geral, todas as mulheres entrevistadas preocupam-se com seus filhos e buscam maneiras diversas de afastá-los do contato com o mundo do crime, sobretudo, no tráfico de drogas pois elas desejam uma vida diferente para eles.

A partir do momento em que essas mulheres adentraram no mundo da prisão, elas se depararam com o controle da liberdade dentro do encarceramento, pois as atividades realizadas por elas obedecem a normas explícitas quanto ao que se pode fazer e quando se pode fazer. As normas se expandem desde o processo da entrada ao presídio através das orientações de comportamentos até o controle moral sobre a sexualidade feminina, através do modo de se vestir, de falar, das visitas íntimas restritas e da impossibilidade de se tornar mãe dentro do encarceramento. Existe um monitoramento da vida que se torna alvo de vigilância, controle e disciplina e se expande através do controle e registro de todas as atividades dentro do contexto prisional: trabalho, estudo, conduta, comportamentos, saídas, atrasos, faltas, telefonemas, visitas, recebimento de cartas, exames realizados, consultas e penalidades recebidas. Dessa forma, tem-se um tipo de condicionamento das presas de modo a fazer com que seus corpos e condutas sejam educados com o intuito de haver um enquadramento dentro das representações e estereótipos sociais da mulher.

O impacto que o encarceramento provoca no cotidiano das mulheres que chegam ao presídio foi um dado bastante relevante encontrado nessa pesquisa uma vez que cada uma delas quando passa a conviver com as normas, com as presas e com a equipe de trabalho depararam-se com a possibilidade de se desviar dentro do cárcere devido às dificuldades encontradas. Assim, o desvio praticado na Sociedade assumiu um caráter de extensão dentro do cárcere, representado por mulheres classificadas nos quatro tipos de percursos, cabendo a elas a existência de estratégias de negociação, através de trocas de favores, produtos e conhecimentos entre elas a partir de uma cultura desviante criada por dentro dos muros da prisão.

A rotina institucional é de fato rompida através de atividades como o trabalho, o estudo e as visitas com as famílias além de que elas funcionam como meio de aliviar o processo de normatização prisional. Vale destacar que os discursos foram “gritantes” quando as mulheres que entrevistei se referiram ao efeito limitante da reincidência tanto nas participações das atividades do presídio como a vida fora dos muros nas ocasiões em que elas estão em liberdade. Os dados da pesquisa revelaram também que há uma grande possibilidade de haver novas práticas delituosas caso não haja oportunidade de trabalho na Sociedade visto que muitas tentaram e não conseguiram se manter longe dos crimes. Quando elas são flagradas nas ações desviantes na sociedade, são percebidas como “Outsiders” da mesma forma são assim vistas dentro do presídio quando são

novatas (julgadas pelas veteranas), reincidentes, quando cometem crimes que causam maior repugnância ou desobedecem ao regime disciplinar. Para o autor Howard Becker, é bem provável que a maioria das pessoas “experimente impulsos desviantes” e a questão seria saber o motivo pelo qual os indivíduos garantem para si mesmos o controle que se estabelece na construção dos compromissos com a sociedade.

Apesar das fragilidades apresentadas pelo PREFEM (assistência à saúde, assistência material, baixo efetivo de agentes prisionais, ausência de banco de dados sobre o encarceramento feminino), percebi que as pessoas que fazem parte dessa unidade prisional possuem uma consciência reflexiva a respeito da vida da mulher presa. Além dessa sensibilização presente, vejo que esse presídio procura atender às necessidades e particularidades que são inerentes ao gênero feminino; fato que contrapõe dados de pesquisadores sobre o cárcere no Brasil apontados na fundamentação deste trabalho.

Faz-se importante também pensar nas estratégias de inserção de egressas no mundo do trabalho e de acompanhamento social. As mulheres encarceradas geralmente saem da prisão e voltam a cuidar de seus filhos assim como de sua família estendida; em muitos casos, o cárcere também resulta na perda do lar e em danos graves na vida de toda a família. Para tal, elas precisam de um trabalho para poder reconstruir sua vida fora das grades sendo de extrema importância que haja parcerias com os setores da Sociedade para que possam absorver a mão de obra dessas mulheres. Muitas saem com cursos realizados na unidade prisional, mas alegam a dificuldade de conseguir material para confeccionar de artesanato.

A prática do crime tem mostrado que as abordagens mais antigas, que viam a representação feminina através de uma feminilidade controlada e passiva, têm ficado cada vez mais distantes. Existe uma grande cortina que torna a criminalidade feminina em grande parte “invisível” pela Sociedade de maneira que fica difícil perceber os desvios que ocorrem de forma velada que muitas vezes começam dentro dos lares como foi percebido nos relatos desta pesquisa apresentando-se como espancamentos e xingamentos contra suas filhas. Embora o desvio feminino comparado com o masculino seja menor em termos de estatísticas são visíveis o seu crescimento e a amplitude em diversos países, sobretudo, no Brasil. Essa pesquisa me leva a pensar na mulher

enquanto protagonista no mundo do desvio e afastar a ideia de que o crime cometido por ela é caracterizado como “tipicamente feminino” uma vez que ela pode cometer qualquer tipo de crime.

É importante que novas áreas do conhecimento entendam que, atrás da cortina que se esconde o desvio feminino, existe uma grande potencialidade a ser pesquisada desde o fenômeno em si até como a prática desviante dentro do cárcere, levando em consideração suas subjetividades, necessidades e particularidades. Esse é um fenômeno que torna a sua compreensão complexa e que envolve a influência da família e dos grupos sociais; assim, o crime feminino encontra-se ancorado nessas relações. Dessa forma, espero que esta dissertação contribua para a discussão da temática sobre os desvios femininos e a forma que eles se manifestam no decorrer da vida das mulheres que o praticam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S.; BARREIRA, C. “A violência na sociedade brasileira”. In: **horizontes das ciências sociais no Brasil: Sociologia**. C. B, Martins. São Paulo: ANPOCS, 2010.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

ANGOTTI, Bruna. “Aprendendo as tarefas do feminino: os primeiros presídios para mulheres no Brasil nas décadas de 1930 e 1940”. In: **Desafios à Segurança Pública: Controle social, democracia e gênero**. Luís Antônio Francisco de Souza, Bóris Ribeiro de Magalhães, Thiago Teixeira Sabatine (org). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

BARCINSKI, Mariana. “Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas”. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 5, Dez. 2009a.

_____. “Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidos na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, Abr. 2009b.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: editora Hucitec, 1993.

_____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERTRAND, Marie-Andrée. “La Femme et Le Crime”. Montréal: **Les Éditions de l’Aurore**, 1979, 224 pp. Collection: Exploration/Sciences humaines.

BRASIL (2011). Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Nacional de Informação – INFOPEN**. Dados Nacionais e do Estado de Sergipe. Acesso em 20 de março de 2014.

BREITMAN, Miriam Rodrigues. **Criminalidade feminina: outra versão dos papéis da mulher**. Porto Alegre, ano I, n.1, p.200-223, jan./jun. 1999. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/6904/4168>.

CARDI, Coline. “Le contrôle social réservé aux femmes: entre prison, justice et travail social”. In: **Déviance et Société**. 2007, Vol. 31, N°1, p.3-23.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000.

CERNEKA, Heidi. “Mulheres invisíveis? Condição da mulher no sistema de justiça criminal brasileiro”. In: **Desafios à Segurança Pública: Controle social, democracia e gênero**. Luís Antônio Francisco de Souza, Bóris Ribeiro de Magalhães, Thiago Teixeira Sabatine (org). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

CLIFFORD, James. **Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COLARES, L. ; CHIES, L. “Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos”. **Estudos Feministas**, 2010.

CORRÊA, Mariza. **Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

DVORA, Groman; FAUGERON, Claude. “La criminalité féminine libérée : de quoi ?”. In: **Déviance et société**. 1979, Vol. 3, N°4. pp.363-376.

FARIA, Thaís Dumê. “Mulheres no tráfico de pessoas: vítimas e agressoras”. **Cadernos de Pagu** (31), Campinas: Editora Unicamp, Dez. 2008 .

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Obras e vidas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRGS, 2002.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GTI - Secretária Especial de Políticas Para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial - **Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino** – 2008. Brasília: Presidência da República. 196p. Disponível em: <<http://www.spmulheres.gov.br>>

HELPEES, Sintia. “Mulheres na prisão: Uma reflexão sobre a relação do Estado Brasileiro com a criminalidade feminina”. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Vol. 2, N. 3, 2013.

HOWARD, Caroline (org). **Direitos Humanos e mulheres encarceradas**. São Paulo: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, 2006.

ILGENFRITZ, I; SOARES, B. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

INFOPEN (2014) - Sistema Nacional de Informações Penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/03/14/apresentacao-detalhada-do-infopen-mulheres>. Acesso em julho de 2015.

LEMGRUBER, J. 1999. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOMBROSO; FERRERO. **The Female offender**. Colorado: Fred B. Rothman & Co, 1980.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MELO, Lilian. **Entrevista concedida ao jornal Aribé notícias**. Disponível em <http://jornalaribenoticias.com/noticias.aspx?id=582>. Acessado em maio de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE. **Outras Vozes: Poemas e Relatos das Presidiárias – Aracaju**. Ministério Público de Sergipe/Secretaria de Justiça do estado de Sergipe, 2012.

MORENO, A; SOUSA, T. **A prisão no Feminino: trajetórias e Perfis das reclusas de Tires**. III Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. 1996. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492544cd35be7_1.pdf.

PASSADOR, Luiz Henrique. "As mulheres são más: pessoa, gênero e doença no sul de Moçambique". **Cadernos de Pagu**, Campinas , n. 35, Dec. 2010 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332010000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 Oct. 2014.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Minha História Das Mulheres**. São Paulo : Editora Contexto, 2006.

PRIORE, Mary Del. "História das Mulheres: as vozes do silêncio". In FREITAS, Marcos Cezar. (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **História do Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

PRIORI, Claudia. **Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RATTON, J. L et al. "Crime e Gênero: Controvérsias teóricas sobre a agência feminina". In: **Tema da sociologia contemporânea**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. Brasília, julho de 2006. Disponível em

http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_cdhcf/r_cdhcf_sist_prisional_br.pdf. Acesso em 18 de março de 2014.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOARES, B.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

SOARES, Bárbara. **Retrato das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro**. CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Rio de Janeiro, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, n 1, julho de 2002. Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/boletim01.pdf.

SOUZA, S. B. (s.d.). “Criminalidade feminina”. **Revistademocrática viva**. N. 33.

STEFFENSMEIER, D; ALLAN, E. “Gender and Crime: toward a gendered theory off female offending”. In: **Annual Review of Sociology**, v. 22, pp. 459-487.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE. **Relatório de mutirão carcerário**, 2011. Disponível em <http://www.tjse.jus.br/corregedoria/documentos/relnutiraocarcerario2011.pdf>. Acesso em 10 de março de 2014.

VELHO, Gilberto. "Observando o familiar". In: NUNES, Edson de Oliveira (organizador). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 36-46.

_____. “O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”. In: **O Desafio da Cidade: Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1980.

_____. “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social”. In: **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ZALUAR, A. “Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil”. In: NOVAIS, F. e Schwarcz, I. M. (orgs). **História da vida privada no Brasil**, vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Aceito participar da pesquisa sobre mulheres presas do Presídio Feminino no Município de Nossa Senhora de Socorro/SE da pesquisadora Esp. Fabiana Santos Andrade, aluna do Mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Sergipe e orientada pela Prof.^aDr^a Christine Jacquet. Declaro que fui informado (a) que a pesquisa pretende analisar e descrever como se dá o percurso dos desvios femininos e como o gênero influenciou nesse processo no presídio em Nossa Senhora do Socorro/SE. Dentro desse panorama, pretende-se ainda conhecer as trajetórias das mulheres detentas para analisar as carreiras desviantes e compreender como o controle social nas mulheres se efetiva na prisão, instituindo e legitimando papeis sexuais.

Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistado (a) uma ou mais vezes pela pesquisadora em local e duração previamente ajustados, permitindo a gravação das entrevistas. Fui informado (a) pela pesquisadora que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente.

Não autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, mas se necessário autorizo a utilização da minha imagem nos espaços da pesquisa desde que ela não permita que eu seja identificado (a) comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa.

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura da pesquisadora

Nossa Senhora do Socorro, de 2014.

APÊNDICE 2 - AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM SIMPLES

Eu, _____, portador (a) do
RG: _____ e do CPF: _____, declaro
que autorizo o uso de minha imagem para ser utilizada na divulgação dos dados da
pesquisa sobre o percurso dos desvios femininos das mulheres que estão presas no
Presídio Feminino no Município de Nossa Senhora de Socorro/SE da pesquisadora Esp.
Fabiana Santos Andrade, aluna do Mestrado em Antropologia na Universidade Federal
de Sergipe e orientada pela Prof.^a Dr^a Christine Jacquet.

Assinatura

Testemunha

_____, ____ de _____ de 201____.

APÊNDICE 3: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MULHERES DETENTAS

Entrevista com finalidade de conhecer a história de vida de mulheres reincidentes no sentido de analisar como se deu o percurso do desvio na sua vida.

Dados Gerais

1. Relate a sua história de vida desde o seu nascimento até agora.
2. Como foi o relacionamento com os seus familiares?
3. Como foi a sua vida na escola?
4. Como você costumava se comportar em relação às normas da escola, da família ou da Sociedade?
5. Como você viveu a sua adolescência?
6. Qual era a sua relação com a atividade do trabalho?

Trajetória na Criminalidade

1. Como foi sua primeira experiência com o crime? Com que idade você estava?
2. Há quanto tempo está aqui?
3. Como foi o momento em que você entrou na prisão pela primeira vez?
4. O que fez você voltar ao mundo do crime após ter passado pela primeira vez por uma prisão?
5. Como é a sua convivência com as outras mulheres que estão presas?
6. Existe separação entre as presas em relação aos crimes praticados por elas?
7. Relate como é o seu cotidiano aqui na prisão.
8. Você costuma receber visitas? Quem costuma visitá-la?
9. Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta aqui na prisão?
10. A prisão trouxe que tipos de consequências para a sua vida?
11. Como você convive com as regras e normas na prisão?
12. Como você percebe a mulher que pratica um crime? E como você se vê enquanto praticante de um delito?
13. Como acha que a Sociedade de modo geral enxerga as mulheres que cometem um crime?
14. Como você acha que será a sua vida lá fora após o cumprimento da sua pena?

APÊNDICE 4: TERMOS E GÍRIAS USADAS PELAS PRESAS

Alcaguetar	Dedurar, passar informação ou acusar alguém.
Alcaguite	Aquele que alcagüeta, delata
Balinha	Porção destinada a fazer cigarro de maconha
Baculejo	Revista geral
Boca	Ponto de venda de droga
Bombar	Roubar
Botar faixa	Botar banca
Botar queixo	Botar banca
Bronca	Assalto; Crime sem culpa
Cair	O mesmo que ser preso.
Catatau	Carta
Dar um corre	Agilizar, correr
Dar um pega	Fumar crack
Dolinha	Maconha
Enquadrar	Tirar satisfação, acuar, ameaçar
Estar limpa	Pessoas que não estão sob o efeito das drogas
Fissura	Desejo incontrolável de consumir drogas
Lançeira	Roubar o homem no programa
Levantar uma guia	Fazer um pouco pra conseguir um dinheiro e depois parar de traficar por 15 dias ou por um mês até conseguir emprego.
Negar a arma	Tiro não sai do revólver
Nóia	usuário ou dependente de drogas, fissura. Noiado significa doidão, drogado, alucinado.
Pagar almoço (jantar)	As presas que trabalham na prisão distribuem as refeições às presas
Petequinha de pó	Cocaína embalada para venda
Plantada	Pessoa quieta
Puxar uma rapinha	Cumprir uma pena grande
Rodar	O mesmo que ser preso.
Tirar a cadeia	Forma de cumprir a pena
Tranca	Castigo / isolamento
Treta	Rolo, enganação, passar pra trás - briga / problema

APÊNDICE 5: DADOS SOCIAIS E CRIMINAIS REFERENTES ÀS PRESAS

	Ano nasci mento	N. irmã os/ãs	Nível de estudo	N. fil hos	Família na criminalidade	Consumo regular de drogas	N. encarce rações	N. de conden ações	1ª transgr essão da ordem moral	Idade 1ª transgr essão	1ª prisã o	Ida de 1ª pri são
1- Niza	1975 39 anos	8	5ª série	2	irmãs	não	4	3	18	19	furto	23 anos
2- Mary	1981 33 anos	5	2º grau na prisão	1	Não. Ela diz que é a única errada da família	não	2	1	14 anos	29 anos. Na cadeia	Tráfico de drogas	28 anos
3- Nicole	1993 21 anos	2	1º ano do ensino médio	2	tia	sim	3	2	15 anos	16 anos	Roub o Major ado	20 anos
4- Perga minho	1975 39 anos	7	5ª série 2º grau na prisão	3	não	não	1 Primária	1	32 anos	32 anos	Latroc ínio e roubo major ado	33 anos
5- Preta	1991 24 anos	1	Funda mental incomp leto	2	não	sim	2	1	11 anos	17 anos	homíc idio	22 anos
6- Eliê	1963 51 anos	6	Funda mental incomp leto	2	não	não	2	1	13 anos	- Vinte e poucos anos	Tráfico de drogas	44 anos
7- Anne	1977 34 anos	9	2ª série	6	não	não	3	2	14 anos	16 anos	Tráfico de drogas	33 anos
8- Bya	1978 36 anos	2	Funda mental incomp leto	3	irmão, irmã filho, filha sobrinho	-	6	5	10 anos	15 anos	Tráfico de drogas	24 anos
9- Lane	1986 28 anos	2	Funda mental incomp leto	6	irmã	sim	5	4	21 anos	21 anos	Roub o	22 anos
10- Glicione	1991 23 anos	5	Funda mental incomp leto	1	não	sim	3	2	11 anos	11 anos	Tráfico de drogas	21 anos
11-	1963	7	5ª	7	não	não	2	1	39	39 anos	Tráfico	49

Ninha	51 anos		série						anos		o de droga s	ano s
12- Gessi	1976 38 anos	7	1a série	6	não	não	7	6	12 anos	12 anos	Furto	18 ano s
13- Meire	1978 36 anos	5	Funda mental incomp leto	3	2 irmãs	sim	2	1	12 anos	Aprox. 32 anos	Tráfic o de droga s	35 ano s
14- Déa	1974 40 anos	8	Funda mental incomp leto	2	Pai, mãe irmão	sim	4	3	11 anos	12 anos	Homi cídio qualifi cado	37 ano s

ANEXOS

ANEXO 1: CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO PENARTE III



Projeto Penarte III
Apresenta:

"A Ironia de Deus"
Texto poético de Marcelo Déda

**No palco 40 internas do
Presídio Feminino
de Sergipe**

Apoio: Denys Leão, João Araújo e André Aragão
Direção e concepção: Ivo Adnil

**15 de Dezembro de 2014
às 16hs no Teatro Tobias Barreto**

Impróprio para menores de 12 anos.

APOIO: SECULT/SE, SEGRASE e SEJUC/SE.